



PORTAL DE LA MEMORIA

MEMORIA
VERDAD
JUSTICIA

POR LA APERTURA
DE LOS ARCHIVOS de
LA DICTADURA MILITAR

1976 - 1983

For esos muertos, nuestros
pido castigo
Para los que de sangre salpicaron
pido castigo
Para el verdugo que mando esta
Pido castigo
Para los que defendieron este c
Pido castigo
No quiero que me den la ma
empapada con nuestra sang
Pido castigo
No los quiero de embajador
tampoco en sus casas tran
los quiero ver juzgados
en esta plaza, en este siti
Quiero castigo.
Pablo Ne

RiGS

revista interdisciplinar de gestão social

Publicação acadêmica, quadrimestral. Publica 3 tipos de documentos: textos, fotos e vídeos. Estimula 6 tipos de contribuições: tecnológica, teórica, vivencial, indicativa, fotográfica e audiovisual. Explora a gestão social de forma ampla ao situá-la na contemporaneidade, em territórios pluridisciplinares de prática e na investigação acadêmica. Difunde estudos pautados pela interdisciplinaridade.

v.11 n.3 set./dez. 2022 ISSN: 2317-2428

www.rigs.ufba.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO E
GESTÃO SOCIAL



Universidade Federal da Bahia
Reitor: Prof. Dr. Paulo Cesar Miguez de Oliveira
Vice-Reitor: Penildon Silva Filho

Escola de Administração/ UFBA
Diretor: Prof. Dr. André Luis Nascimento dos Santos
Vice-Diretora: Profa. Dra. Bárbara Maria Dultra Pereira

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS)
Coordenação: Prof. Dra. Luiza Reis Teixeira
Vice-coordenação: Profa. Dra Morgana Martins Krieger

Revisão da Língua Portuguesa e Normalização
Equipe Edufba/ Pontual Traduções

Gestão de Design e Diagramação
Zeta Studio

Foto da Capa
Morgana Krieger

Diagramação
Zeta Studio

Revista interdisciplinar de gestão social / Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social. – Vol. 11, n. 3 set./ dez. 2022) - . - Salvador : EAUFBA, 2014 - . v.

Quadrimestral.
Descrição baseada em: Vol. 1, n.1 (jan./ abr. 2012).

ISSN 2317-2428

1. Administração local - Periódicos. 2. Desenvolvimento social - Periódicos. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração.

CDD 352

EDITORAS - CHEFE

Maria Elisabete Pereira dos Santos

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Luiza Reis Teixeira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Morgana Gertrudes Martins Krieger

Universidade Federal da Bahia, Brasil

EDITORES ASSOCIADOS

Eduardo Paes Barreto Davel

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fabio Bittencourt Meira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Leticia Dias Fantinel

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Paula Chies Schommer

Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

Maria Amélia Jundurian Corá

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

GESTOR EXECUTIVO

Daniel Chaves

Universidade Federal da Bahia, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre de Pádua Carrieri,

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Alketa Peci,

Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro

Ana Sílvia Rocha Ipiranga,

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Anderson de Souza Sant'Anna,

Fundação Dom Cabral, Brasil

Andrea Leite Rodrigues,

Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Antonia de Lourdes Colbari,

Universidade Federal do Espírito Santo

Antonio Strati,

École Polytechnique de Paris, França; Facoltà di Sociologia, Università degli Studi di Trento, Itália

Ariadne Scalfoni Rigo,

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Cintia Rodrigues de Oliveira,

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Eda Castro Lucas de Souza,

Universidade de Brasília

Fabio Bittencourt Meira,

Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade

Federal do Rio Grande do Sul,

PPGA-UFRGS, Brasil

Fabio Vizeu Ferreira,

Universidade Positivo, Brasil

Fernando Gomes de Paiva Júnior,

Universidade Federal de

Pernambuco, Brasil

Jeová Torres Silva Júnior,

Universidade Federal do Cariri,

UFCA - Brasil, Brasil

João Martins Tude,

Universidade Federal da Bahia

José Antonio Gomes de Pinho,

Universidade Federal da Bahia,

UFBA, Brasil

Josiane Silva de Oliveira,

Universidade Estadual de Maringá,

UEM, Brasil

Leticia Dias Fantinel,

Universidade Federal do Espírito

Santo, Brasil

Luciano Junqueira,

Pontifícia Universidade Católica de

São Paulo

Luiz Alex Silva Saraiva,

Universidade Federal de Minas

Gerais, Brasil

Marcelo de Souza Bispo,

Universidade Federal da Paraíba,

Brasil

Maria Amélia Jundurian Corá,

Universidade Federal de Alagoas

Maria Ester de Freitas,

Fundação Getulio Vargas - SP/

EAESP, Brasil

Miguel Pina e Cunha,

Nova School of Business and Economics Universidade Nova de

Lisboa, Portugal

Paula Chies Schommer,

Universidade do Estado de Santa

Catarina, Brasil

Pedro Bendassolli,

Universidade Federal Rio de Norte

Silvia Gherardi,

Facoltà di Sociologia, Università degli Studi di Trento, Italia

Tânia Fischer,

Universidade Federal da Bahia –

Brasil

sumário

9 Editorial

CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA

11 Potencial de Atuação das ITCPs: análise a partir das percepções de seus membros

Layon Carlos Cezar

35 O mapeamento e a composição morfológica da rede de apoio do estudante deficiente no ambiente universitário

Nathália Dias Pereira Alves Oliveira

Maria das Dores Saraiva de Loreto

63 Fatores Críticos do Processo decisório Em Responsabilidade Social Corporativa: Um Estudo de Caso

Felipe Fróes Fróes Couto

Thiago Ribeiro Siqueira

Rodrigo Guimarães Teixeira Veloso

Carlos Viana Ribeiro Guedes Geraldo

CONTRIBUIÇÃO VIVENCIAL

85 Vivência e Reflexão sobre as “cidades de Salvador” a partir da experiência de campo no Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador

Tássio Santos Silva

ENSAIO FOTOGRÁFICO

101 Pela memória e pela luta democrática

Morgana Krieger

editorial

A edição atual discute temas que são teoricamente relevantes, como incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, rede de apoio do estudante deficiente no ambiente universitário e processo decisório em responsabilidade social corporativa. Além disso, integra essa edição a vivência em torno do trabalho de campo de uma pesquisa de caráter interdisciplinar sobre a qualidade do ambiente urbano, assim como a contribuição fotográfica que aborda o tema da memória e da luta pela construção da democracia na América do Sul.

Layon Carlos Cezar, em *Potencial de Atuação das ITCPs: análise a partir das percepções de seus membros*, discute a percepção sobre o potencial de criação e manutenção de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), problematizando os distintos sentidos atribuídos a essa atuação. O texto traz um rico histórico sobre a atuação das ITCPs no Brasil, e a investigação realizada revela tanto assimetrias em termos de conhecimento em relação ao acesso de recursos. A pesquisa realizada, no rico contexto bibliográfico atualmente disponível sobre esse tema, contribui para o avanço e aprofundamento de discussões sobre empreendimentos econômicos solidários nos tempos atuais.

Nathália Dias Pereira Alves Oliveira e Maria das Dores Saraiva de Loreto, em *O mapeamento e a composição morfológica da rede de apoio do estudante deficiente no ambiente universitário*, trazem um mapeamento de redes sociais de apoio a estudantes deficientes aprovados pela política de cotas, na Universidade Federal de Viçosa, campus de Viçosa, Minas Gerais. A reflexão desenvolvida pelo texto destaca a relevância social das referidas redes de apoio do estudante deficiente, destacando o papel determinante de relações familiares na composição da rede social.

Felipe Fróes Fróes Couto, Thiago Ribeiro Siqueira, Rodrigo Guimarães Teixeira Veloso e Carlos Viana Ribeiro Guedes Geraldton no texto *Fatores Críticos do Processo Decisório em Responsabilidade Social Corporativa: Um Estudo de Caso*, investigam os fatores críticos do processo decisório em projetos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). O texto, analisando uma grande empresa do setor de distribuição de combustíveis, demonstra que as decisões em RSC concentram-se nas fases iniciais do processo decisório, sendo fortemente influenciadas pelos interesses organizacionais. Do ponto de vista teórico a pesquisa, a partir de conceitos como racionalidade limitada e escolha racional, destaca como as decisões organizacionais equilibram demandas sociais e interesses estratégicos.

Tássio Santos Silva, em *Reflexões sobre as “cidades de Salvador” a partir da experiência de campo no Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador*, traz um rico relato da experiência vivida em um trabalho de coleta de dados sobre a qualidade de vida em Salvador. Essa vivência, de grande relevância para a sua formação, como aluno / pesquisador, envolveu desde o trabalho de construção do instrumento de pesquisa, a aplicação de questionário, produção de conhecimento a partir de conversas informais, como a produção de análise dos resultados da pesquisa. Trata-se, portanto, de um interessante exemplo de

processo formativo proporcionado pela universidade que faz pesquisa e extensão. O texto é um excelente de como “pisar em territórios tão diversos”, experienciar a “pluralidade de realidades tão próprias e únicas”, “refletir mais profundamente sobre as várias cidades que conformam a cidade do Salvador” redefine a compreensão da realidade e impacta na formação acadêmica dos nossos alunos.

O Ensaio Fotográfico *Pela memória e pela luta democrática* de **Morgana Krieger** traz de volta as duras experiências das ditaduras militares na América do Sul entre os anos de 1960 e 1980. Krieger leva-nos a vilarejos e ruas da Argentina e Chile, onde regimes ditatoriais deixaram marcas indeléveis: “São placas no chão indicando o local onde pessoas foram vistas pela última vez ou onde foram assassinadas. São placas nos edifícios identificando os locais que serviram como equipamentos prediais para a ditadura. São monumentos em homenagem às vítimas e aos que lutaram. São museus compartilhando diversos relatos que são pesados demais e necessários para que os horrores praticados permaneçam em nossas memórias.” O Ensaio Fotográfico de Krieger incita-nos a repetir com profunda convicção: Ditadura nunca mais!

POTENCIAL DE ATUAÇÃO DAS ITCPs: ANÁLISE A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DE SEUS MEMBROS

Layon Carlos Cezar

Resumo

O objetivo desse artigo é investigar como os membros das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) percebem o potencial de criação e manutenção dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), identificando diferenças entre grupos de respondentes e interpretando os sentidos atribuídos a essa atuação. Como referencial teórico, a pesquisa apoia-se na discussão sobre o histórico e a atuação das ITCPs no Brasil, bem como na perspectiva de performatividade crítica nos EES, conforme defendido por Spicer, Alvesson e Kärreman (2009; 2016). A pesquisa adota uma abordagem mista, de natureza exploratório-descritiva, por meio da aplicação de surveys a estudantes, técnicos e professores de 27 universidades federais brasileiras. Os dados quantitativos foram analisados por meio da análise discriminante, enquanto os dados qualitativos foram examinados com base na técnica de análise de conteúdo. A investigação revela assimetrias de conhecimento entre os membros, que se sentem fragilizados pelas formas de capacitação interna e pelos recursos disponíveis. Considera-se que a pesquisa contribui para o avanço das discussões sobre as necessidades internas das incubadoras, enquanto promotoras de performatividade crítica nos EES.

Palavras-chave

economia solidária; cooperativismo; itcp; performatividade crítica; estudos organizacionais.

Abstract The aim of this article is to investigate how members of the Technological Incubators of Popular Cooperatives (ITCPs) perceive the potential for the creation and sustainability of Solidarity Economy Enterprises (EES), by identifying differences among respondent groups and interpreting the meanings attributed to this role. The theoretical framework is grounded in the historical trajectory and operational dynamics of ITCPs in Brazil, as well as in the perspective of critical performativity in EES, as advocated by Spicer, Alvesson, and Kärreman (2009, 2016). The study employs a mixed-methods approach with an exploratory-descriptive design, using surveys administered to students, technical staff, and professors from 27 Brazilian federal universities. Quantitative data were analyzed using discriminant analysis, while qualitative data were examined through content analysis. The findings reveal knowledge asymmetries among members, who report feeling weakened by internal training practices and the limited resources available. This research contributes to advancing the debate on the internal needs of incubators as key agents in fostering critical performativity within solidarity economy enterprises.

Keywords solidarity economy; cooperativism; itcp; critical performativity; organizational studies.

INTRODUÇÃO

O movimento da economia solidária vem se desdobrando ao longo dos anos, gerando inúmeras possibilidades de trabalho e renda para diversos grupos que, muitas vezes, se encontram fora do mercado formal e enxergam nesse formato uma oportunidade de recomeço e reinserção produtiva (Singer, 2002). A lógica que sustenta esse movimento segue ainda que inserida em um contexto capitalista, uma orientação que não se pauta exclusivamente pela eficiência econômica ou pela eficácia operacional, mas sim pela valorização do humano e do bem-estar coletivo (Singer, 2002; Laville; Gaiger, 2009).

A compreensão da economia solidária como elemento central na articulação de grupos marginalizados pelo capital (Singer, 2002) leva à constituição dos chamados Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), baseados na cooperação, autogestão e solidariedade para o desenvolvimento de suas atividades, criando um terreno fértil para a instalação de diversas iniciativas produtivas. A análise não apenas dos empreendimentos em si, mas também das redes formadas por parcerias entre grupos com perfis semelhantes, merece atenção especial. Isso porque a perspectiva de quem está externo à organização pode mascarar elementos essenciais para a compreensão da verdadeira dinâmica organizacional e da representação social do grupo sobre sua importância (Mance, 2005).

No campo dos estudos organizacionais, é fundamental compreender as particularidades de gestão e a dinâmica dos atores envolvidos nos EES, pois, mesmo que inseridos no mercado capitalista, esses grupos vivenciam formas alternativas de organização e finalidades que extrapolam os parâmetros tradicionais de desempenho (Spicer; Alvesson; Kärreman, 2009; 2016). Compreender como esses grupos se articulam, os diferentes incentivos que motivaram sua criação e os meios de manutenção de suas estruturas organizacionais, exige uma forma de análise que transcenda os muros organizacionais. Tal análise nos permite observar os empreendimentos sob diferentes perspectivas, versões e objetivos — que, juntos, compõem um todo simbólico distante de um único significado (Manning, 2025).

No bojo dessa articulação, destacam-se as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), criadas e mantidas nas universidades federais brasileiras desde 1994. Segundo França Filho e Cunha (2009), elas desempenham um papel essencial na mobilização de grupos que desejam formar empreendimentos baseados nos valores da economia solidária e na autogestão. Com a articulação entre professores e estudantes para a identificação de demandas, viabilização de oportunidades e desenvolvimento dos empreendimentos já existentes, as ITCPs assumem um papel relevante tanto na formação acadêmica dos discentes quanto no fortalecimento de grupos produtivos, contribuindo para melhorias sociais e econômicas dos grupos atendidos (Guerra, 2008).

Na perspectiva apontada por Paranque e Willmott (2014) e Leca, Gond e Cruz (2014), as ITCPs contribuem para uma luta antiperformática nos EES, pois atuam na criação de mecanismos e saberes que permitem não apenas iniciar os empreendimentos, mas também sustentar suas estruturas ao longo do tempo, evitando sua dissolução no contexto capitalista. Essa luta adquire, conforme Spicer, Alvesson e Kärreman (2009), o *status* de performatividade crítica, por representar uma nova forma de alcançar resultados, que valoriza práticas sociais tanto quanto — ou mais do que — econômicas. Nesse sentido, as incubadoras operam como “motores de performatividade crítica”, impulsionando as estruturas desenvolvidas pela articulação entre as ITCPs e os grupos produtivos.

Em face desse contexto, o objetivo desse artigo é investigar como os membros das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares percebem o potencial de criação e manutenção dos Empreendimentos Econômicos Solidários, identificando diferenças entre grupos de respondentes e interpretando os sentidos atribuídos a essa atuação.

Além desta introdução, o artigo apresenta, na seção seguinte, uma discussão teórica sobre o histórico e a atuação das ITCPs no Brasil, com base nas contribuições, entre outros, de Barros (2003), Guerra (2008), França Filho e Cunha (2009), Atualpa (2012) e Alharbi e Rucker (2023). Paralelamente, são abordadas as concepções sobre a performatividade crítica nos EES, com ênfase nas contribuições de Spicer, Alvesson e Kärreman (2009; 2016), Just, De Cock e Schaefer (2021), Colin (2022), Naylor (2022), Alakavuklar (2024), Grasseni (2024), Shanahan (2025), Manning (2025), bem como de Paranque e Willmott (2014) e Leca, Gond e Cruz (2014). Na sequência, são apresentados os resultados e a discussão, inicialmente com base na análise discriminante, e posteriormente com base na análise de conteúdo. Por fim, são oferecidas as considerações finais e as referências utilizadas.

O SURGIMENTO E A ORGANIZAÇÃO DAS ITCPs

Com o advento do movimento da economia solidária no Brasil, a partir da década de 1980, surgiu-se a necessidade de maior articulação e fortalecimento dos empreendimentos decorrentes dessa vertente aos órgãos de apoio responsáveis por sua estruturação. De acordo com Guerra (2008), essa necessidade culminou na criação da primeira incubadora do Brasil que teve seu início a partir da articulação de professores e alunos da COPPE/UFRJ em 1995 como um projeto interdisciplinar com foco na geração de renda e valorização da cidadania a partir da criação e desenvolvimento de cooperativas populares.

Segundo Cruz (2004), a criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) pela COPPE/UFRJ foi motivada pela necessidade de enfrentar problemas sociais brasileiros que permaneciam sem solução, mesmo diante de iniciativas governamentais de grande escala. Dentre essas iniciativas, destacam-se: (1) as incubadoras de empresas, caracterizadas por elevados custos e baixa geração de empregos; e (2) os programas de qualificação profissional, que não logravam reduzir significativamente os índices de desemprego.

A experiência da UFRJ teve amplo respaldo nacional adquirindo caráter mais organizado, a partir da criação em 1997 do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) cuja missão era desenvolver a metodologia de incubação de cooperativas populares, financiar a criação e manutenção das incubadoras, permitindo aplicar de forma unificada a metodologia desenvolvida para a criação e manutenção de empreendimentos econômicos solidários (Finep, 2017). Em 2010, com a publicação do decreto nº 7.357 que dispõe sobre o PRONINC, definem-se com maior exatidão as incubadoras como organizações voltadas para incubação de EES além de atuarem “como espaços de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão” (Brasil, 2010).

No intuito de ampliar o sucesso alcançado pela UFRJ, em 1998 criou-se uma rede de incubadoras de cooperativas populares, denominada “Rede ITCP”, para garantir a criação de mais cinco incubadoras pela Brasil, além de garantir a difusão da metodologia, financiadas pelo FINEP com a criação do PRONINC (Barros, 2003). A UNITRABALHO, voltada para formação de parcerias com as universidades no intuito de desenvolverem estudos e pesquisas sobre o trabalho, também foi convidada a fazer parte da rede (Unitrabalho, 2017). Para Atualpa (2012) a articulação da Rede de ITCPs à UNITRABALHO, trouxe vários benefícios para difusão da própria rede e comunicação com as universidades sobre os recursos disponíveis do PRONINC, porém, dados os problemas políticos, ao longo do tempo, a parceria não se tornou muito sólida.

Os últimos dados de registros no Brasil, evidenciam a existência de 62 incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, espalhadas por diversas universidades federais, estaduais, institutos federais e faculdades privadas (ITCP-USP, 2017). Inúmeros são os problemas enfrentados por esses grupos tanto para articulação interna (uma vez que os colaboradores são estudantes e professores com diversas atividades para além da incubadora), quanto para o atendimento às demandas dos empreendimentos. Para França Filho e Cunha (2009), ainda que as incubadoras enfrentem dificuldades cotidianas frente à dificuldade de cooperação dos grupos envolvidos,

estas cumprem quatro importantes papéis para a economia solidária: 1) capacitar empreendimentos e retirar muitos da informalidade e precariedade; 2) articular políticas públicas para geração de trabalho e renda; 3) congregação de outras ITCPs em uma rede nacional.

A busca em sentido ampliado por tais organizações permitir que a premissa da solidariedade seja inserida em organizações vistas como alternativas, como as cooperativas e associações populares. Para Alharbi e Rucker (2023), tal solidariedade deve ser construída não somente de forma organizacional, mas construída linguisticamente em discursos mais inclusivos que valorem de forma efetiva o “nós” e o “nosso”, no lugar do “eu” e do “outro”. Os autores enfatizam assim, a importância das práticas discursivas na formação de laços sociais e na promoção de ações coletivas. Sendo assim, o papel das incubadoras no reforço dessa concepção de solidariedade, torna-se essencial para criação e manutenção de empreendimentos vistos dessa forma alternativa.

A PERFORMATIVIDADE CRÍTICA NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Cunhado por Spicer, Alvesson e Kärreman (2009), a performatividade crítica pode ser compreendida como uma direção construtiva para os Estudos Críticos de Gestão. Essa perspectiva de debruça em um olhar pragmático sobre os conceitos de performatividade instituídos por J. L. Austin e Judith Butler, acreditando que tal conceito é realizado não somente pelo uso da palavra, mas pela consideração da ação e desempenho. A performatividade crítica, envolve então “a intervenção ativa e subversiva inserida em discursos e práticas gerenciais. Isto é alcançado por meio de afirmações, cuidado, pragmatismo, engajamento com potencialidades e uma orientação normativa” (Spicer, Alvesson, Kärreman, 2009, p. 538, tradução própria).

Para os autores, há uma luta antiperformativa presente nos Estudos Críticos de Gestão que deve ser questionada a todo o momento visto que a realidade de muitos empreendimentos, aproxima-se da performatividade crítica e não a nega completamente. Essa performatividade crítica, age então no sentido de reinterpretar, questionar e intervir em práticas de gestão e nos discursos dos atores, como forma de se aproximar pragmaticamente do cotidiano das organizações (Manning, 2025).

Spicer, Alvesson e Kärreman (2016), ao revisitar sua própria teoria, argumentam que atualmente a performatividade crítica abre um precedente para novas problematizações de relevância pública e questionamentos constantes, pois a dialética presente em investigações realizadas em várias áreas, dentre elas o cooperativismo, permite diminuir as barreiras teóricas difundidas pela corrente criada. Just, De Cock e Schaefer (2021) destacam que as organizações alternativas podem adotar performatividade crítica para transitar de antagonismo à colaboração social

Especificamente no campo do cooperativismo e economia solidária, trabalhos como os de Leca, Gond e Cruz (2014) e Paraque e Willmott, (2014) que investigaram como a performatividade crítica vem sendo adotada em organizações que emergem de tais movimentos.

As contribuições de Leca, Gond e Cruz (2014) expõem uma análise sobre práticas organizacionais desenvolvidas pelas cooperativas em meio aos princípios e valores difundidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e que devem ser aplicadas às suas demandas específicas, bem como aos valores da comunidade local. As práticas econômicas e sociais são impulsionadas na visão dos autores, por motores de performatividade crítica que atuam no sentido de dar movimento à estrutura criada. Nessa perspectiva dependendo das práticas exercidas e da valorização econômica e ou social adotada, há um encaminhando para iniciar uma nova forma de performatividade bem como para garantir ao longo do tempo a manutenção dessa forma. A manutenção de um empreendimento enquanto cooperativa, vivendo a batalha entre o econômico versus social, sempre se tornou objeto de investigação e incômodo entre pesquisadores. Como apontado a muito tempo por Webb e Webb (1914) esse desequilíbrio gera a “Tese da degenerescência em Cooperativas”, pois o empreendimento inicia-se fiel aos seus princípios cooperativistas, mas sua expansão econômica o faz se perder ao longo do tempo.

Tal degeneração é apontada por Shanahan (2025) como emersas de um conjunto de práticas hegemônicas capitalistas que as organizações alternativas (como as cooperativas) visavam criticar ou substituir, caracterizando assim essa degeneração. Para a autora há dois tipos de degeneração: 1) Degeneração das estratégias simbióticas: busca-se mudar o sistema por dentro, por meio de reformas graduais, porém permeado por alianças em mercados convencionais e; 2) Degeneração das estratégias intersticiais: uma organização mais tradicional, mas que almeja atuar em um mercado alternativo. Dado esse conflito, a autora propõe uma performatividade crítica impura, sem lutas contra o sistema, mas uma vigilância constante aos prováveis desvios que levam a degeneração. Leca, Gond e Cruz (2014) identificam as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) como importantes agentes da performatividade crítica no contexto do cooperativismo brasileiro. Segundo as autoras, as ITCPs desempenham esse papel por atuarem na criação de empreendimentos populares, reunindo indivíduos que se identificam com a atividade a ser desenvolvida, que possuem histórico de trabalho autogestionário ou que buscam, por meio da ajuda mútua, ampliar suas relações econômicas e sociais. Com o tempo, o investimento contínuo em capacitação, formação e alinhamento desses participantes às práticas específicas do setor cooperativista torna-se condição fundamental para a sustentabilidade dos empreendimentos, uma vez que essa continuidade é o que permite a manutenção de suas práticas de performatividade crítica.

Complementarmente, os estudos de Paraque e Willmott (2014) apontam as cooperativas como representantes de formas organizacionais em transição no qual sua expansão depende diretamente da manutenção de seus princípios. Tal perspectiva também é defendida por Just, De Cock e Schaefer (2021), que entendem tais organizações como alternativas e que se, desenvolvidas ao longo do tempo sob uma ótica de performatividade crítica, compartilharão seus princípios e valores norteadores.

Paraque e Willmott (2014) apontam que as cooperativas que se desenvolvem em larga escala econômica têm muitas dificuldades em manter tais princípios, levando à adoção de um novo e real formato cooperativo. Tal formato assume a vertente econômica, todavia

alicerçada em um pós-capitalismo menos divisivo e destrutivo e não contrária a essa vertente. As práticas desenvolvidas nesse bojo alimentam um sistema já pré-concebido por formatos anteriores (como por exemplo a Organização das Cooperativas Brasileira - OCB ou União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES) e que são inicializados por órgãos de apoio e instituições que se apegam às experiências anteriores para construção de novas cooperativas. O divisor de águas nessa concepção seria o que os autores caracterizam como catalisadores da agência humana que atuam similarmente aos motores de performatividade crítica dando vida à estrutura criada.

Essa nova compreensão das cooperativas sob a ótica da performatividade crítica permite levantar pressupostos relevantes sobre a forma como suas práticas organizacionais são construídas, mantidas e transformadas (Shanahan, 2025). A atuação das cooperativas, especialmente quando apoiadas por iniciativas como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), revela uma dimensão performativa que não apenas reproduz estruturas organizacionais alternativas, mas também desafia a lógica dominante do capitalismo, criando espaços de experimentação e transformação social (Just; De Cock; Schaefer, 2021; Manning, 2025).

Nesse sentido, a performatividade crítica se manifesta como prática concreta — seja pela organização do trabalho, pela governança horizontal ou pelas estratégias de solidariedade ativa — sustentando-se por meio da capacitação contínua, da articulação política e da produção de novos sentidos econômicos (Colin, 2022; Naylor, 2022). Essas práticas não apenas consolidam formas alternativas de organização, mas também performam valores éticos e coletivos que apontam para a construção de outros futuros possíveis (Grasseni, 2024).

Uma ameaça a esta direção performativa pode ser encontrada no tipo de parcerias constituídas para manutenção das estruturas. Leca, Gond e Cruz (2014) identifica-se uma tendência dos empreendimentos a aderirem a certos apoios institucionais para garantia de sua continuidade. Tal cenário pode evidenciar certas fragilidades de um movimento que sempre está à espera de um motor de performatividade crítica que garanta a manutenção e o equilíbrio dos princípios cooperativistas em face da dificuldade de prosseguir somente pela articulação democrática e interesses dos grupos envolvidos. Por outro lado, as contribuições de Paranque e Willmott (2014) alertam os sentidos para possibilidades reais de uma desarticulação do movimento que de fato não consegue se equilibrar e assume sua vertente econômica como superior a vertente social, cedendo espaço para uma descaracterização da razão de ser da cooperativa bem como uma tentativa de execução de performatividade crítica, mas que de fato acaba se encontrando na constante busca pela performance tradicional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa pode ser caracterizada a partir de uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa) e exploratório-descritiva por trazer à tona, a partir da exploração dos dados coletados, maior familiaridade com as ITCPs brasileiras, bem como sua forma de

atuação. Justifica-se aqui a escolha desses *locus* de pesquisa, pois há certa necessidade nos estudos organizacionais em ultrapassar as diretrizes funcionais de análise, permitindo lançar luz sobre formas de organizações diferenciadas que muito podem revelar sobre o cotidiano organizacional, práticas de gestão, comportamento, bem como levar a reflexões mais coerentes da vida humana a partir de processos simbólicos (Morgan; Frost; Pandy, 1983; Turner, 1990).

Segundo dados da Rede ITCP (2017) no Brasil 62 incubadoras estão vinculadas à rede, todavia não se tem conhecimento do número de membros em cada uma delas. Assim para realização desse estudo, optou-se pela utilização de uma amostra não probabilística do tipo amostra bola-de-neve, pois conforme enfatizado por Hair (2005) este tipo de amostra permite a identificação de respondentes iniciais (no caso os coordenadores das ITCPs) para posteriormente identificar os demais membros da população alvo.

Para coleta de dados, elaborou-se de um questionário on-line construído pela plataforma Google Formulários, enviado por e-mail a todos os coordenadores de incubadoras e quando se tiveram informações, aos demais membros das ITCPs. Após o recebimento do questionário, os coordenadores encaminharam aos seus membros. Como o questionário foi produzido pela plataforma Google Formulários, foi possível acompanhar o andamento das respostas. O questionário foi estruturado da seguinte forma: o primeiro bloco do questionário contou com 6 questões de caracterização dos respondentes; os tópicos subsequentes envolveram 11 questões em escala Likert de 5 pontos, acerca do potencial de criação e manutenção dos empreendimentos e; o último bloco abordou 3 questões discursivas (sem limites de palavras) sobre aspectos de capacitação e as principais dificuldades dos empreendimentos e das ITCPs.

Para a análise dos dados quantitativos, utilizou-se inicialmente de análise descritiva dos dados no intuito de compreender o perfil dos respondentes. Posteriormente utilizou-se da técnica multivariada de dados conhecida como análise discriminante. De acordo com Corrar, Paulo e Dias Filho (2009, p. 234) essa técnica permite auxiliar e “identificar quais as variáveis que diferenciam os grupos e quantas dessas variáveis são necessárias para obter a melhor classificação dos indivíduos de uma determinada população”. Assim, a análise estatística tornou-se possível, a partir do uso do software IBM SPSS® - Statistical Package for Social Sciences – versão 2.1.

Ao total foram obtidas 64 respostas válidas de 27 universidades. Os dados foram minerados, padronizados e inseridos no software. Após análise, foi possível agrupar os respondentes em Coordenadores, Estudantes e Técnicos, compondo assim os subgrupos da variável dependente, conforme especificado no Quadro 1:

Quadro 1 - Caracterização da variável dependente

Variável	Categorização	Código
Dependente (Membros Internos das ITCPs)	Professor Coordenador ou professor vinculado; Supervisor	Coordenadores
	Estudantes Bolsista; Voluntário (Estudante mas não bolsista); Bolsista Recém-formada; Estudante Bolsista e Coordenadora	Estudantes
	Bolsista Técnico; Colaborador Externo; Coordenador Operacional de Projetos; Ex Técnico Bolsista; Técnico Administrativo Colaborador; Técnico de Campo; Técnico em Assuntos Educacionais	Técnicos

Fonte: Elaboração Própria (2021).

Para a construção das variáveis independentes, foram considerados dois constructos: “Criação” e “Manutenção” emersos das contribuições teóricas que sustentam esse estudo. Para cada constructo foram utilizadas questões específicas, que depois de categorizadas para inserção no software, foram caracterizadas com códigos como apresetado no Quadro 2:

Quadro 2 - Caracterização das variáveis independentes

Variável	Constructo	Questão	Código
Independente (Percepções dos Membros Internos)	Criação	A ITCP que estou vinculado tem potencial para atrair interessados em iniciar empreendimentos que se aproximam dos propósitos da Economia Solidária	Potencial_Atração
		A ITCP que estou vinculado conta com um grupo de trabalho capacitado para auxiliar os Empreendimentos Econômicos Solidários	GT_Capacitado
		A ITCP que estou vinculado tem potencial para capacitar grupos interessados em iniciar Empreendimentos Econômicos Solidários	Capacitar_NG
		Na ITCP que estou vinculado existem espaços de capacitação para os membros internos	Capacitação_Interna
		Como membro da ITCP, me considero com conhecimento suficiente para atender às demandas dos grupos formados pelos Empreendimentos Econômicos Solidários	Conhecimento_Suf

Variável	Constructo	Questão	Código
Independente (Percepções dos Membros Internos)	Manutenção	Na ITCP que estou vinculado há acompanhamento periódico dos empreendimentos econômicos solidários	Acompanhamento
		Na ITCP que estou vinculado há preocupação com as demandas dos membros ligados aos empreendimentos	Demandas_EES
		Na ITCP que estou vinculado são oferecidos espaços de capacitação para os membros dos empreendimentos	Capacitação_EES
		Na ITCP que estou vinculado existem formas de comunicação com membros dos empreendimentos que facilitam o acompanhamento das ações e demandas destes grupos	Comunicação_EES
		Os recursos (financeiros, infraestrutura, tecnológicos e etc) disponíveis na incubadora, facilitam o acompanhamento e auxílio aos empreendimentos	Recursos
		As demandas dos grupos já constituídos são na maioria das vezes, solicitadas pelos próprios membros dos empreendimentos.	Solicitações_EES

Fonte: Elaboração Própria (2021).

De forma complementar, para análise dos dados qualitativos do questionário utilizou-se da análise de conteúdo do tipo direta conforme definido por Rossi, Serralvo e João (2014). Para estes autores este tipo de análise é utilizado ao passo em que existem teorias incompletas sobre determinado campo de investigação ou quando se pretende compreender um fenômeno já conhecido, porém, com maior densidade. Para operacionalização da análise de conteúdo, desenvolveram-se três categorias principais, fundamentadas pelas perguntas discursivas do questionário conforme descrito no Quadro 3. A partir da leitura dos discursos dos respondentes, tornou-se possível criar códigos que aproximavam as respostas, evidenciando trechos das respostas plausíveis de interpretações.

Quadro 3 - Categorias e Fundamentação da Análise de Conteúdo

Categoria Central	Questão de Fundamentação
Espaços de Capacitação	Em relação aos espaços de capacitação, quais foram as formas utilizadas na ITCP em que você está vinculado (membros internos, membros externos, outras ITCPs e etc)? Explique.
Dificuldades Internas	Em relação às dificuldades enfrentadas pela ITCP, qual(is) você considera mais complexas? Explique.

Categoria Central	Questão de Fundamentação
Dificuldades dos EES	Em relação às dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos econômicos solidários incubados pela ITCP que você está vinculado, qual(is) você considera mais complexa(s)? Explique.

Fonte: Elaboração Própria (2021).

No intuito de assegurar a não identificação dos respondentes, estes foram agrupados e codificados conforme descrito no Quadro 4:

Quadro 4 - Grupos de respondentes e códigos desenvolvidos

Grupo	Respondente	Códigos
Coordenadores	Professor Coordenador ou professor vinculado;	PCV
	Supervisor	SUP
Estudantes	Estudantes Bolsista	ESB
	Voluntário (Estudante mas não bolsista)	ESV
	Bolsista Recém-formada	BRF
	Estudante Bolsista e Coordenadora	EBC
Técnicos	Bolsista Técnico	BOT
	Colaborador Externo	COE
	Coordenador Operacional de Projetos	COP
	Ex Técnico Bolsista	ETB
	Técnico Administrativo Colaborador	TAC
	Técnico de Campo	TEC
	Técnico em Assuntos Educacionais	TAE

Fonte: Elaboração Própria (2021).

ANALISANDO OS HIATOS ENTRE OS GRUPOS

Para realização da análise discriminante tornou-se imperativo inicialmente traçar um perfil dos respondentes analisando assim os dados de forma descritiva, visando a adequação para posterior desenvolvimento da técnica

Nessa técnica de análise de dados multivariados, o primeiro passo a ser realizado foi a identificação de diferenças significativas entre as variáveis de cada grupo. Os dados referentes a tal análise estão dispostos na Tabela 1:

Tabela 1 – Testes de igualdade de médias de grupo

	Lambda de Wilks	F	df1	df2	Sig.
Potencial_Atração	,970	,954	2	61	,391
GT_Capacitado	,995	,159	2	61	,853
Capacitar_NG	,993	,215	2	61	,807
Capacitação_Interna	,892	3,684	2	61	,031
Conhecimento_Suf	,846	5,533	2	61	,006
Acompanhamento	1,000	,008	2	61	,992
Demandas_EES	,995	,145	2	61	,865
Capacitação_EES	,982	,563	2	61	,573
Comunicação_EES	,978	,697	2	61	,502
Recursos	,994	,186	2	61	,831
Solicitações_EES	,989	,350	2	61	,706

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Conforme os dados da Tabela 1, observa-se que algumas variáveis apresentam diferenças significativas entre os grupos. A variável que possui o melhor poder de discriminação entre os grupos é a variável intitulada “Conhecimento_Suf”, uma vez que apresenta o menor valor da estatística de Lambda de Wilks (0,846) e o maior valor do teste F-ANOVA (5,533) (significância <0,05). A segunda variável candidata à composição da função discriminante e paralelamente caracterizada como um fator de diferenciação dos grupos é a variável intitulada “Capacitação_Interna”, pois apresenta o segundo menor valor da estatística de Lambda de Wilks (0,892) e o segundo maior valor do teste F-ANOVA (3,684) (significância <0,05).

Em contrapartida às variáveis anteriormente citadas, que são candidatas à composição da função discriminante, a variável “Acompanhamento” é a pior tanto em termos do Lambda de Wilks quanto do teste F-ANOVA. Conforme salientado por Hair *et al.* (2009) estes testes indicam individualmente a habilidade da variável para identificar formas de separar os grupos. A questão sobre o acompanhamento periódico aos EES é percebida de forma homogênea entre os respondentes, os quais sinalizam que a maioria das incubadoras monitora constantemente os empreendimentos não os deixando à mercê de suas demandas. Todavia, para compor este teste estatístico, esta variável, assim como as demais que apresentam significância maior que 0,05 não irão compor a função discriminante. Como não obtiveram significância estatística, não se pode fazer generalizações com seus valores, mas apenas sinalizar que tais variáveis indicam o caminho para novas investigações.

O segundo passo é a verificação de igualdade entre as matrizes de covariância. Com o teste conhecido como M de Box é possível compreender a violação ou não de tal pressuposto conforme apresentado na Tabela 2:

Tabela 2 - Teste de M de Box

	M de Box	6,849
F	Aprox.	1,086
	df1	6
	df2	51062,911
	Sig.	,368

Testa hipótese nula de matrizes de covariâncias de população igual.
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

O teste M de Box considera duas hipóteses a serem investigadas: H_0 = Grupos Homogêneos (p -value > 0,05) e H_1 = Grupos não homogêneos (p -value < 0,05). Como o p -value é 0,368 e maior que o nível de significância (0,05) não se rejeita H_0 . Dessa forma, conclui-se que os grupos apresentam homogeneidade nas matrizes de covariância, o que permite a continuidade da análise discriminante.

Após a verificação dos pressupostos, o software testa as variáveis que possuem o maior poder discriminante para compor a função discriminante final. A Tabela 3 traz o Autovalor e a Correlação Canônica que representam respectivamente o quanto os grupos são diferentes da função discriminante e a correlação entre o grupo de variáveis discretas e discriminantes.

Tabela 3 - Autovalor e Correlação Canônica

Função	Valor próprio	% de variância	% cumulativa	Correlação canônica
1	,182 ^a	60,2	60,2	,392
2	,120 ^a	39,8	100,0	,328

As primeiras 2 funções discriminantes canônicas foram usadas na análise
Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

De acordo com os dados da Tabela 3, é possível identificar a tentativa de construção de duas funções discriminantes. Como apontado por Hair *et al.* (2009) em casos de análises sobre 2 grupos é gerada uma função discriminante, no caso de 3 grupos são geradas 2 funções discriminantes e assim sucessivamente. Dessa forma, em relação ao autovalor, observa-se a primeira função corresponde a 60,2% de explicação e a segunda 39,8% de explicação no que tange a diferenciação entre os grupos. Sobre a correlação canônica é preciso elevar o valor ao quadrado para verificar o quanto a função explica a discriminação entre os grupos (Hair *et al.*, 2005). Observa-se então, que a primeira função detém de 15,4% de potencial explicativo e a segunda 10,8%. A correlação canônica indica que as funções possuem poder de discriminação moderado, embora com capacidade limitada de explicação da variância entre os grupos.

De forma paralela, é necessário analisar o valor do Lambda de Wilks, pois – segundo Corrar, Paulo e Dias Filho (2009, p.256) – esse teste tem o intuito de “avaliar se o modelo consegue separar e classificar bem os grupos”. A análise pode ser visualizada na Tabela 4:

Tabela 4 - Lambda de Wilks

Teste de funções	Lambda de Wilks	Qui-quadrado	df	Sig.
1 até 2	,755	16,987	4	,002
2	,893	6,881	1	,009

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

De acordo com a Tabela 4 é possível identificar que o p-value de 1 até 2 funções ou exatamente 2 funções leva a aceitar a hipótese de que a média desses grupos não são iguais uma vez que seus valores são menores que 0,05. Esse resultado indica que ambas as funções discriminantes são estatisticamente significativas. No entanto, considerando o baixo número de variáveis com significância individual, compreende-se que apenas a primeira função seja suficiente para explicar as diferenças entre os grupos.

O próximo passo da análise é a verificação das respectivas classificações de Fischer no qual são apresentados os escores de cada grupo em relação às funções discriminante geradas, conforme apresentado na Tabela 5:

Tabela 5 - Coeficientes de função de classificação

	Vínculo		
	Coordenadores	Estudantes	Técnicos
Capacitação_Interna	5,247	4,994	4,318
Conhecimento_Suf	7,047	5,872	6,819
(Constante)	-28,089	-22,196	-23,566

Funções discriminantes lineares de Fisher.

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Observando os respectivos coeficientes é possível compreender as variáveis que exercem maior poder discriminante em cada grupo. Pelas análises realizadas anteriormente foi possível observar que nenhuma das variáveis presentes no constructo “Manutenção” obtiveram significância estatística sendo impossível analisá-las no prisma quantitativo. Para as variáveis que obtiveram significância no constructo “Criação”, a Tabela 5 evidencia a percepção de cada grupo em relação aos espaços de capacitação internos e a autopercepção sobre o conhecimento suficiente para atender os diferentes EES.

A função discriminante aponta que os coordenadores percebem melhor os espaços internos de capacitação que os demais membros, conforme demonstrado pelo maior valor do coeficiente. Esse resultado pode apontar que as formas de capacitação podem estar vinculadas aos próprios professores e ou coordenadores, ficando os demais membros familiarizados com as mesmas capacitações e percebendo-as em menor grau.

De forma paralela e complementar os coeficientes presentes na variável “Conhecimento_Suf” revelam que os Estudantes sinalizam terem menor conhecimento para atender aos

grupos e os Coordenadores maior. Tais dados evidenciam que há um descompasso na capacitação interna dos membros, pois ao passo que ao se apresentarem para um EES, todos os membros se identificam como pertencentes ao quadro funcional da ITCP, em tese, não deveriam existir assimetrias de conhecimento em relação à percepção de conhecimento. Esse resultado sugere que os cursos internos de formação podem não estar atingindo plenamente seus objetivos quanto à uniformidade da capacitação dos membros.

Todavia, dado o conhecimento adquirido pelos coordenadores em experiências enquanto alunos participantes da ITCP no período de graduação, investigações científicas sobre Economia Solidária, participação em fóruns etc., esse fator pode explicar o resultado. Os Técnicos que frequentemente estão inseridos no campo, avaliam-se com maior conhecimento do que os estudantes. Nota-se então que há uma dificuldade de alinhamento das propostas entre os grupos, necessitando de novas formas de planejamento interno para depois pensar em atender aos grupos.

Com base nas descobertas apresentadas, torna-se evidente que a assimetria na percepção de conhecimento entre os membros da ITCP – especialmente entre Estudantes e Coordenadores – revela um descompasso que compromete a efetividade das ações voltadas aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Tal discrepância pode ser interpretada à luz da literatura sobre performatividade crítica e práticas de solidariedade. Grasseni (2024) contribui diretamente ao demonstrar como a territorialização de saberes no ativismo de economia solidária evidencia desigualdades na apropriação das competências entre diferentes atores. Da mesma forma, Alharbi e Rucker (2023) abordam como práticas discursivas performativas constroem e mantêm hierarquias sutis em contextos que, em tese, deveriam prezar pela horizontalidade, como as ITCPs.

De forma complementar, a percepção de maior conhecimento por parte dos Coordenadores, possivelmente influenciada por trajetórias acadêmicas e engajamento prévio em fóruns e pesquisas, pode indicar, como defendido por Naylor (2022), que a solidariedade se manifesta de forma diferenciada a partir da posição ocupada dentro do campo. Por fim, Just, De Cock e Schaefer (2021) sugerem que o alinhamento entre diferentes grupos em organizações alternativas requer uma constante negociação entre antagonismo e aliança, o que se mostra urgente no caso analisado, dada a dificuldade de convergência entre técnicos, estudantes e coordenadores.

Assim, essas contribuições reforçam, como apontado por Alakavuklar (2024), a necessidade de repensar os cursos internos de formação sob uma perspectiva crítica e integradora, emersas de um maior ativismo dos seus membros, capaz de reduzir assimetrias e fortalecer o compromisso coletivo na atuação junto aos EES.

OS ESPAÇOS DE CAPACITAÇÃO E O APROVEITAMENTO DE RECURSOS

Conforme relatado pelos respondentes várias formas de capacitação acontecem no âmbito de formação nas ITCPs como participação em seminários, grupos de estudo, cursos, oficinas e intercâmbios, como evidenciados no discurso abaixo:

A cada 15 dias a equipe se reúne para fazer formação com todos os membros. Os temas das formações são definidos previamente pelo núcleo de formação, que também planeja a metodologia e o formato (debates, filmes, rodas de conversa, etc). [...] (BRF).

Para membros internos temos espaços autogestionários, intercâmbios, organização e execução de cursos de capacitação, participação em seminários, eventos como a Troca de Saberes, grupos de estudos, participação nas disciplinas economia solidária 1 e 2, empreendedorismo social e desenvolvimento local e políticas públicas. Para membros dos empreendimentos temos a capacitação a partir da prática na gestão dos empreendimentos, espaços de comercialização com organização autogestionária, intercâmbios, seminários, capacitação para melhoria dos produtos, participação na elaboração e execução de políticas públicas (BOT).

Como evidenciado no discurso de BRF há uma valorização dos próprios membros internos para o desenvolvimento das capacitações. O discurso evidencia ainda que há uma preocupação com a periodicidade das capacitações. O discurso de BOT ampliar essa valorização dos recursos da própria ITCP ao enfatizar a importância de capacitação via disciplinas e dos intercâmbios com outras incubadoras. Além disso, o discurso revela a preocupação que a incubadora tem na capacitação dos empreendimentos.

Ampliando as formas de aproveitamento dos recursos da própria incubadora, os discursos abaixo apresentam tais perspectivas:

As formas utilizadas são através dos próprios membros da incubadora, de membros externos, em parceria com outras incubadoras e com trabalhadores dos próprios empreendimentos através do que chamamos de intercâmbio entre empreendimentos, onde membros de empreendimentos existentes capacitam membros de empreendimentos iniciantes (TEC).

Há um misto de formas. Geralmente há capacitação com os professores ou outros membros da ITCP, antigos integrantes, ou com convidados, dependendo das demandas. Além disso, considera-se espaço de capacitação a participação em eventos científicos ou encontros da Rede de ITCPs (PCV).

Como apresentado no discurso de TEC e PCV há constantemente uma valorização dos membros internos principalmente a partir da capacitação via professores. Tal dado corrobora com a perspectiva apontada na análise discriminante que sinaliza a possibilidade de ocorrência de tal fato. De forma complementar, a possibilidade de intercâmbio também se faz presente para compartilhamento de conhecimento via parcerias com outros membros.

Como enfatizado por Alakavuklar (2024), a construção de pontes entre diferentes saberes e identidades é uma prática performativa essencial ao engajamento crítico, especialmente em contextos que buscam transformar estruturas sociais. Neste caso, recorrer à membros vistos como mais capacitados pode garantir uma segurança na formação, ou promover o que Alharbi e Rucker (2023) caracterizam como desigualdades simbólicas. Torna-se necessário então, uma constante troca de experiências, formações e aprendizados, promovendo uma solidariedade mais pedagógica e performativa (Colin, 2022).

AS DIFICULDADES INTERNAS LATENTES

Em relação às dificuldades enfrentadas pelas incubadoras, inúmeras foram as respostas que apontaram perspectivas próximas aos discursos abaixo:

As dificuldades podem ser classificadas como de três tipos: financeiras, de manutenção das parcerias e o excesso de burocracia das universidades públicas. O primeiro tipo de dificuldade ocorre pelos poucos recursos disponibilizados para o financiamento das incubadoras e dos empreendimentos, seja por parte do governo seja do setor privado, o primeiro agravado no governo Temer, que entre outras coisas praticamente acabou com o PROEXT e não valoriza outros programas como o PRONINC. O segundo tipo de dificuldade ocorre devido àquelas apontadas pelos próprios parceiros que alegam redução dos recursos financeiros para manter o apoio e o acompanhamento dos empreendimentos, como ocorre com o SEBRAE e o SESCOOP. No último tipo de dificuldade, o excesso de burocracia da [universidade], como as demais de suas congêneres, atrasa o alcance dos objetivos de vários processos de incubação [...] (PCV).

O discurso revela uma insatisfação para além da questão financeira no que tange seu impacto na incubadora. A valorização do PRONINC é vista como essencial para aperfeiçoamento das incubadoras e garantia da manutenção dos EES criados, todavia, os cortes orçamentários do atual Governo Federal têm inviabilizado várias ações.

A burocracia das universidades federais também é apontada como um fator que atrasa o desenvolvimento tanto da ITCP quanto dos empreendimentos e que também é enfatizado em outros discursos:

A burocracia na execução dos recursos e a falta de financiamentos que permitam uma ação mais efetiva e a longo prazo (TAC).

Sustentabilidade das ações da ITCP e burocracia interna da universidade para executar os recursos adquiridos. (TEC)

Burocracia da Universidade [...] (PCV).

Escassez de recursos, burocracia institucional e alta rotatividade das equipes de incubação dos EES. Esses são os problemas que, em geral têm os impactos mais significativos no trabalho junto aos grupos, pois criam rupturas bruscas no processo de incubação, gerando desgaste na relação entre equipe de incubação e grupos incubados, além de afetar a produtividade dos empreendimentos (no caso de demora na compra de materiais e equipamentos, em função da burocracia) e prejudicar o planejamento de ações a médio e longo prazo. (BRF).

Como exposto nos discursos acima, a percepção de dificuldade resvala diretamente na burocracia pelas universidades que estão vinculados ou pelos órgãos de fomento em relação ao repasse de recursos. De forma paralela é notória a preocupação em relação a alta rotatividade de estudantes que, como demonstrado no discurso de BRF, impactam na atuação da incubadora e na continuidade do trabalho.

Na visão estritamente do grupo de alunos é notória a preocupação com a conciliação das atividades da incubadora com o curso no qual estão vinculados, mas os discursos evidenciam preocupações para além das dificuldades internas:

Falta de recursos financeiros pela Universidade, dificuldades de articulação por parte dos empreendimentos acompanhados pela ITCP (desinteresse dos membros de cooperativas e associações), dificuldade por parte dos cooperados em entender e aplicar na prática os princípios da economia solidária (ESB).

Uma dificuldade que enfrento é conseguir conscientizar um grupo incubado acerca dos preceitos da economia solidária, por questões de rotatividade no grupo. (ESV)

Atualmente as dificuldades financeiras são as mais latentes, que precarizam nosso trabalho e diminuem sua qualidade. Em geral, há uma dificuldade em trabalhar com um público bastante vulnerável pelo fato de lidarmos com realidades imprevisíveis dos membros dos empreendimentos (EBC).

Como compartilhado nos discursos de ESB, ESV e EBC há uma preocupação direta com as dificuldades de capacitação dos grupos que estão atendendo, quer seja pela difícil compreensão do fenômeno da Economia Solidária ou pela vulnerabilidade social e econômica desses grupos. Segundo Alcântara (2005) a falta de familiaridade com os valores da Economia Solidária e a forma de gestão e execução do trabalho pelos membros dos EES, pode ser vista como um fator que dificulta a institucionalização de práticas cooperativas uma vez que estes não têm muitas vezes históricos em organizações democráticas tampouco compartilhamento de resultados.

Relacionando tal fato com os resultados da análise discriminante, observa-se que o menor valor de conhecimento suficiente dos estudantes pode estar associado à dificuldade de capacitação dos grupos nos empreendimentos.

AS DIFICULDADES DOS EES: DA GESTÃO À ASSIMILAÇÃO DO MOVIMENTO

Sobre as dificuldades enfrentadas pelos EES, cabe aqui ressaltar que não foram entrevistados os membros dos empreendimentos e sim os membros das incubadoras que atendem tais grupos. Na visão dos coordenadores, há problemas específicos e difíceis de solução como expostos nos discursos abaixo:

As dificuldades se referem a problemas de trabalho coletivo, romper com a lógica do individualismo e problemas mais ligados à comercialização dos produtos, e conseqüentemente a geração de renda. (PCV).

A questão dos valores hegemônicos (...), em virtude de que estes conflitam com os professados pela Economia Solidária. Por vezes, a lógica neoliberal do empreendedorismo, encobrendo uma discussão sobre o desemprego como fator estrutural na lógica capitalista, atua como um discurso sedutor para muitos dos membros de empreendimentos econômicos solidários, que acabam se inserindo nas iniciativas da Eco-

nomia Solidária de maneira instrumental. Assim, a busca pela viabilidade econômico-financeira por meio da proposta da Economia Solidária acaba sendo confundida com o chamado empreendedorismo o que, embora se explique pela necessidade concreta de sobrevivência dos membros dos grupos, constitui um grande desafio à equipe da ITCP no sentido de sensibilização dos grupos para os valores solidários (PCV).

Os discursos evidenciam lógicas distintas, porém complementares. Como evidenciado pelos coordenadores, há uma dificuldade de compreensão do que realmente a Economia Solidária se propõe a estes grupos. Como evidenciado na categoria anterior, os membros internos ainda têm dificuldades no que tange à capacitação dos grupos e esses grupos têm dificuldades de assimilação do que realmente seja a proposta da Economia Solidária. O segundo discurso enfatiza a confusão frequente desses membros com o Empreendedorismo que trabalha em uma lógica distinta da ideologia das ITCPs e muitas vezes torna-se um entrave para institucionalizar os ideais da Economia Solidária nos grupos.

Na percepção apontada pelo grupo de estudantes, além da dificuldade de compreensão da Economia Solidária, há dificuldades dos grupos em relação às formas de gestão dos empreendimentos:

(...) saber lidar com as pessoas vinculadas, evitar conflitos, abrir a mente das pessoas quanto a situação atual, saber colocar preços justos e que chamem as pessoas, divulgar [o empreendimento] nos pontos de venda, trazer as pessoas mais pra perto (ESB).

Distância dos empreendimentos dos consumidores e de outros empreendimentos. Problemas sócio-econômicos dos produtores dos empreendimentos. Questão da certificação. Diálogo entre todos os empreendimentos e, também, com os consumidores envolvidos no processo (ESB).

Os discursos acima demonstram que as questões ligadas à gestão ainda representam um entrave para continuidade dos empreendimentos. Tais questões provavelmente estão ligadas não somente à falta de familiaridade com a Economia Solidária, mas nesse caso, principalmente à falta de prática com a autogestão do empreendimento, visto que nesse modelo os próprios membros são responsáveis tanto pela produção como pela comercialização de seus produtos, estabelecendo estratégias coletivas que ultrapasse o individualismo. Conforme apontado por Paranque e Willmott (2014), essas práticas especiais desenvolvidas pelos grupos e específicas desse movimento, podem ser entendidas como práticas de performatividade crítica, à medida que reconfiguram a orientação convencional, direcionando seus atores à busca de resultados para além do ganho econômico.

Além dessas questões, um discurso deve ser aqui evidenciado em relação ao papel da incubadora para com os EES:

Descaso da própria sociedade; dificuldade econômica; alguns possuem alta dependência da incubadora (ESB)

O discurso acima sinaliza não somente os problemas de legitimidade social e dificuldade econômica dos grupos, mas, um problema latente dos grupos que é a dependência da

incubadora. Esses grupos ao passo que são incubados têm muitas dificuldades de se desincubarem e assumirem de fato a autonomia do empreendimento. Tal aspecto é preocupante à medida que os espaços de capacitação externos não capacitam de fato os membros para gerirem o próprio negócio.

Por fim, o grupo de Técnicos aponta para um novo perfil de dificuldades que tende a gerar grandes impactos no funcionamento dos empreendimentos:

Acredito que a ITCP precisa conhecer um pouco mais as demandas das associações de empreendedores para que as capacitações sejam mais efetivas. Algumas capacitações são repetitivas, outras não são tão pertinentes. É preciso checar a demanda de cada associação de empreendedores e sobretudo incentivar a regulamentação e o bom funcionamento das associações. Focar na melhoria da qualidade dos produtos para que os mesmos não estejam vinculados somente a imagem de produtos solidários, mas a produtos de qualidade. Também é necessário fazer um trabalho de conscientização a respeito importância da participação e envolvimento dos empreendedores nas associações (COE).

Dificuldade de comercialização, muitos conflitos de relacionamento, incubação feita sem ter a emancipação como embasamentos, gerando dependências (como na redação de projetos) (ETB).

A mais complexa é o EES não fazer na prática os princípios da economia solidária (COP).

O desenvolvimento do trabalho em redes (TAE).

O discurso de COE apesar da riqueza de informações gera um desalinhamento com a percepção do grupo de professores ao apontar os EES como “associações de empreendedores” ou “empreendedores”, no entanto, considera-se aqui a crítica feita às formas de aproximação e capacitação da ITCP aos empreendimentos. Essa dificuldade de conhecimento das demandas reais vivenciadas pelos empreendimentos pode impactar na dificuldade de emancipação dos grupos (como apontado no discurso de ETB) uma vez que estes ficam à deriva de capacitações que são demandadas para eles e não demandadas por eles.

De forma paralela os discursos de COP e TAE se complementam uma vez que enfatizam que os princípios da Economia Solidária não são desenvolvidos na prática como, por exemplo, a articulação em redes. A formação de redes é vista por Mance (2009) como a prática da intercooperação para fortalecimento e crescimento contínuo dos grupos, pois à medida que se encontram fragilidades nesse campo, difíceis são as chances de longevidade nas relações e na continuidade do empreendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse estudo mais do que se configurar como um conjunto de métricas e formas de análise de percepções, tem como finalidade abrir novos horizontes de investigações no

campo dos estudos organizacionais para organizações que muitas vezes são negligenciadas pelas lentes convencionais de análise. Trazer à luz a realidade das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares é um exercício de reflexão e reinterpretação quanto à adoção unificada de discursos e práticas que não se orientam pelo *mainstream* ferramentário constantemente difundido na academia. Todavia, não se acredita que as incubadoras habitem em um lócus suspenso à parte das estratégias de gestão, mas, como proposto por Spicer, Alvesson e Kärreman (2009) estas organizações praticam diariamente a performatividade crítica por se rearranjarem em lógicas para além da performance econômica.

Fundamentado nas análises apresentadas, esse estudo revelou-se que o constructo *criação* mostra-se dotado de diferentes percepções entre Coordenadores, Estudantes e Técnicos principalmente no que concernem os espaços de capacitação interna e a autoavaliação de conhecimento suficiente para atender aos empreendimentos. Esses resultados apontam para a necessidade de maior preparação interna entre os membros para posteriormente se apresentarem aos grupos e atenderem suas respectivas demandas.

Em relação ao constructo *manutenção*, a não significância das variáveis impediu análises quantitativas, mas abriu precedentes para interpretações das respostas discursivas. Os discursos revelaram que para garantir a manutenção dos empreendimentos e consequentemente o formato organizacional fundamentado nos valores da Economia Solidária, os membros internos precisam ampliar os espaços de capacitação para de fato atenderem às perspectivas individuais de capacitação e posteriormente diminuir as barreiras com os públicos atendidos. A assimilação dessa outra forma de compreensão das relações econômicas e sociais é notada com dificuldade principalmente entre estudantes que, por se entenderem com menor percepção de conhecimento, tem dificuldades para clarificar o conteúdo para membros dos EES e, pelos técnicos, que ainda confundem esta proposta com o empreendedorismo.

De forma paralela, as dificuldades encontradas pelos membros revelam preocupações centradas no constante corte de investimentos do Governo Federal em relação ao PRONINC, a burocracia das universidades para aprovação de projetos e a alta rotatividade nas incubadoras que impedem em graus semelhantes, a continuidade e sustentabilidade do trabalho.

No que tange as dificuldades dos empreendimentos, nota-se que de fato a não assimilação dos propósitos da Economia Solidária tem impacto direto na gestão pelos próprios membros, criando assim uma dependência contínua da incubadora e, ao passo que os recursos são diminuídos, o trabalho tanto das ITCPs quanto dos trabalhadores dos EES também fica comprometido. Essas dificuldades latentes ainda que estejam inseridas em um cenário macroeconômico e assim fora de controle das referidas organizações, impactam diretamente na solução dos problemas de capacitação apontado nas percepções dos respondentes, uma vez que por utilizarem dos recursos humanos e tecnológicos da própria instituição, encontram-se com dificuldades de arcarem com despesas advindas para capacitação em outros espaços.

Por fim, cabe aqui destacar que há necessidade dos grupos de coordenadores das ITCPs de reavaliarem o trabalho executados por eles próprios, pois à medida que estão envolvidos

com as atividades de liderança e demais atividades da universidade, podem não perceber as fragilidades internas do grupo de trabalho e se distanciarem ainda mais das reais demandas dos empreendimentos.

De forma paralela, os Técnicos contratados para os projetos devem se alinhar ao perfil da incubadora e auxiliarem no compartilhamento dos valores da Economia Solidária, atuando principalmente de forma prática na complementação das capacitações iniciadas muitas vezes pelos grupos de Estudantes.

Tais considerações além de evidenciarem o desalinhamento de percepções internas dos membros das ITCPs permitem adentrar um pouco mais no obscuro cenário das organizações que se desenvolvem no bojo das universidades. Novos estudos que apontem perspectivas dos grupos de trabalho, o papel desempenhado, a contribuição acadêmica, as formas de compartilhamento de recursos, dentre tantas outras pautas, podem ampliar o debate e iluminar o caminho para investigações mais densas.

De forma complementar e já assumindo aqui a fragilidade desse estudo, estudos que ouçam as percepções dos membros dos EES em relação às formas de capacitação, os mecanismos de gestão, a assimilação da Economia Solidária e suas principais demandas, também podem complementar esse quadro, permitindo um contrabalanceamento de percepções entre os discursos dos membros das incubadoras e as reais percepções dos membros dos empreendimentos.

REFERÊNCIAS

ALAKAVUKLAR, O. N. An attempt to become an-Other critical scholar: Bridging as 'activist performativity'. *Management Learning*, [s.l.], v. 55, n. 2, p. 329–344, 12 abr. 2024.

ALCÂNTARA, F. H. C. *Economia Solidária: o dilema da institucionalização*. São Paulo: Arte e Ciência, 2005, 170p.

ALHARBI, A.; RUCKER, M. Discursive practices of the performative theory of solidarity discourse. *Language Sciences*, [s.l.], v. 95, p. 101515, jan. 2023.

ATAUALPA, L. D. O. Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: um caso brasileiro. *Otra Economía*, [s.l.], v. 6, n. 10, 23 out. 2012.

BARROS, J. F. de. *Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: projeto societário e projeto educativo*. 2003. Mestrado (Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

BRASIL. *Decreto nº 7.357, de 17 de Novembro de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7357.htm. Acesso em: 10 ago. 2017.

COLIN, N. Performing Solidarity. *Performance Research*, Niterói-RJ: v. 27, n. 5, p. 111–124, 4 jul. 2022.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. (coord.). *Análise Multivariada: para cursos de administração, ciências contábeis e economia*. São Paulo: Atlas, 2009.

CRUZ, A. É caminhando que se faz o caminho diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil. *Cayapa. Revista venezolana de Economía Social*, Niterói-RJ: v. 4, n. 8, 2004.

FINEP. *PRONINC*. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/historico-de-programa/proninc>. Acesso em: 10 ago. 2017.

FRANÇA FILHO, G. C; CUNHA, E. V. da. Incubação de redes de economia solidária. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Rio de Janeiro: Almedina Brasil: 2009.

GRASSENI, C. Re-territorialising skills? Insights from ethnography on solidarity-economy food activism. *Sustainability Science*, 12 jul. 2024.

GUERRA, A. C. *Gestão das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.pdf*. 2008. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, 2008.

HAIR, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A.; SAMOUEL, P. *Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. *Análise Multivariada de Dados*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

ITCP-USP. *A rede de ITCPs*. <http://www.itcp.usp.br/?q=node/13>. Acesso em 17 de Julho de 2017.

JUST, S. N.; DE COCK, C.; SCHAEFER, S. M. From antagonists to allies? Exploring the critical performativity of alternative organization. *Culture and Organization*, [s.l.], v. 27, n. 2, p. 89–97, 4 mar. 2021.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Rio de Janeiro: Almedina Brasil: 2009.

LECA, B.; GOND, J. P.; BARIN CRUZ, L. Building ‘Critical Performativity Engines’ for deprived communities: The construction of popular cooperative incubators in Brazil. *Organization*, [s.l.], v. 21, n. 5, p. 683–712, 2014.

MANCE, E. A. Redes de Colaboração Solidária. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Rio de Janeiro: Almedina Brasil: 2009.

MANNING, J. A performative critical management studies: Developing a critical management pedagogy as intellectual activism praxis. *Organization*, [s.l.], v. 32, n. 4, p. 607–622, 24 maio 2025.

MORGAN, G.; FROST, P. J.; PONDY, L. R. Organizational symbolism. In: PONDY, L. R.; FROST, P. J.; MORGAN, G.; DANDRIDGE, T. C. (ed.). *Organizational symbolism*. Connecticut: Jay Press, 1983. p. 3-35.

NAYLOR, L. Solidarity as a development performance and practice in coffee exchanges. *Sustainability Science*, [s.l.], v. 17, n. 4, p. 1195–1205, 5 jul. 2022.

PARANQUE, B.; WILLMOTT, H. Cooperatives—saviours or gravediggers of capitalism? Critical performativity and the John Lewis Partnership. *Organization*, [s.l.], v. 21, n. 5, p. 604–625, 2014.

ROSSI, G. B.; SERRALVO, F. A.; JOÃO, B. N. Análise de conteúdo. *Revista Brasileira de Marketing*, [s.l.], v. 13, n. 4, p. 39–48, 2014.

SHANAHAN, G. Two routes to degeneration, two routes to utopia: The impure critical performativity of alternative organizing. *Organization*, [s.l.], v. 32, n. 4, p. 489–507, 29 maio 2025.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPICER, A.; ALVESSON, M.; KÄRREMAN, D. Critical performativity: The unfinished business of critical management studies. *Human Relations*, [s.l.], v. 62, n. 4, p. 537–560, abr. 2009.

SPICER, A.; ALVESSON, M.; KÄRREMAN, D. Extending critical performativity. *Human Relations*, [s.l.], v. 69, n. 2, p. 225–249, fev. 2016.

REDE ITCP. Lista de ITCPs contempladas com PRONINC 2005 a 2015 [mensagem pessoal]. Planilha de Excel recebida por anacarolguerra@yahoo.com.br em 15 de setembro de 2017.

TURNER, B. A. Introduction. In: TURNER, Barry A. (ed.) *Organizational Symbolism*. New York: De Gruyter, 1990. p. 1-11.

UNITRABALHO. *Institucional*. Disponível em: <http://www.unitrabalho.org.br/incubadoras/>. Acesso em: 10 ago. 2017.

WEBB, Sidney; WEBB, Beatrice. Co-operative production and profit sharing. *Special Supplement to the New Statesment*, [s.l.], v. 2, n. 45, 1914.

O MAPEAMENTO E A COMPOSIÇÃO MORFOLÓGICA DA REDE DE APOIO DO ESTUDANTE DEFICIENTE NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

**Nathália Dias Pereira Alves Oliveira,
Maria das Dores Saraiva de Loreto**

Resumo

Buscou-se, por meio deste trabalho, mapear e examinar morfológicamente a rede social de apoio dos estudantes deficientes aprovados pela política de cotas, da Universidade Federal de Viçosa, campus de Viçosa, Minas Gerais. Trata-se de um estudo de caso, de natureza qualitativa, que fez uso de pesquisa bibliográfica, conjugada com entrevistas semiestruturadas. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo, com auxílio do software de análise lexical IRaMuTeQ. Os resultados apontaram a importância da estruturação da rede social de apoio do estudante deficiente e sua diversificação, a depender do tipo de deficiência. Outro aspecto importante é o papel determinante da mãe na composição da rede social de apoio do estudante deficiente. Concluiu-se que estudos que perspectivam delinear a rede social de apoio de pessoas com deficiência, seja no âmbito educacional ou em outras esferas da vida são relevantes, pois retratam a realidade vivenciada, proporcionando subsídios para o apoio e crescimento da pessoa deficiente.

Palavras-chave

educação; deficiência; família; morfologia; rede de apoio.

Abstract The present work sought to map and examine morphologically the social support network of disabled students approved by the quota policy, at the Federal University of Viçosa, Viçosa campus, Minas Gerais. This is a qualitative case study that used bibliographic research, combined with semi-structured interviews. The data were analyzed through content analysis, with the aid of the software IRaMuTeQ. The results showed the importance of structuring the social network of support for the disabled student and its diversification, depending on the type of disability. Another important aspect is the mother's determining role in the composition of the social network of support for the disabled student. It was concluded that studies that aim to outline social support network for people with disabilities, whether in the educational scope or in other spheres of life are relevant because they portray the reality experienced, providing subsidies for the support and growth of the disabled person.

Keywords education; disability; family; morphology; support network.

INTRODUÇÃO

O processo de promoção da inclusão das pessoas com deficiência tornou-se necessário a partir do momento em que surgiu o processo oposto, ou seja, o da exclusão, que, segundo Maciel (2000, p. 51), “é tão antigo quanto a socialização do homem”. De posse dessa afirmativa, torna-se necessário destacar que as sociedades, ao longo dos séculos, impossibilitaram as pessoas com deficiência, protagonizando, assim, um processo de abandono que culminou no cerceamento de autonomia das pessoas com deficiência.

No Brasil, até a metade do século XIX, a negligência no tratamento adequado das pessoas com deficiência era significativa e, a partir desse período, segundo Zavareze (2009), começaram a surgir instituições que funcionavam como “depósito” de pessoas com deficiência. Essas instituições eram caracterizadas por visões assistencialistas e desempenhavam o papel de manter tais pessoas com deficiência como necessitadas e dependentes, o que culminava ainda mais na sua segregação da sociedade.

Com o fim da ditadura militar, em 1985, o Brasil iniciou a implantação de uma nova democracia, que, para Oliveira (2010), caracterizou-se por diversas frentes de luta em favor da universalização dos direitos e das políticas sociais, trazendo assim mudanças importantes para o contexto nacional, que resultou na Constituição Federal de 1988. Vendo a oportunidade para se garantir os direitos das pessoas com deficiência por meio da Constituição Federal, as instituições representativas desse público apresentaram diversas demandas que foram, em sua grande parte, acatadas na referida constituição. Segundo Vereza (2008) dentre essas demandas encontravam-se as que tratavam da política de inclusão social das pessoas com deficiência, garantindo, assim, acesso à educação, a acessibilidade e outras.

Foram elaboradas diversas leis, declarações, convenções e decretos, tanto no âmbito nacional quanto internacional, perspectivando o fortalecimento e a concretização de uma sociedade efetivamente inclusiva. Porém, é necessário destacar que os esforços de elaboração de tais documentos, por si só, não garantem a efetiva inclusão, tendo em vista que, além das normativas, é indispensável o apoio dos diversos seguimentos que compõem a sociedade, para a efetivação do processo de inclusão das pessoas com deficiência.

Com relação aos seguimentos que compõem a sociedade, Holanda et al. (2015, p. 11) afirmam que esses são caracterizados como “um conjunto dos apoios permutados pelas pessoas inseridas num determinado contexto social”, que constituem uma rede social de apoio que, para Sluzki (1997), refere-se a todas as pessoas que o indivíduo considera como significativas. Essa rede possui uma morfologia, ou seja, características estruturais identificadas por propriedades, tais como dimensão, densidade, composição ou orientação, dispersão, homogeneidade, heterogeneidade, conteúdo e normas das redes (PORTUGAL, 2006).

As limitações impostas ao indivíduo, seja pela própria deficiência ou pelo processo de segregação e de exclusão que a sociedade impõe, nos faz refletir sobre as dificuldades enfrentadas pela pessoa com deficiência e a importância da construção de uma rede social de apoio que ampare a pessoa com deficiência na sua trajetória de vida. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi conhecer como se configura a rede social de apoio do estudante deficiente matriculado na Universidade Federal de Viçosa (UFV), campus de Viçosa, por meio de seu mapeamento e composição morfológica.

REVISÃO DE LITERATURA

A REDE SOCIAL DE APOIO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Todo indivíduo, desde seu nascimento e durante sua trajetória de vida, estabelece redes de relações por meio de sua interação social. Brignol (2015) afirma que em níveis distintos de proximidade e de cooperação, as redes de apoio são constituídas por familiares, amigos, colegas de trabalho, vizinhos e profissionais de saúde. A constituição dessas redes está diretamente ligada aos contextos em que cada indivíduo está inserido, e a qualidade dessas interações com os diversos contextos tem sido objeto de estudos de diversos pesquisadores, que apontam as repercussões positivas ou negativas das mesmas com relação à saúde física e emocional dos indivíduos (Juliano; Yunes, 2014).

Ao se tratar especificamente das redes sociais de apoio das pessoas com deficiência, torna-se importante ressaltar que tais indivíduos apresentam maiores dificuldades em estabelecer suas redes de apoio social, uma vez que:

A definição de deficiência não está relacionada à falta de um membro, nem à redução da visão ou da audição. O que a caracteriza são as dificuldades que as pessoas com alguma alteração física ou mental encontram em se relacionar ou se integrar na sociedade (Araújo, 2003 *apud* Bampi; Guilhem; Alves, 2010, p. 5).

Com relação à formação das redes sociais de apoio da pessoa com deficiência, Brignol (2015) é enfática ao afirmar a importância do estabelecimento das redes que, segundo a autora, são imprescindíveis no processo de enfrentamento da deficiência e também, por serem plurais, apresentam contribuições em diversas vertentes.

No âmbito educacional, considerando o disposto na Constituição Federal, verifica-se que a educação é um direito concedido a todos e deve ser promovida buscando o pleno desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para exercer seus direitos e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Com base na afirmativa acima, pode-se perceber que o papel da educação é transformar a vida dos indivíduos, por meio da garantia da absorção de conhecimentos que vão ser utilizados para sua evolução na sociedade. Mas, para que ocorra mudanças por meio da educação é necessário ultrapassar obstáculos ao longo do caminho e construir uma rede de apoio que atue de forma eficiente na vida do deficiente. Segundo Moré e Crepaldi (2012):

A possibilidade do sujeito se sentir “reconhecido pelo outro” numa determinada situação vital, por meio da compreensão e aceitação de suas emoções, dificuldades e opiniões, ou por comportamentos e ações, seja de ajuda material, ou conselhos, evidencia a importância do papel e das funções que as redes sociais desempenham junto ao sujeito, sua família ou grupos sociais aos quais pertence (Moré; Crepaldi, 2012, p. 85).

Segundo Sluzki (1997), para a construção de uma rede de apoio, torna-se necessário configurar o “mapa de rede”, objetivando identificar, por meio das diversas relações estabelecidas no contexto familiar e social, segundo a percepção do indivíduo (estudante deficiente), as pessoas importantes. O estabelecimento desse mapa torna possível, de uma forma mais clara e objetiva, a visualização dos apoios disponíveis ao estudante com deficiência, tanto no âmbito acadêmico quanto no pessoal, mas para verificar mais profundamente a rede social de apoio, torna-se necessário traçar a morfologia da mesma no que tange às suas características estruturais de funções e de atributos (Moré; Crepaldi, 2012).

A ESTRUTURA MÍNIMA DO MAPA DA REDE SOCIAL DE APOIO E SUA MORFOLOGIA

Segundo Moré e Crepaldi (2012), as redes sociais de apoio são formadas a partir das vertentes relacionadas ao desenvolvimento do ciclo vital do indivíduo ou da família; dos grupos de contato/convívio que ocorrem espontaneamente; e dos grupos constituídos formalmente, que possuem limites de contato pré-estabelecidos. Sluzki (1997) destaca que as redes sociais de apoio podem ser estabelecidas por meio do mapa mínimo de rede (MMR), que possui quatro categorias: família, amizades, relações de trabalho/escola e relações comunitárias/serviços. A utilização desse mapa mínimo tem a finalidade de registrar a rede social de apoio, ou seja, registrar/mapear todos os indivíduos que se relacionam e que são considerados importantes para determinada pessoa. A realização dos registros no MMR deve ocorrer de forma descritiva e de acordo com o momento vivenciado pelo indivíduo, podendo ainda, além do registro, ser incrementado por meio de análises mais

profundas em relação às características estruturais, funções dos vínculos estabelecidos e os atributos de cada vínculo da rede social de apoio (Moré; Crepaldi, 2012).

Visando abordar de forma diferente a rede social de apoio caracterizada por Sluzki, Portugal (2006) apresentou ao mapa mínimo de rede social de apoio uma abordagem que, segundo a autora, “permitem sintetizar em algumas questões simples a problemática da pesquisa” (Portugal, 2006, p. 140). As questões abordadas pela autora foram – Quem? O quê? Como? – que sintetizam as seguintes questões: Quem faz parte das redes sociais de apoio? Quais os conteúdos dos fluxos das redes? Quais as normas que regulam a sua ação? – Tais modelos encontram-se descritos no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Descrição das características estruturais, funções e os atributos da rede social de apoio

Modelo de Portugal (2006)		Modelo de Sluzki (1997)		Descrição
Questões	Propriedades	Categorias	Aspectos	
QUEM?	(A forma) - Os Nós Parentes; Amigos; Vizinhos; Colegas; Outros. - Os laços Parentesco ou não; Fortes/fracos; Positivos/negativos; Ativos/passivos.	Características Estruturais	Tamanho	Relacionado à quantidade de pessoas que constituem a rede social de apoio.
			Densidade	Concerne à qualidade da relação entre cada membro da rede social de apoio com o indivíduo.
			Composição ou distribuição	Relacionado à posição que cada membro ocupa nos quadrantes.
			Dispersão	Relativo à distância geográfica entre cada membro da rede social de apoio e o indivíduo.
			Homogeneidade/heterogeneidade	Refere-se ao perfil socioeconômico dos membros da rede social de apoio (sexo, cultura etc).
O QUÊ?	(O conteúdo) - Instrumental Emprego; Habitação; Saúde; Bens materiais; Cuidados. - Expressivo Apoio emocional; Afeto; Sociabilidade.	Funções	Companhia social	Indica a realização de atividades de forma coletiva junto ao indivíduo deficiente.
			Apoio emocional	Indica trocas que geram empatia, compreensão e estímulos ao indivíduo.
			Guia cognitivo e de conselhos	Que apontam ao indivíduo os caminhos e referências a se seguir.
			Regulação social	Que apontam as responsabilidades do indivíduo, tornando nulo os desvios de comportamento.
			Ajuda material e de serviços	Que fornece auxílios financeiros ou de serviços ao indivíduo.
			Acesso a novos contatos	Referente ao que possibilita ao indivíduo relacionar-se com novas pessoas ou redes.

Modelo de Portugal (2006)		Modelo de Sluzki (1997)		Descrição
Questões	Propriedades	Categorias	Aspectos	
COMO?	(As normas) Reciprocidade; Obrigação; Igualdade; Autonomia.	Atributos	Multidimensionalidade	Referente ao número de funções que desempenha na rede social de apoio.
			Reciprocidade	Referente a avaliação dos membros da rede social de apoio em relação às funções desempenhadas a partir da demanda recebida.
			Intensidade	Referente ao grau de comprometimento com a relação.
			Frequência dos contatos	Referente a um maior distanciamento físico entre o indivíduo e membros da rede social de apoio e a maior necessidade de contato para manutenção da intensidade.
			História da relação	Refere-se a forma que os membros da rede social de apoio conheceram o indivíduo e informações que apontam como é realizada a manutenção dos contatos.

Fonte: Portugal (2006) e Sluzki (1997, p.43 apud MORE; CREPALDI, 2012, p. 89), elaborado pelas autoras.

Os modelos descritos contemplam tanto a abordagem de Sluzki (1997) quanto a de Portugal (2006), considerando que elas se complementam e proporcionam maior embasamento teórico para as discussões.

METODOLOGIA

Esta pesquisa possui natureza qualitativa e utilizou-se do método de estudo de caso que, segundo Triviños (1987, p. 133), “é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma *unidade* que se analisa profundamente”. Essa unidade deve ser considerada, com destaque, como parte de um todo, ou seja, ela deve ser expressiva ao ponto de possibilitar embasamentos e novas ideias, buscando “promover uma análise do contexto e dos processos envolvidos no fenômeno em estudo” (Triviños, 1987, p.134 apud Pereira; Godoy; Terçariol, 2009, p. 424).

A partir dos resultados da pesquisa bibliográfica que foi realizada a partir das bases de dados do Scientific Eletronic Library Online, Google Acadêmico e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, buscou-se compreender o que e como o estado da arte vem abordando a temática acerca do mapeamento da rede social de apoio e sua morfologia. Em seguida, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado e aplicado aos estudantes deficientes, que ingressaram na Universidade Federal de Viçosa (UFV), campus de Viçosa, nos anos de 2018 e 2019, por meio da política de cotas.

As categorias e variáveis de análise abordadas na entrevista semiestruturada foram delimitadas para coletar a maior quantidade possível de informações acerca das características estruturais, funções e atributos da rede de apoio do estudante deficiente, conforme descrito no Quadro 1.

Cabe destacar que, em função do momento vivido no cenário mundial, devido à pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), tornou-se necessária a reestruturação da proposta metodológica dessa pesquisa, buscando, assim, a realização remota das entrevistas. Dessa forma, o primeiro contato entre a pesquisadora e os entrevistados ocorreu por e-mail, em que, a pesquisadora apresentou sua proposta de pesquisa, sendo que houve a manifestação de sete estudantes em participar das entrevistas, que foram gravadas com a anuência dos mesmos e, em seguida, transcritas de forma individual, perspectivando embasar as discussões da presente pesquisa. O nome dos entrevistados foi substituído pelas nomenclaturas estudante 1 (E1), estudante 2 (E2), e, assim, consecutivamente, buscando manter a confidencialidade dos dados que, segundo Padilha et al. (2005), é a capacidade do pesquisador de instaurar uma ligação entre os dados e o participante a que eles se referem, comprometendo-se de não os revelar.

Outra questão a ser destacada se refere ao roteiro original da entrevista semiestruturada, uma vez que apresenta uma imagem do mapa das redes sociais de apoio, conforme modelo proposto por Sluzki (1997), em que o estudante apontaria, de acordo com sua percepção, seus principais apoios. Porém, em função das entrevistas terem ocorrido de forma remota, esse mapa foi adaptado de forma a ser respondido por meio de uma questão aberta, que buscou abordar da forma mais completa as informações que seriam necessárias para embasar as discussões da pesquisa.

Para a análise dos dados, usou-se a análise de conteúdo, que consiste em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Bardin, 2006, p. 38). Nessa pesquisa, tal análise possibilitou, por meio das entrevistas realizadas, traçar a rede social de apoio do estudante deficiente. Além disso, utilizou-se o software IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), por meio da Análise de Similitude, que se baseia na teoria dos grafos e busca apresentar a ligação entre as palavras, examinando a intensidade das relações entre si (Camargo; Justo, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussão basearam-se em três vertentes. A primeira apresentou o tipo de deficiência e a caracterização dos participantes; a segunda fundamentou-se nos resultados da pesquisa bibliográfica conjugada com a percepção dos participantes de acordo com o relatado nas entrevistas, acerca da importância da rede social de apoio, suas características estruturais, de funções e de atributos; e a terceira se propôs a apresentar os resultados da Análise de Similitude, apontando, assim, a ligação presente entre as palavras evocadas nas entrevistas e a intensidade das relações entre si, de forma a apresentar a ligação da rede de apoio do estudante deficiente.

TIPO DE DEFICIÊNCIA E A CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Buscando facilitar a percepção das características dos participantes da pesquisa e seu lugar de fala¹, tornou-se importante descrevê-los, de forma a não os identificar, visando “oportunizar dados mais fidedignos, amparados pelo anonimato destes colaboradores” (Almeida, 2016, p. 88), conforme Quadro²², abaixo:

Quadro 2 – Descrição dos participantes

Entrevistado	Sexo	Idade	Tipo de Deficiência	Classificação Internacional de Doenças
E1	Feminino	22	Física	Q74.3
E2	Feminino	21	Física	G80.0
E3	Masculino	34	Auditiva/Visual	H90.5 e H35.5
E4	Masculino	22	Visual	H55.0
E5	Masculino	19	Física	G80.1
E6	Feminino	29	Auditiva	H90.6
E7	Masculino	35	Auditiva	H90.3

Fonte: Baseado em dados das entrevistas e fornecidos pela instituição, elaborado pelas autoras.

De acordo com os dados do Quadro 2, dos sete participantes da pesquisa, três são do sexo feminino e quatro do sexo masculino, e a média de idade dos mesmos é de 26 anos. Com relação às tipologias de deficiência, pode-se verificar que três entrevistados possuem deficiência física, dois possuem deficiência auditiva, um possui deficiência visual e um, deficiência múltipla, caracterizada pelas deficiências auditiva e visual conjugadas. Destaca-se que embora a pesquisadora tenha feito diversos contatos por e-mail, nenhum estudante portador de transtorno do espectro autista e deficiência mental manifestaram interesse em participar da entrevista.

A PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES ACERCA DA IMPORTÂNCIA, DAS CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS, DE FUNÇÕES E DE ATRIBUTOS DA REDE SOCIAL DE APOIO

Moré e Crepaldi (2012, p. 90) destacam que o registro da rede social de apoio ocorre a partir de “um determinado momento ou situação vivenciada pela pessoa informante”. Para a realização desta pesquisa, esse registro foi considerado a partir da inserção do estudante deficiente no ensino superior da Universidade Federal de Viçosa, por meio da política de cotas para deficientes, e por conseguinte durante sua permanência na instituição. Na busca por uma melhor e mais profunda discussão acerca do tema, tornou-se importante analisar as características estruturais, das funções e dos atributos da rede social de apoio, considerando as especificidades das respostas contidas em cada entrevista.

A percepção do estudante deficiente com relação a importância da rede social de apoio

A rede social de apoio de uma pessoa é um sistema composto por todas aquelas relações que o indivíduo visualiza como significativas ou, no mínimo, distintas das demais (Moré, 2005). Num cenário individual, essa rede contribui para o reconhecimento e autoimagem do indivíduo, assim como para seu bem-estar, competência e desenvoltura diante de uma situação difícil vivenciada (Slukzi, 1997).

Na percepção dos entrevistados, a rede social de apoio está diretamente ligada à ajuda, seja ela de qualquer natureza, estando alicerçada no apoio necessário para superar as barreiras que surgem, conforme relatado:

Uma rede social de apoio significa pra mim um grupo de pessoas onde posso falar sobre minhas responsabilidades, dificuldades e descontentamentos em algumas situações específicas e daí essas pessoas vão formular e me ajudar a realizar ou facilitar o processo de cumprir determinadas funções (E1);

Pra mim a rede social de apoio é mantida por vínculos afetivos e pela relação entre as pessoas e o ambiente que por vezes oferece a possibilidade de apoio (E2);

Uma rede social de apoio significa aquelas pessoas que me apoiam quando eu necessito e quando não tenho facilidade de acessibilidade, daí a rede se torna importante (E3);

Uma rede social de apoio para mim são as pessoas que ajudam nessa trajetória (E4);

Uma rede social de apoio acho que são pessoas que você pode contar nos momentos mais complicados e difíceis que a gente vive, é aonde você pode ser amparar e se sentir acolhido e bem (E5);

A rede social de apoio significa para mim um grupo que me dê apoio nos estudos, que me ajude a me aceitar do jeito que sou (E6);

Rede social de apoio são as pessoas ao meu redor que tenho uma convivência e me apoiam quando necessito de ajuda no dia a dia (E7).

Brignol (2015), em sua dissertação, discorreu sobre os diversos estudos realizados que tratavam da temática das redes social de apoio de deficientes, apontando, assim, como pode ser observado nas falas acima, que as redes sociais de apoio contribuem de forma fundamental para “a diminuição das perdas funcionais, a preservação do sistema emocional, e o auxílio no enfrentamento da condição” (Brignol, 2015, p. 33).

Características estruturais/formas (QUEM?)

A discussão em torno das características estruturais da rede social de apoio dos participantes baseou-se nos seguintes eixos: tamanho (quantidade de pessoas), densidade

(qualidade da relação entre os membros/indivíduo), composição ou distribuição (as relações mais significativas) e dispersão (distância geográfica), conforme sugerido por Sluzki (1997) e, concomitantemente, buscou responder **quem** faz parte da rede social de apoio do estudante deficiente, de acordo com a abordagem de Portugal (2006), conforme apresentado abaixo e com base nas entrevistas.

Tamanho

Com relação ao tamanho da rede social de apoio dos estudantes entrevistados, foi possível perceber que, de um modo geral, todos os quadrantes (família, trabalho/estudo, amizades e comunitárias/institucionais) sinalizaram para um tamanho mediano de pessoas/instituições na formação da rede de cada entrevistado, o que, de acordo com Sluzki (1997), é considerado como ideal, tendo em vista que as redes numerosas indicam a possibilidade de falta de eficiência, pois um membro tende a supor que um outro já esteja buscando solucionar o problema existente, e as redes de tamanho mínimo geram sobrecargas extensas aos poucos membros. Já as redes de apoio caracterizadas como medianas, são consideradas as ideais por apresentarem maior versatilidade e disponibilidade do que os outros tamanhos de rede.

As entrevistas revelaram alguns padrões de respostas semelhantes no que se refere à constituição do tamanho das redes social de apoio, dentro de cada quadrante, conforme destacado nas falas abaixo:

Família

[...] dentro da categoria família é minha mãe, meus irmãos, tios e primos (E1);

Na minha rede familiar [...] primeiramente a mãe [...] depois tios, avós [...] e o meu pai (E5);

Trabalho/estudo

[...] nos estudos eu acredito que a UPI da UFV auxilia muito no processo de apoio (E3);

[...] já no trabalho e estudo minha referência de apoio é a UPI (E4);

No âmbito do trabalho e estudo na UFV tem a UPI que é a unidade de políticas inclusivas [...] eu acho que ela é o principal ponto dentro da UFV (E5);

Já no trabalho e estudo é a UPI da UFV (E6);

Amizades

Nas amizades geralmente são os amigos de infância, os colegas de classe mesmo e de algumas atividades fora da UFV (E1);

já com relação as amizades, pra mim tem a ver com aqueles amigos que tenho de infância (E2);

Com relação as amizades, num âmbito geral [...] atualmente eu estou morando em Viçosa os amigos que eu tenho mesmo são da minha cidade natal (E5);

Nas amizades [...] meu namorado (E6);

Nas amizades é minha namorada (E7).

Comunitárias/institucionais

Nas relações comunitárias e institucionais os demais funcionários [...] da UPI (E1);

Nas relações comunitárias e institucionais eu acredito que são as redes de saúde que me apoiam com relação à questão da minha deficiência e também o SUS. (E3);

Na questão comunitária [...] não posso deixar de citar o SUS (E5);

E nas relações institucionais considero a UPI da UFV (E6).

Além dos padrões nos tamanhos das redes, observou-se que os mesmos tipos de membros (tios, avós, namorado(a), mãe, amigos de infância) e de órgãos/setores (UPI, SUS, UFV) também se repetem com frequência nas respostas dos entrevistados. Sluzki (1997) afirma que uma maior diversificação da composição da rede social de apoio é relevante para uma melhor multifuncionalidade da mesma e para a realização de um apoio mais adequado para as necessidades que surgirem.

Densidade

A análise da densidade da rede social de apoio visa verificar a ligação dos membros da rede com o indivíduo, proporcionando a possibilidade de verificação da densidade de cada quadrante e dos laços ali estabelecidos que, para Portugal (2006, p. 531), são “as relações entre os nós da rede”.

A densidade das relações estabelecidas entre os entrevistados com suas redes familiar foi considerada pela maioria como uma relação muito frequente (85,71%). Verificou-se que o mesmo ocorreu na esfera das amizades, em que a maioria considerou a densidade das relações como muito frequentes (57,14%). No âmbito do trabalho e/ou estudo, pôde-se observar que a maioria considerou a densidade das relações como frequente (57,14%), assim como na esfera das relações comunitárias e/ou institucionais, em que a maioria dos posicionamentos apontou também para o estabelecimento de relações frequentes (50,0%).

O significativo percentual de densidade das relações familiares dos entrevistados pôde ser observado por meio dos trechos das falas descritas abaixo:

Minha frequência de contato com a minha família é muito frequente (E1);

A frequência de inteiração com a minha família é muito frequente pois moro com eles e temos um contato diário (E2);

A minha relação com a família e com o trabalho e estudo são muito frequentes (E3);

[...] a frequência de contato mais importante pra mim é a minha mãe porque ela estava mais próxima e me conhece melhor e minha relação com ela é de muita frequência (E4);

Eu diria que esse contato com a minha família é muito frequente, com a minha família por parte de mãe é muito frequente (E5);

Com minha família o contato é muito frequente (E6);

Guay (1984) afirma que, por meio da conexão observada entre o indivíduo e os membros de sua rede, pode-se definir se elas (as redes) são consideradas coesas, fragmentadas ou dispersas. Para o autor, a rede coesa (densidade alta) é composta por um grande grupo, em que todos se conhecem. Já a rede fragmentada (densidade média) é estabelecida por pequenos subgrupos, em que o contato estabelecido é pouco frequente e a conexão entre os membros é rara. A rede dispersa (densidade baixa) é aquela que possui a ausência de conexão entre os membros da rede social, mesmo quando existe interligações na esfera da relação familiar (Guay, 1984).

Nesse estudo, ao analisar o conteúdo das falas contidas nas entrevistas, foi possível verificar que a rede social de apoio dos estudantes deficientes é considerada com baixa densidade entre os subgrupos, uma vez que as entrevistas apontam que apenas as relações familiares e as de amizades que possuem algum tipo de conexão, quando se trata de amizades que foram estabelecidas na infância, por exemplo; mas esse fato não é característico de todas as entrevistas e, além do mais, os demais subgrupos não apresentaram conexão, segundo o conteúdo das entrevistas.

Composição ou distribuição

A composição ou distribuição das relações estabelecidas entre o indivíduo e sua rede social de apoio refere-se à “proporção e onde está concentrada as potências da rede”; ou seja, onde se encontram “as relações significativas” (Fiorati, 2013, p. 9). Com base nessa afirmativa e nas respostas dadas pelos entrevistados quando perguntados acerca de qual dos componentes, também chamados de nós da rede, teria mais importância para eles, foi possível verificar as seguintes respostas:

Das categorias citadas a que tem mais importância para mim é a família, em função da presença constante (E1);

O mais importante pra mim é a família, pois são eles que estão do meu lado me apoiando e me incentivando a seguir sempre em frente (E2);

O trabalho e estudo são muito importantes porque é o caminho para o crescimento profissional, então eu considero muito importante, mas a família também é muito importante, porque me ajuda com questões da minha saúde e me faz ter responsabilidade, além de me dá todo o apoio e suporte (E3);

De acordo com a resposta da questão anterior, a frequência de contato mais importante pra mim é a minha mãe porque ela estava mais próxima e me conhece melhor (E4);

A família é sem dúvida meu maior apoio, eu acho que a resposta não pode ser outra, é a família porque ela é a base de tudo na minha vida (E5);

Os componentes que tem mais importância pra mim na vida amorosa é minha família, meus amigos e meu namorado, na vida acadêmica a UPI. Isso porque sem minha família não conseguiria chegar onde cheguei, e sem a ajuda da UPI também não teria conseguido seguir a vida acadêmica (E6);

A UFV tem mais importância pra mim porque é onde passo a maior parte do tempo, quando não estou em aulas estou no trabalho que também pertence a UFV (E7).

De acordo com o exposto, é possível observar que, dentre as redes constituídas por cada entrevistado, a rede de apoio familiar é citada como a mais importante (85,71%). Isso reitera o que Portugal (2006) afirmou com relação às características que buscam identificar os nós da rede de apoio que. Segundo a autora, há “clara distinção entre as relações de parentescos e as restantes relações sociais – existe a família e existem ‘os outros’” (Portugal, 2006, p. 485).

Dispersão

Fiorati (2013) afirma que o aspecto que envolve a dispersão da rede social de apoio está relacionado à distância geográfica do indivíduo para um membro íntimo da rede. No quadrante da rede familiar, apenas um entrevistado (14,29%) manifestou ser grande a dispersão geográfica entre ele e sua rede familiar em função de morarem em cidades diferentes. Esse baixo número mostra que a família se apresenta como um efetivo apoio para o estudante deficiente.

Nas relações de trabalho e/ou estudo ficou claro que a dispersão geográfica também foi pequena, uma vez que os participantes que trabalham e estudam dividem seu tempo nessas atividades, e aqueles que apenas estudam ficam inseridos no contexto da instituição em grande parte de seu dia. No que se refere às amizades, pôde-se perceber que a distância geográfica entre os entrevistados e seus amigos de infância é grande, pois alguns deles se mudaram para a cidade de Viçosa ao serem aprovados no Exame Nacional do Ensino Médio, para cursar a graduação na UFV, deixando em sua cidade natal as amizades de infância. Já na categoria comunitária e institucional, a dispersão geográfica apresentou-se pequena, uma vez que alguns locais citados pelos estudantes entrevistados apontam setores da instituição de ensino em que eles estão inseridos.

Características das funções/conteúdo (O QUÊ?)

As características de funções da rede social de apoio foram baseadas nas descrições contidas acima, no Quadro 1, sendo elas: companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e de conselhos, regulação social, ajuda material e de serviços e acesso a novos contatos, conforme proposto por Sluzki (1997) e, paralelo a isso, também buscou a responder **quais** os conteúdos dos fluxos das redes, baseado na perspectiva de Portugal (2006) e discutidos abaixo com base nas entrevistas.

As funções da rede social de apoio no contexto das relações familiares

As funções desempenhadas pelos membros da rede social de apoio devem ser observadas de acordo com os vínculos estabelecidos entre o indivíduo e cada membro da rede e, segundo Fiorati (2013), tais funções servem para apontar o tipo de troca recíproca estabelecida entre os membros de uma rede e o indivíduo.

Num âmbito mais específico, Sluzki (1997) afirma que as relações ocorridas no contexto familiar tendem a abranger concomitantemente diversas funções e muitas delas, pela sua riqueza, complexidade e características, extrapolam as especificidades propostas. Essa diversificação de funções da rede social de apoio de cada estudante deficiente, no âmbito familiar, pode ser observada nas falas abaixo:

Os tipos de apoio que recebo de minha família são financeiros, afetivo, de confiança e sociabilidade (E1);

Na minha família eu encontro apoios materiais, afetivo, financeiro e de confiança (E2);

O apoio que eu recebo da minha família é um apoio de informações, de confiança e afetivo (E3);

[...] a minha mãe sempre me ajudou com as lições de casa, a professora explicava para ela as matérias e ela me explicava para eu entender melhor [...] e durante um bom tempo também me levava até escola (E4);

Recebi todos os apoios possíveis de minha família de acordo com esses descritos aqui, todos eles e se tivesse mais eu colocaria mais ainda por isso que eu falo que a família é a base de tudo (E5);

As ajudas que recebo de minha rede social de apoio são afetivos, confiança e motivacional no âmbito familiar (E6);

Recebo apoio afetivo da minha família (E7).

Sólcia (2004) afirma que o indivíduo com deficiência necessita de auxílios para sanar as dificuldades encontradas ao longo da vida e que muitas dessas dificuldades interferem diretamente na dinâmica da rotina e das relações familiares, bem como nas estruturas física e material em que o deficiente se encontra inserido, o que exige de cada família um envolvimento nos diversos processos vivenciados pelo deficiente, como, por exemplo, o processo

educacional. Tais auxílios foram citados nas falas acima, em que cada entrevistado, dentro de sua dinâmica familiar, apontou as funções desempenhadas pela família, na perspectiva do apoio ao enfrentamento das barreiras vivenciadas.

Pádua e Rodrigues (2013) afirmam que tais auxílios são elementos que devem integrar a dinâmica familiar, na perspectiva de buscar contribuir para que o indivíduo se sinta amado, compreendido, confiante, suprido de suas necessidades básicas e estimulado a desenvolver a comunicação, tendo como finalidade seu no pleno desenvolvimento.

A função de apoio afetivo está representada em praticamente todas as falas, o que nos leva a concluir que o conteúdo da rede familiar dos entrevistados é, além de instrumental, também expressivo, ou seja, a rede preenche necessidades materiais e também afetivas (Portugal, 2006).

No contexto familiar, pôde-se observar que a mãe desempenha funções importantes em relação ao apoio fornecido ao estudante deficiente. Tal afirmativa pode ser comprovada conforme trechos das entrevistas descritos abaixo:

[...] todo o apoio prestado pela minha mãe em especial, principalmente quando o quesito é serviço de deslocamento e os serviços da casa (E1);

O meu principal apoio dentro da rede familiar é minha mãe, ela me auxilia desde materiais, questões financeiras até apoio emocional e psicológico (E2);

[...] o membro que mais me apoia é a minha mãe, ela me dá amparo emocional e cuidado (E3);

Sem sombra de dúvidas a minha mãe é minha principal referencia de apoio, pois, ela sempre me acompanhou e sempre esteve presente em todos os momentos da minha vida (E4);

[...] primeiramente a mãe, porque a minha mãe é meu maior centro de apoio no âmbito da família [...] a minha mãe é um grande apoio pra mim (E5).

A maioria das entrevistas apontou a mãe como principal fonte de apoio no âmbito familiar e de uma forma geral. Silva, Damásio e Santana (2018, p. 7) apontam que o papel da mãe “é o de dona do cuidado integral, ou seja, aquela que não mede esforços para proporcionar o melhor aos filhos, especialmente quando este apresenta alguma deficiência”.

As funções da rede social de apoio no contexto das relações de trabalho e/ou estudo

Com relação às funções desempenhadas pela rede social de apoio no contexto do trabalho e/ou estudo, cabe destacar que, com exceção dos entrevistados E3 e E7, os demais participantes não exercem atividade laboral (71,42%) concomitante com os estudos. Foi possível observar um destaque para a “ajuda material e de serviços”, conforme descrito, abaixo, nas falas dos participantes, destacando que essa categoria trata do provimento de assistência financeira ou de serviços (Moré; Crepaldi, 2012).

Já no trabalho e estudo eu recebo apoio material, de serviços, de sociabilidade e informação (E1);

No trabalho e estudo eu encontro apoio material que a UPI fornece e também apoio de informações (E2);

No trabalho e estudo eu tenho apoio na questão da acessibilidade e de materiais (E3);

[...] e agora na UFV tem a UPI que está me dando essa oportunidade de ter mais tempo para fazer as provas, isso ajuda bastante, além de ampliar as provas também (E4);

Com relação ao trabalho e estudo eu diria serviços informação e sociabilidade (E5);

Já no trabalho e estudo são de informação, sociabilidade e motivacional (E6);

Já no trabalho e estudo o apoio é financeiro, de serviços e de sociabilidade (E7).

No caso dos dois entrevistados (E3 e E7) que desempenham atividade laboral, pôde-se concluir que eles vinculam essa categoria à assistência financeira, uma vez que eles possuem rendimentos em função do trabalho desempenhado. Mas, além disso, eles e os demais entrevistados dão um destaque importante para as funções de prestação de serviço desempenhada pela Unidade de Políticas Inclusivas (UPI) da UFV, conforme pode ser verificado nas falas abaixo:

[...] eu encontro apoio material que a UPI fornece e também de informações (E2)

[...] a UPI da UFV auxilia muito no processo de apoio porque sempre que a gente precisa fazer uma prova com letra maior ou usar algum equipamento, qualquer demanda que a gente leva para eles, eles tentam ajudar da melhor forma possível (E3);

[...] a UPI que está me dando essa oportunidade de ter mais tempo para fazer as provas lá na sede deles, isso ajuda bastante, além de ampliar as provas também [...] acho que os serviços prestados pela UPI são de grande ajuda (E4);

[...] na UFV tem a UPI que eu enxergo de tamanha importância para inclusão de pessoas com deficiência física e outros tipos de deficiência, eu acho que ela é o principal ponto de apoio para as pessoas que possuem alguma necessidade especial [...] nos meus primeiros dias na UFV me ligaram falando que o coordenador da UPI queria falar comigo [...] ele então me perguntou quais foram as minhas dificuldades e o que eu precisava, se eu precisava de algum apoio (E5);

[...] e sem a ajuda da UPI também não teria conseguido seguir na minha vida acadêmica (E6).

As unidades de apoio à inclusão de deficientes na esfera educacional tornaram-se de fundamental importância pois, com a implementação da política de cotas de deficientes, as instituições necessitam ter um local de acolhimento e de escuta das demandas que surgirem para assim buscarem uma inclusão e um processo de permanência mais equânime desses

estudantes. Segundo Ciantelli e Leite (2016), os núcleos de acessibilidade existentes nas instituições de ensino superior apresentam-se como apoio educacional e social para as pessoas deficientes.

As funções da rede social de apoio no contexto das relações de amizades

Ao retratar o valor de uma amizade, Teixeira (2006) afirma que ela pode ser oriunda de vivências de tempos passados, de momentos de regozijo, como encontros com amigos, passeios ou, até mesmo, uma pescaria. A autora afirma que a aceitação de uma deficiência por parte do indivíduo, seja ela congênita ou adquirida, perpassa do apoio dado pela família e também pelos amigos. O apoio proveniente do âmbito das amizades pode ser percebido nos relatos dos entrevistados, a seguir:

Nas amizades recebo apoio de sociabilidade, serviços e confiança (E1);

Nas amizades eu encontro apoio afetivo e confiança, pois o laço que tenho com meus amigos de infância é muito grande (E2);

Nas amizades eu colocaria todos menos o apoio material e financeiro (E5);

Nas amizades são afetivos, confiança e apoio (E6);

Nas amizades o apoio é de confiança, sociabilidade e apoio material (E7).

Foi possível identificar nas falas acima que as amizades estão fortemente ligadas às funções de “suporte emocional” e de “companhia social” e auxiliam os entrevistados a sentirem-se mais amparados e, conseqüentemente, mais encorajados. Segundo Rodrigues e Ferreira (2012), as amizades mais próximas tendem a desenvolver a função de cuidador informal com vistas a ofertar o apoio emocional e proporcionar uma maior autonomia e independência da pessoa com deficiência.

As funções da rede social de apoio no contexto das relações comunitárias e/ou institucionais

Silveira *et al.* (2016) afirmam que a esfera comunitária e/ou institucional envolve diversas ligações (elo) que são constituídas por meio do estabelecimento de relações entre o indivíduo/família e instituições sociais/comunitárias das quais ele participa e recebe apoio. As relações comunitárias e/ou institucionais foram vistas pelos entrevistados neste estudo como tendo uma função mais voltada para a “ajuda material e de serviços” e de “guia cognitivo e de conselhos”, como pode ser observado nas falas abaixo:

[...] e nas relações comunitárias e institucionais oferecem apoio material e de serviços (E1);

Nas relações comunitárias e institucionais percebo o apoio no sentido da sociabilidade (E2);

[...] e nas relações comunitárias e institucionais são auxílios para questão de acessibilidade e apoio material (E3);

Nas relações comunitárias e institucionais eu considero material e financeiro porque se fosse para eu pagar todo o tratamento que eu já fiz, todas as consultas que eu já fiz na qualidade que aconteceu, eu iria passar fome, sinceramente então, eu botaria apoio material, financeiro e serviços afetivo (E5);

E nas relações comunitárias e institucionais recebo apoio, serviços, sociabilidade e informação (E6);

Nas relações comunitárias e institucionais é de informações (E7).

A ajuda material e de serviços citadas pelos entrevistados nas funções da rede social de apoio comunitária/institucional estão relacionadas aos serviços oferecidos na UPI, da UFV, como auxílio de intérprete de Libras, ampliação de horário para realização de provas, empréstimos de equipamentos que ampliam materiais impressos para leitura e ajuda material no sentido de fornecer provas e materiais ampliados. Outra atribuição da UPI/UFV, destacada pelos entrevistados, é o desempenho do papel de guia cognitivo e de aconselhamento, uma vez que o setor estabelece um contato direto com os estudantes deficientes, buscando orientá-los em suas necessidades. Nesta pesquisa pôde-se observar que os entrevistados não citaram diretamente nenhum outro setor da instituição como parte de sua rede social de apoio, o que alguns relataram é que existem professores que os auxiliam, assim como pessoas específicas de alguns setores como a Pró-Reitoria de Ensino, por exemplo.

Outra instituição considerada importante no apoio à pessoa com deficiência e que foi citada pelos entrevistados é o Sistema Único de Saúde (SUS). Essa instituição foi apontada como sendo de ajuda tanto material e de serviços, como o fornecimento de bengalas e a realização de tratamentos fisioterápicos, quanto de guia cognitivo e de conselhos, como a orientação na tomada decisões que envolviam a deficiência. De acordo com Portugal (2006), revela-se como sendo parte do conteúdo do fluxo da rede, tanto no contexto instrumental quanto no expressivo. Pode-se observar nas falas abaixo a importância do SUS na rede de apoio de um dos entrevistados:

Não posso deixar de citar o SUS que me ajuda bastante, pois sem ele eu acho que muita coisa assim não seria possível, o SUS é muito importante [...] é uma coisa que o povo brasileiro precisa dar valor (E5);

[...] eu considero material e financeiro porque se fosse para eu pagar todo o tratamento que já fiz, todas as consultas de qualidade que aconteceu, eu iria passar fome, sinceramente então, eu botaria apoio material, financeiro e serviços afetivo [...] então eu acho sim, que você acaba criando um vínculo afetivo e social, sem falar no apoio de informação, porque a gente acaba aprendendo muita coisa, assim como tudo na vida, porque tudo na vida é uma aprendizagem (E5);

O entrevistado E5 relatou que fez todo seu tratamento de saúde, relacionados à sua deficiência, em um grande hospital da cidade de Belo Horizonte, incluindo cirurgia, fisioterapia

e diversas interações. Também recebeu uma bengala que o auxilia em sua locomoção, e como como ele diz: “ganhei lá sem custo nenhum”. Para ele, “o SUS é essencial”.

Características dos atributos/normas (COMO?)

Para Sluzki (1997), as características que se referem aos atributos estão ligadas aos aspectos de multidimensionalidade, reciprocidade, intensidade, frequência de contatos e história da relação. Segundo Portugal (2006), esses aspectos podem ser sintetizados na questão que busca verificar **quais** as normas que regulam a ação da rede social de apoio do deficiente. De acordo com a autora, essas normas podem basear-se na reciprocidade, na obrigação, na igualdade e/ou na autonomia (Portugal, 2006). A seguir, procurou-se discutir as características das diferentes normas/atributos, que regulam o fluxo das redes sociais dos estudantes deficientes entrevistados.

A norma de autonomia

A autonomia é compreendida como “a capacidade que o ser humano possui de realizar suas escolhas, decidir sobre si mesmo, manifestar suas vontades e debater ponderações a respeito de sua vida” (Vencato; Wendling, 2019, p.3). Esse processo de tomada de decisão foi citado pelos entrevistados conforme relatado nas falas abaixo:

A minha rede social é regida pelas seguintes normas: na família a autonomia [...] nas amizades a reciprocidade, igualdade e autonomia (E1);

Na minha família as normas que a regem é a reciprocidade e a autonomia, pois minha família me deixa muito a vontade para tomar minhas decisões. No trabalho e estudo vejo que as normas são muito voltadas para a obrigação, pois ela parte de uma responsabilidade e também pela autonomia (E2);

[...] e a UPI, ela tem algumas regras para usar lá, como marcar provas com antecedência, mas são essas normas (E4);

[...] às vezes eu acho que a minha família acredita mais em mim, espera mais de mim do que eu mesmo, eu tenho autonomia dada pela minha família nesse sentido (E5);

No trabalho e estudo vejo a reciprocidade, a igualdade e a autonomia [...] e nas relações comunitárias e institucionais posso dizer que é a reciprocidade, a igualdade e a autonomia (E6);

Com base nessa definição e de acordo com os conteúdos das entrevistas, foi possível verificar que a rede familiar dos entrevistados busca propiciar aos estudantes, de acordo com suas deficiências e limitações, a autonomia necessária para que eles busquem desenvolver suas potencialidades na perspectiva de alcançar seus direitos e realizar seus deveres perante a sociedade.

No âmbito educacional, segundo Forgiarini (2012), a autonomia emerge de forma expressiva, buscando motivar pessoas com deficiência a realizarem suas atividades educacionais,

contribuindo para sua formação acadêmica e os ajudando a serem capazes e autônomos perante a sociedade. No contexto do trabalho, pode-se inferir que os entrevistados mostraram que o princípio da autonomia está ancorado nos discursos inclusivos, que procuram influenciar a prática laboral objetivando produzir indivíduos autossuficientes e proativos.

Pode-se inferir que a autonomia é observada nas relações comunitárias e institucionais, uma vez que a população entrevistada a vinculou à UPI da UFV, setor este que tem como um de seus objetivos apoiar o estudante deficiente na perspectiva de lhe oferecer maior autonomia nos seus estudos.

A norma de igualdade

Portugal (2006) afirma que a norma de igualdade se configura como um parâmetro indispensável para definir o que é justo. Já Santos (2007) diz que a igualdade substancial busca pleitear o tratamento homogêneo para todas as pessoas, não se trata de uma igualdade voltada para o direito ou para as leis, e sim para uma igualdade “real e efetiva perante os bens da vida, bens de extrema importância para o ser humano enquanto sociedade” (Santos, 2007, p. 39). Os entrevistados citaram a norma de igualdade dentro de quadrantes diferentes de suas redes social de apoio, conforme descrito abaixo:

[...] no trabalho e estudo a igualdade, nas amizades a reciprocidade, igualdade e autonomia e nas relações comunitárias e institucionais a obrigação e igualdade (E1);

Bem, com relação as relações comunitárias e institucionais, eu vejo que elas são regidas para mim como uma norma de igualdade (E2);

No trabalho e estudo vejo a reciprocidade, a igualdade e a autonomia. Nas amizades a reciprocidade, a igualdade e o amor. E nas relações comunitárias e institucionais posso dizer que é a reciprocidade, a igualdade e a autonomia (E6);

[...] de igualdade no trabalho e estudo [...] de igualdade nas relações comunitárias e institucionais (E7).

De acordo com as respostas acima, verifica-se que, apenas no quadrante que aborda a rede social de apoio familiar, a norma de igualdade não foi citada por nenhum entrevistado, o que pode ter se configurado em função da discordância dos entrevistados acerca dessa norma na esfera familiar. Segundo Portugal (2006), a igualdade não deve ser vista como um processo de reciprocidade no interior da díade doador-receptor (pais/avós/tios-filhos), pois ela tende a se configurar como um dos maiores motivos de tensões e conflitos no âmbito familiar, tendo em vista que, por se sentir injustiçado ou preterido, o indivíduo acaba gerando conflitos que abalam tal díade (Portugal, 2006).

A norma de obrigação

Finch e Mason (1993) defendem que a obrigação traz um significado de responsabilidade que é gerado no decorrer do tempo, por meio do desenvolvimento da relação entre as pessoas envolvidas. Essa norma de obrigatoriedade, segundo as entrevistas, não está

relacionada apenas ao âmbito das amizades da rede social de apoio do estudante deficiente, como pode ser observado a seguir:

[...] e nas relações comunitárias e institucionais a obrigação e igualdade (E1);

No trabalho e estudo vejo que as normas são muito voltadas para a obrigação, pois ela parte de uma responsabilidade e também pela autonomia (E2);

[...] na minha família a norma regida lá é a obrigação, pois eu tenho obrigação de sustentar minha família, de dar conforto, qualidade de vida para eles, isso é minha função. No trabalho e estudo também a norma é de obrigação porque eu preciso trabalhar e ter a responsabilidade com meu trabalho e nos estudos eu tenho obrigação de estudar para conseguir me formar e dar uma vida melhor para minha família (E3);

Com a minha mãe eu acho que a norma primeiro é a obrigação de me esforçar na escola, acho que é só isso, me esforçar! O meu primo é mais ou menos nesse sentido também, e a UPI, ela tem algumas regras para usar lá, como marcar provas com antecedência, mas são essas normas (E4);

É claro que no trabalho e estudo tem muita obrigação, isso já é natural, não existe trabalho e estudo sem você assumir compromissos ter as obrigações de entregar as coisas em dia, de fazer tudo certinho, isso é uma coisa que já vem no pacote (E5).

A norma de obrigação dentro do contexto familiar dos entrevistados está voltada para as questões do estudo e do sustento familiar (trabalho). Essas questões vinculam a obrigação à responsabilidade, como se sair bem nos estudos, tendo em vista que a família oferece o suporte necessário para tal finalidade, ou seja, ela, além das responsabilidades do estudo, deve trabalhar para sustentar a família.

Nessa pesquisa, observou-se que, no contexto das relações comunitárias e institucionais, a norma de obrigação também está presente. Dessa forma, pode-se concluir que isso pode ocorrer, dentre outros motivos, em função da obrigatoriedade de resposta aos investimentos oriundos tanto de ordem privada (família) quanto de ordem pública (governo) no auxílio à pessoa com deficiência, no acesso aos seus direitos sociais (educação, saúde, trabalho, habitação dentre outros).

Na esfera da amizade, pode-se observar que não foi retratado pelos entrevistados, o estabelecimento de nenhuma norma de obrigação, o que sugere que essa esfera esteja mais voltada para o estabelecimento de normas que dão mais ênfase ao “bem-estar emocional, afetivo e psicológico dos indivíduos” (Faquinello; Marcon, 2011, p. 1347).

A norma de reciprocidade

A norma de reciprocidade foi citada em todos os quadrantes da rede social de apoio dos estudantes deficientes entrevistados. Considera-se que tal fato se deva à importância que ela apresenta, por ser a base de todas as relações sociais (Simmel, 1897), como pode ser

verificado no contexto em que essa norma está inserida, de acordo com os quadrantes da rede social de apoio:

[...] nas amizades a reciprocidade, igualdade e autonomia (E1);

Na minha família as normas que a regem é a reciprocidade e a autonomia, pois minha família me deixa a vontade para tomar minhas decisões. [...] Nas amizades a norma que vejo é a reciprocidade, pois meus amigos e eu nos ajudamos sempre (E2);

As normas são a reciprocidade na minha família. No trabalho e estudo vejo a reciprocidade, a igualdade e a autonomia. Nas amizades a reciprocidade, a igualdade e o amor. E nas relações comunitárias e institucionais posso dizer que é a reciprocidade, a igualdade e a autonomia (E6);

Bem, as normas são de reciprocidade na esfera da família [...] de reciprocidade nas amizades (E7).

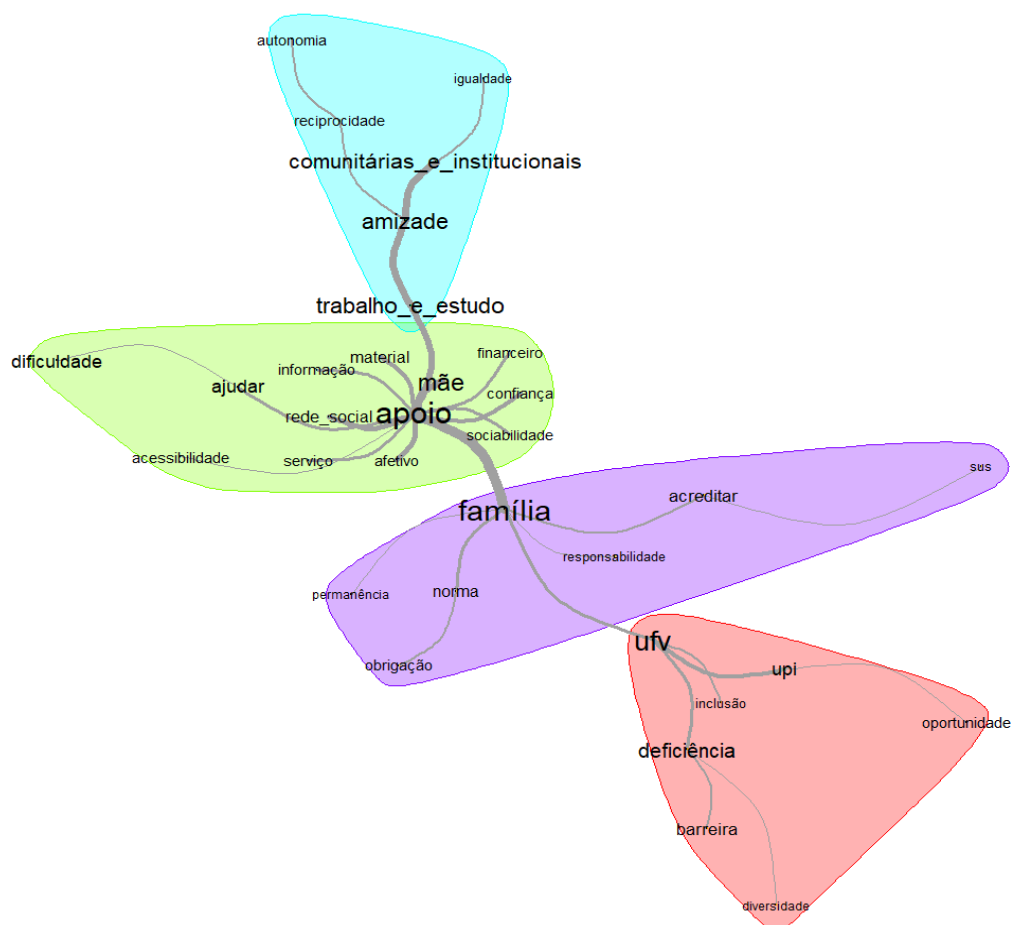
A reciprocidade no contexto familiar pôde ser observada nas entrevistas, numa perspectiva de desenvolvimento de um sentimento de gratidão, em que os entrevistados se mostraram gratos por tudo que a rede familiar faz e já fez por eles, o que os levam a manterem uma relação recíproca que, para Barrón (1996), envolve duas pessoas que cumprem as mesmas funções respectivamente ou cumprem funções correspondentes.

No âmbito das amizades, o entrevistado E2 vê a norma de reciprocidade dentro de sua rede social de apoio como um processo de ajuda mútua, que se apresenta, segundo Fiorati (2013, p. 11) como “funções de mão dupla no vínculo”.

A ANÁLISE DE SIMILITUDE DO CONTEÚDO DAS REDES

A análise de similitude foi realizada por meio do uso do software IRaMuTeQ com a finalidade de examinar as sete entrevistas realizadas com os participantes, conforme descrito no Quadro 2. Com os resultados, que se basearam na análise da teoria dos grafos, foi possível verificar o nível de ocorrências das palavras e assinalar o vínculo entre elas, buscando assim contribuir para o reconhecimento estrutural do conteúdo do corpus textual referente às redes sociais. Como pode ser observado na Figura 1, abaixo, destacaram-se três palavras do corpus textual: apoio, família e UFV.

Figura 1 – Análise de Similitude



Fonte: Resultado das análises do software IRaMuTeQ.

Da palavra **apoio** formaram-se novos eixos importantes, como: mãe (confiança, financeiro, sociabilidade, material, informação, afetivo), rede social (ajudar, dificuldade, acessibilidade, serviço), trabalho, estudo e amizade (reciprocidade, autonomia) e comunitárias e institucionais (igualdade). Já a palavra **família** está articulada com a permanência, as normas, a obrigação, a responsabilidade, o ato de acreditar e o SUS. Da palavra **UFV** ramificaram-se outras palavras expressivas, como deficiência (barreira, diversidade) e UPI (inclusão, oportunidade).

Assim sendo, pode-se concluir que, de uma forma geral, o apoio estabelecido entre os componentes da rede social do estudante deficiente, composto pelas relações de trabalho e estudo, amizade e comunitárias e institucionais são ainda complementadas dentro do contexto familiar, de uma forma muito expressiva pelo apoio materno. A família traz

algumas características importantes, como, por exemplo, ser fonte de apoio ao estudante, na perspectiva de incentivá-lo a confiar e acreditar em seu potencial e também se caracteriza como elemento importante para manutenção da permanência do estudante durante sua graduação. Ao analisar a palavra UFV e suas ramificações, verifica-se que elas estão diretamente ligadas às questões que abordam as diversidades de deficiências e as barreiras impostas por elas no âmbito institucional. Outro termo que se mostrou ligado intimamente à palavra UFV foi a UPI, setor da instituição que busca realizar a inclusão dos estudantes com deficiência, na perspectiva de oportunizar seu desenvolvimento acadêmico e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando mapear e conhecer a composição da morfologia da rede social de apoio dos estudantes deficientes da Universidade Federal de Viçosa, inseridos na instituição pela política de cotas para deficientes, procurou-se examinar, por meio de entrevistas, o desenho dessa rede social de apoio, no período anterior e posterior à inserção do estudante na instituição.

Verificou-se o quão plural e diversificado pode ser a estruturação da rede social de apoio de um indivíduo deficiente, tendo em vista que a tipologia da deficiência é um fator de extrema importância no processo de delineamento da rede de apoio. Um componente determinante e essencial verificado neste trabalho foi o papel da mãe na rede de apoio, tanto no contexto do cotidiano do deficiente, quanto no acesso e na permanência do estudante deficiente no ensino superior. Assim, pode-se inferir que, da forma enfática na qual a mãe foi citada nessa rede social de apoio, ela poderia, neste estudo, ser considerada como um novo componente que, constitui-se como um quadrante da rede social de apoio do estudante.

Nesse sentido, cabe ressaltar que estudos que perspectivam delinear redes sociais de apoio de pessoas com deficiência, seja no âmbito educacional ou em outras esferas da vida são relevantes, uma vez que retratam a realidade vivenciada e apresentam subsídios para o apoio e crescimento da pessoa deficiente.

NOTA

- 1 Segundo Ribeiro (2017) lugar de fala não é uma questão individual, mas sim coletiva. Ele é importante quando se considera vivências comuns de grupos sociais, o que se torna relevante na construção de reflexão, de crítica e de saberes, além de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que desde sempre foram excluídos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. F. *Análise dos indicadores e políticas de inclusão escolar na Baixada Fluminense*. 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação, 2016.

BAMPI, L. N. S.; GUILHEM, D.; ALVES, E. D. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. *Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 4, p. 1-9, jul./ago. 2010.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70, 2006.

BARRÓN, A. *Apoio social: aspectos teóricos y aplicaciones*. Madrid: Siglio Veintiuno España Editores, 1996.

BRASIL, Constituição Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Ministérios das Comunicações, 1988.

BRIGNOL, P. *Rede de Apoio à Pessoa com Deficiência Física*. 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, 2015.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013.

CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 22, n. 3 p.413-428, 2016.

FAQUINELLO, P.; MARCON, S.S. Amigos e vizinhos: uma rede social ativa para adultos e idosos hipertensos. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, v. 45, n. 6, p. 1345-1352, 2011.

FINCH, J.; MASON, J. *Negotiating Family Responsibilities*. London: Routledge, 1993.

FIORATI, R. C. *Mapas de Rede de Sluzki*. 2013. 12 slides. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4133844/mod_resource/content/1/Mapas%20de%20rede%20de%20sluzki.pdf. Acesso em: 16 dez. 2020.

FORGIARINI, R. R. A produção da autonomia no sujeito deficiente: contribuições da escola inclusiva. *Revista Educação por escrito*, [s.l.], v. 3 n. 2, p. 51-63, 2012.

GUAY, J. *L'intervenant professionnel face à l'aide naturelle*. Québec: Caëtan Editeur, 1984.

HOLANDA C. M. A.; ANDRADE, F. L. J. P.; BEZERRA, M. A.; NASCIMENTO, J. P. S.; NEVES, R. F.; ALVES, S.B.; RIBEIRO, K.S.Q.S. Support networks and people with physical disabilities: social inclusion and access to health services. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 175-184, Jan. 2015.

JULIANO, M. C. C.; YUNES, M. A. M. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. *Rev. Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. XVII, n. 3, p. 135-154, jul.-set., 2014.

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000.

MORÉ, C. L. O. O. As redes pessoais significativas como instrumento de intervenção psicológica no contexto comunitário. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 15, n. 31, p. 287-297, 2005.

MORÉ, C. L. O. O.; CREPALDI, M. A. O mapa de rede social significativa como instrumento de investigação no contexto da pesquisa qualitativa. *Nova Perspectiva Sistemica*, v. 21, n. 43, p. 84-98, 2012.

OLIVEIRA, L. C. *Visibilidade e Participação Política: Um estudo no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em Niterói*. 2010, 178f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2010.

PADILHA, M. I. C. S.; RAMOS, F. R. S.; BORENSTEINS, M. S.; MARTINS, C. R. A responsabilidade do pesquisador ou sobre o que dizemos acerca da ética em pesquisa. *Texto & Contexto - Enfermagem*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 96-105, 2005.

PÁDUA, E. S. P.; RODRIGUES L. Família e deficiência: reflexões sobre o papel o psicólogo no apoio aos familiares de pessoas com deficiência. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 8., 2013, Londrina-PR. *Anais do VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial*. Londrina (PR): Universidade Estadual de Londrina, 2013. p. 2321-2331.

PEREIRA, L. T. K.; GODOY, D. M. A.; TERÇARIOL, D. Estudo de caso como procedimento de pesquisa científica: reflexão a partir da clínica fonoaudiológica. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 22, n. 3, p. 422-429, 2009.

PORTUGAL, S. *Novas famílias, modos antigos: as redes sociais na produção de bem-estar*. 2006. 778 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Coimbra, Portugal, 2006.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte, MG: Letramento, 2017.

RODRIGUES, J. S. M.; FERREIRA, N. M. L. A. Estrutura e funcionalidade da rede de apoio social do adulto com câncer. *Acta paul. enferm.*, [s.l.], v. 25, n. 5, p. 781-787, 2012.

SANTOS, C. A. Educação inclusiva e o princípio constitucional da igualdade. *Revista Jurídica*, Anápolis/GO, UniEVANGÉLICA, Ano VIII, n. 13, p. 39-46, 2007.

SILVA, A. B.; DAMAZIO, C. R.; SANTANA, L. S. Os desafios enfrentados pelas mães de crianças com necessidades especiais e a idealização do filho perfeito: vivências no CERVAC. *O Portal dos Psicólogos*, 2018.

SILVEIRA, A. O.; BERNARDES, R. C.; WERNET, M.; PONTES, T. B.; SILVA, A. A. O. Rede de apoio social familiar e a promoção do desenvolvimento infantil. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, [s.l.], v. 04, n. 1, p. 6-16. 2016.

SIMMEL, G. *Comment les formes sociales se maintiennent*. *L'Année sociologique*, [s.l.], année 1, p. 71-109, 1897.

SLUZKI, C. E. *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SÓLCIA, I. V. *Âmbito familiar: a reação da família frente a notícia da deficiência dos filhos*. 2004. 93 f. Monografia – UNOPAR - Universidade Estadual do Norte do Paraná. 2004.

TEIXEIRA, A. M. *Vida revirada: o acontecer humano diante da deficiência adquirida na fase adulta*. 2006. 81 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia como Profissão e Ciência) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMP), Campinas, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, SP: Atlas, 1987.

VENCATO, L. S.; WENDLING, M. I. A percepção da família sobre o desenvolvimento da autonomia nas pessoas com deficiência intelectual. *Revista Universo Psi*, Taquara, v.1, n. 1, p. 1-25, 2019.

VEREZA, C. Participação na vida política e pública. In: RESENDE, A. P. C.; VITAL, F. M. P. (org.) *A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

ZAVAREZE, T. E. A construção histórico cultural da deficiência e as dificuldades atuais na promoção da inclusão. *O Portal dos Psicólogos*, 2009.

FATORES CRÍTICOS DO PROCESSO DECISÓRIO EM RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: UM ESTUDO DE CASO

**Felipe Fróes Fróes Couto, Thiago Ribeiro Siqueira,
Rodrigo Guimarães Teixeira Veloso,
Carlos Viana Ribeiro Guedes Geraldo**

Resumo

Este estudo investiga os fatores críticos do processo decisório em projetos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Adota-se uma abordagem qualitativa e descritiva, utilizando um estudo de caso único em uma grande empresa do setor de distribuição de combustíveis. A pesquisa baseia-se na análise documental de relatórios de sustentabilidade e em uma entrevista semiestruturada com o responsável pela área de RSC. A análise de conteúdo foi realizada com o suporte do software Atlas.ti 8. Os resultados evidenciam que as decisões em RSC concentram-se nas fases iniciais do processo decisório, sendo fortemente influenciadas pelos interesses organizacionais e pelos *stakeholders*. Observou-se que a empresa mede o impacto de suas ações principalmente pelo número de pessoas atingidas e pelas avaliações externas, que abrangem sustentabilidade, risco e desempenho. Teoricamente, o estudo contribui ao integrar os conceitos de racionalidade limitada e escolha racional no contexto da RSC, destacando como as decisões organizacionais equilibram demandas sociais e interesses estratégicos. A originalidade do trabalho reside na aplicação de um modelo de análise que estrutura as variáveis decisórias em RSC, oferecendo subsídios para aprimorar a relação entre empresas e sociedade.

Palavras-chave

processo decisório; responsabilidade social corporativa; racionalidade limitada; neoliberalismo; escolha racional.

Abstract

This study investigates the critical factors in the decision-making process of Corporate Social Responsibility (CSR) projects. A qualitative and descriptive approach was adopted, using a single case study of a large company in the fuel distribution sector. The research is based on document analysis of sustainability reports and a semi-structured interview with the CSR manager. Content analysis was conducted using Atlas.ti 8 software. The results indicate that CSR decisions are primarily concentrated in the initial phases of the decision-making process and are strongly influenced by organizational interests and stakeholders. It was observed that the company measures the impact of its actions mainly by the number of people reached and external evaluations, covering sustainability, risk, and performance criteria. Theoretically, the study contributes by integrating the concepts of bounded rationality and rational choice into the CSR context, highlighting how organizational decisions balance social demands and strategic interests. The originality of this work lies in the application of an analytical model that structures decision-making variables in CSR, providing insights to enhance the relationship between companies and society.

Keywords

decision making process; corporate social responsibility; limited rationality; neoliberalism; rational choice.

INTRODUÇÃO

Diante da relação entre empresa e sociedade, alguns pesquisadores desenvolveram estudos indicando que as ações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) podem ser benéficas tanto pelo potencial de auxiliar a comunidade quanto pela melhoria da reputação perante *stakeholders* e o mercado (Rivera; Bigne; Curras-Perez, 2019). Os temas relacionados à RSC, nesse sentido, costumam abranger questões voltadas para ações sociais, comportamento e relação com *stakeholders* (Guedes; Carvalho et al., 2009).

O presente artigo questiona algumas dessas premissas a partir do viés do processo decisório nas organizações. Com base nisso, a presente pesquisa propõe a seguinte questão orientadora: *quais são os principais fatores envolvidos no processo decisório de uma empresa em relação aos projetos de Responsabilidade Social Corporativa?* Assim, o objetivo do estudo é analisar as variáveis críticas do processo decisório em RSC e sua influência sobre os interesses organizacionais e dos *stakeholders*. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa e descritiva, visando à identificação dos fatores relevantes no processo decisório dos projetos de RSC de uma empresa com atuação em todo o território nacional.

O processo decisório consiste na seleção da alternativa mais adequada dentro de um determinado contexto, com o propósito de solucionar um problema ou direcionar as ações

da organização (Osinski; Roman, 2016). Esse processo ocorre diariamente no ambiente empresarial e é adotado por empresas de todos os portes.

Ao analisar estudos recentes sobre RSC, identificam-se diversas abordagens. Uma vertente comum trata da relação entre empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo e a RSC (Braga; Sinay, 2020; Peria; Santos; Montoro, 2020). Outra perspectiva recorrente na literatura é a análise da RSC como um benefício empresarial, seja na área de marketing (Rivera; Bigne; Curras-Perez, 2019), seja na mitigação de impactos gerados pelas próprias atividades empresariais (Barboza; Gomes; Silva, 2020). Além disso, alguns estudos buscam compreender o processo decisório em ações de RSC. Por exemplo, Rao e Tilt (2016) relacionam a diversidade de gênero aos processos de tomada de decisão em RSC, enquanto Richter e Arndt (2018) analisam esse processo sob a perspectiva do *sensemaking*.

Ao investigar conjuntamente os temas processo decisório e RSC, parte das publicações avalia se a incorporação da RSC ao processo decisório empresarial é, de fato, uma prática consolidada, como apontam Langbecker e Beuron (2020) e Sarábia-Cavenaghi e Munck (2019). O presente estudo, por sua vez, busca analisar as ações de RSC de uma empresa para identificar os fatores mais relevantes desse tema no contexto decisório.

Assim, este estudo apresenta contribuições relevantes para a literatura e para a prática. No campo teórico, propõe a integração dos conceitos de racionalidade limitada e escolha racional ao contexto da responsabilidade social corporativa, aprofundando a compreensão sobre as restrições cognitivas e organizacionais que moldam o processo decisório em RSC. Metodologicamente, adota uma abordagem qualitativa robusta, utilizando a Análise Fenomenológica Interpretativa (IPA) e a análise de conteúdo com suporte do software Atlas.ti, combinadas à adaptação do modelo genérico de John Dewey ao campo da RSC. Em termos práticos, a pesquisa oferece um modelo analítico estruturado que pode subsidiar empresas na formulação de decisões mais equilibradas entre interesses organizacionais e demandas sociais, contribuindo para o fortalecimento da sustentabilidade corporativa e da legitimidade social.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A seção de fundamentação teórica teve como objetivo analisar a influência do sistema neoliberal na formação de um sujeito orientado por decisões racionais, bem como a construção do *homo oeconomicus* nesse contexto. Além disso, abordou-se a teoria da racionalidade limitada e as restrições que impactam o processo decisório. Por fim, apresenta-se o modelo de tomada de decisão desenvolvido a partir da literatura e dos achados da pesquisa.

NEOLIBERALISMO, *HOMO OECONOMICUS* E ESCOLHA RACIONAL

O neoliberalismo enfatiza a proteção dos direitos individuais ao fomentar o mercado como principal regulador das atividades econômicas. Dessa forma, centraliza no indivíduo a responsabilidade pela produção e distribuição de bens, isentando o Estado do controle e da

coordenação da atividade econômica. Nessa perspectiva, ao Estado cabe atuar apenas em políticas consideradas básicas ou que não interfiram na livre concorrência entre empresas e cidadãos. Essa responsabilização individual pode acentuar desigualdades, uma vez que o Estado não assume o papel de mitigar as disparidades sociais e econômicas. Certas classes naturalmente possuem maior poder de busca e competição dentro de um sistema pautado na acumulação de capital (Souza; Hoff, 2019).

O mercado, ao se tornar o centro regulador do modo de vida dos indivíduos, estabelece padrões de competição e os transforma em seres essencialmente econômicos. É importante ressaltar que o conceito de “econômico”, nesse contexto, refere-se à maximização do prazer e da satisfação individual, indo além de fatores estritamente financeiros. Essa lógica de liberdade conduz os indivíduos a uma competição constante, na qual os requisitos competitivos são definidos “naturalmente” pelo mercado, sem a imposição de limites, metas ou objetivos regulatórios (Bresser-Pereira, 2009).

Nesse sentido, Avelino (2016) argumenta que os interesses individuais são moldados pelas características do ambiente, que não estão sujeitas à proteção ou à gestão do Estado. As variáveis presentes nesse ambiente determinam as opções disponíveis, cabendo ao indivíduo analisá-las sob a ótica do custo-benefício e adaptar-se, assumindo total responsabilidade por si mesmo. O mercado passa a reger a conduta e as relações humanas, e os indivíduos aderem naturalmente às regras impostas. A liberdade, nesse contexto, está no cerne da redução da intervenção estatal, mas é, paradoxalmente, uma liberdade limitada pelo mercado.

Vale enfatizar que o individualismo promovido pelo neoliberalismo constrói um sujeito racional em todas as esferas da vida. Segundo Avelino (2016), as ações racionais são guiadas pela busca por um objetivo específico, no qual deve haver uma relação eficiente entre os meios utilizados e o fim almejado. As decisões envolvem *trade-offs*, que necessariamente precisam gerar um retorno ótimo em termos de prazer e satisfação. Assim, o indivíduo neoliberal torna-se utilitarista, julgando que a ação correta é aquela que lhe proporciona maior retorno em relação ao esforço empregado, sendo essa a única referência para avaliar suas condutas morais na sociedade (Couto et al., 2022).

A liberdade do sujeito econômico, nesse sentido, perpetua-se como uma conduta previsível, pois suas ações são direcionadas pela busca de um retorno ótimo entre meios e fins. O neoliberalismo não apenas redefine o papel do Estado, mas também se configura como uma técnica de controle da subjetividade dos indivíduos. Ao reduzir a atuação estatal e conceder maior poder ao mercado, este passa a governar a forma como os indivíduos se auto-govem. Barros e Diniz (2011) argumentam que esse modelo gera novas formas de controle, conduzindo a conduta dos indivíduos sem imposições diretas. As variáveis inseridas no ambiente incentivam a competição sem que haja responsabilização pelos atos individuais. Esse fenômeno enfatiza um governo de mercado, uma forma de *governamentalidade* que age indiretamente sobre a mente dos indivíduos, levando-os a aceitar qualquer mudança no ambiente como algo natural e inquestionável (Foucault, 2008; Barros; Diniz, 2011).

A competição inerente ao neoliberalismo transfere a responsabilidade pelo sucesso exclusivamente para o indivíduo. Como consequência, há uma busca incessante por vantagens

competitivas e acumulação de capital para ser trocado no mercado. O trabalho perde sua função social original: não se trata mais da venda da força de trabalho, mas do investimento contínuo que o trabalhador faz em si mesmo ao longo da vida para se destacar em relação aos outros. Foucault (2008) compara esse comportamento ao funcionamento de uma empresa, argumentando que os indivíduos se tornam empresários de si mesmos, investindo constantemente em sua própria maximização de satisfação e desempenho.

Esse indivíduo de interesse, empresário de si mesmo, é o *homo economicus* — um sujeito que busca maximizar seu retorno com o menor esforço possível, tornando-se um decisor eficiente. Se o mercado impõe essa cultura ao indivíduo, ele se vê obrigado a buscar incessantemente seus diferenciais para ser aceito e valorizado. A cultura do investimento, a valorização do intelecto e a busca por inovação organizacional, impulsionada pela demanda dos consumidores por melhores produtos, são diretrizes fundamentais do comportamento neoliberal, que transforma cada indivíduo em um empresário de si (Avelino, 2016; Foucault, 2008).

Leal (2015) observa que esse sistema, naturalizado pelo ser humano, se apropria das relações sociais, políticas e econômicas. No contexto organizacional, empresas são compostas por indivíduos-empresa, que buscam primordialmente a satisfação de seus próprios interesses, o que pode gerar conflitos em decisões coletivas. Há um tensionamento entre a maximização do retorno individual e a função social da empresa, conforme sua missão organizacional. O autor aponta ainda um efeito colateral do *homo economicus*: “não há produção de benefícios a outrem porque o sujeito de interesses em momento algum pensa no ganho do outro, e se o pensa é somente na medida em que isso represente a possibilidade de algum ganho ser produzido a ele também” (Leal, 2015, p. 143).

Nesse contexto, o sistema neoliberal naturaliza os *trade-offs* como práticas essenciais para a satisfação dos interesses individuais, pautando todas as decisões em relações de troca que necessariamente tragam benefícios próprios. O *homo economicus* se exime das consequências sociais de suas decisões, pois a lógica da livre concorrência legitima sua busca pelo retorno ótimo (Leal, 2015). Assim, a escolha racional torna-se o objetivo central dos processos decisórios, em detrimento da função social que cada atividade deveria desempenhar, seja no âmbito organizacional, seja na vida dos próprios indivíduos-empresa.

RACIONALIDADE LIMITADA E TOMADA DE DECISÃO RACIONAL

Apesar de ter surgido na metade do século XX, a racionalidade limitada continua sendo um tema de grande prestígio nas academias (Procópio, 2017). Quando se busca compreender a reação das pessoas a determinados incentivos e suas escolhas, a racionalidade limitada é amplamente utilizada como referencial teórico (Warpechowski, 2018).

Sua origem ocorreu como uma resposta aos princípios que fundamentam o *homo economicus*. A racionalidade limitada propõe um novo caminho para explicar a tomada de decisão, contrariando a ideia de racionalidade plena e abstrata, na qual o agente busca resultados otimizados (Melo; Fucidji, 2016; Dias et al., 2016).

A base para o surgimento da racionalidade limitada foi o ambiente real das tomadas de decisão, caracterizado por uma dinâmica econômica repleta de mudanças. Essas mudanças ocorrem tanto nas ações dos agentes quanto no próprio ambiente (Melo; Fucidji, 2016).

Nesse contexto, três pontos principais sustentam a racionalidade limitada. O primeiro é que o agente não dispõe de todas as opções de ação, e essas opções podem sofrer variações. Isso se deve ao fato de que a habilitação de alternativas é um processo longo e oneroso, impossibilitando o conhecimento pleno das possíveis ações. O segundo ponto é que o agente não possui todas as informações necessárias para a tomada de decisão, nem uma capacidade de processamento ilimitada. Essa limitação ocorre, em parte, pelos custos envolvidos na obtenção de informações, que restringem o conhecimento adquirido, e pela complexidade do sistema em que o agente está inserido, tornando inviável o processamento completo das informações disponíveis. O terceiro ponto refere-se à previsão dos resultados das ações: o agente não consegue antecipar todas as consequências de suas decisões, uma vez que as opções de ação sofrem mudanças aleatórias, que frequentemente não são consideradas (Dias et al., 2016; Lages, 2006; Melo; Fucidji, 2016).

A partir dessas premissas, a racionalidade limitada adota uma perspectiva em que as decisões são escolhidas dentro de um conjunto restrito de opções possíveis. Assim, o agente pode definir os elementos essenciais e prioritários para a tomada de decisão (Melo; Fucidji, 2016). Diante disso, o resultado obtido não será necessariamente o melhor possível, e o agente tem ciência dessa limitação. Para ele, o objetivo da tomada de decisão é alcançar um resultado satisfatório, em vez de maximizado (Simon, 1996). Esse processo decisório é fundamental para a administração de empreendimentos, uma vez que suas consequências impactam diretamente os resultados organizacionais. Dessa forma, o estudo das fases envolvidas nesse processo ganha destaque na literatura (Magalhães, 2013).

Não apenas no ambiente empresarial, mas também nas escolhas individuais, a tomada de decisão se estrutura na habilidade avaliativa de cada agente. Nesse processo, ocorre a comparação entre diversas opções consideradas exequíveis, e espera-se que o resultado obtido esteja próximo do desejado (Procópio, 2017).

Além dos critérios voltados à obtenção de um resultado satisfatório, a tomada de decisão também envolve questões morais. A depender dos resultados gerados no ambiente e nas pessoas envolvidas, a personalidade do agente pode ser modificada, influenciando seus critérios subjetivos para a avaliação de futuras opções de ação (Procópio, 2017).

Um dos principais modelos de tomada de decisão é o modelo de escolha racional. Nesse modelo, pressupõe-se que o agente possui todas as informações necessárias para tomar a decisão ótima, além de conhecer todas as opções disponíveis e suas respectivas consequências. Além disso, considera-se que as escolhas são completamente racionais e livres de influências externas (Magalhães, 2013; Procópio, 2017).

Entretanto, as previsões feitas pelos modelos teóricos da racionalidade plena frequentemente diferem da realidade. Isso ocorre devido ao distanciamento entre os agentes e as

premissas racionalistas, já que, na prática, os indivíduos não consideram todas as opções disponíveis, não têm acesso a todas as informações relevantes e não conseguem processar integralmente as consequências de cada alternativa (Magalhães, 2013).

Diante dessa discrepância entre a teoria da racionalidade plena e a realidade, surge o modelo da racionalidade limitada. Nesse modelo, considera-se que o ambiente é dinâmico e que as informações e o conhecimento disponíveis são incompletos. Isso implica que os agentes, ao tomar decisões, não buscam necessariamente os resultados ótimos, mas sim resultados satisfatórios dentro do contexto da escolha (Melo; Fucidji, 2016).

O modelo da racionalidade limitada propõe uma forma específica de selecionar a opção de ação a ser adotada. Esse processo foi denominado por Simon (1990) como heurística, um conjunto de estratégias que permitem simplificar as situações e escolher uma alternativa que esteja de acordo com os interesses e prioridades do agente. Dessa forma, os indivíduos interrompem a busca por novas opções assim que encontram uma alternativa que julgam satisfatória (Melo; Fucidji, 2016).

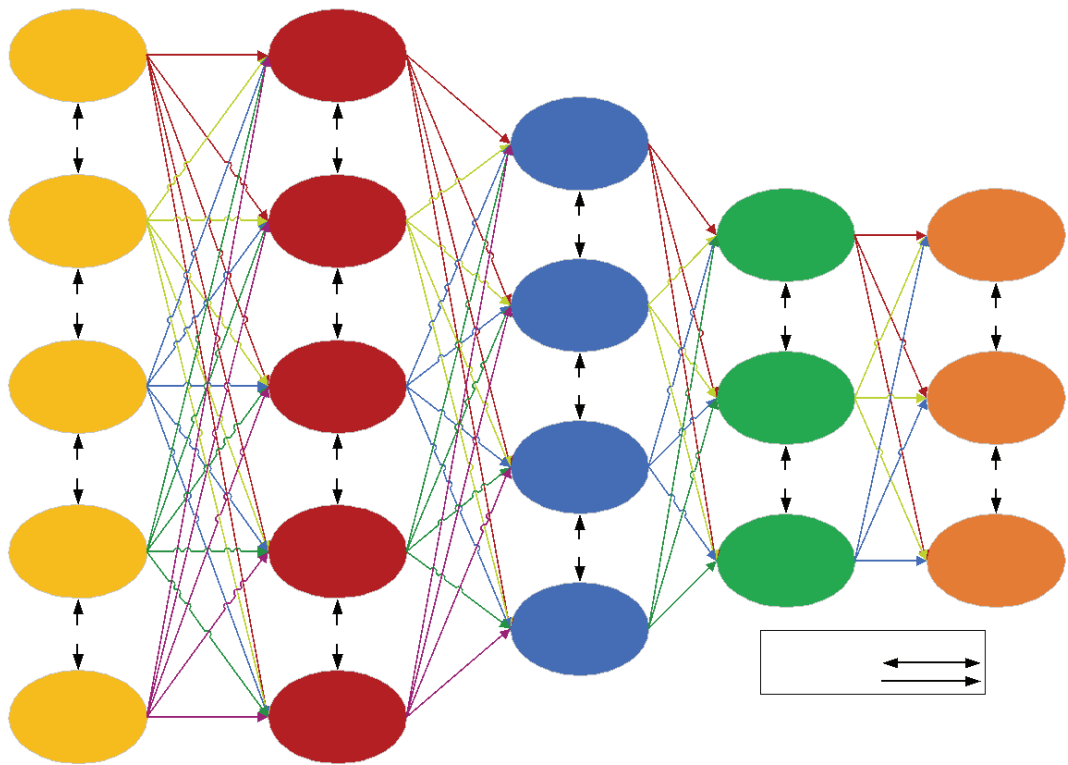
MODELO DE PROCESSO DECISÓRIO

A estrutura de um processo decisório busca garantir segurança na escolha e a maximização de um resultado satisfatório (Silva, 2013; Simon, 1970). De modo geral, esse processo pode ser dividido em etapas, proporcionando ao agente uma decisão final mais segura e servindo como base para processos futuros (Bethlem, 1985).

Com base nessa perspectiva, diversos autores elaboraram modelos que têm o propósito de orientar o processo de decisão e servir como referência em situações genéricas, possibilitando a análise dos eventos reais nas organizações. Os principais modelos são sistematizados no estudo de Bethlem (1985), que sintetiza as principais variáveis e etapas que compõem o processo decisório, com base nos autores que desenvolveram esses modelos.

Nesse trabalho, com base na revisão da literatura, foi adotada uma adaptação do Modelo Genérico de John Dewey, composto por cinco fases (Bethlem, 1985; Silva, 2013). A partir desse modelo, foram organizadas variáveis que se encaixam em cada uma dessas fases, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1 – Modelo de Processo Decisório



Fonte: Elaborada pelos autores (2020).

Para a construção desse modelo, foram consideradas as etapas do processo decisório. A primeira delas é a *sugestão de ações*, que representa o ponto de partida da decisão, ou seja, o que motiva a necessidade de decidir. Essa fase ocorre geralmente quando algo incomoda o agente, mas também pode incluir a decisão de manter o ambiente inalterado. Em seguida, ocorre a *intelectualização da dificuldade*, na qual se define o que precisa ser feito para modificar a realidade que gera incômodo. A partir desse ponto, inicia-se um processo reflexivo sobre as variáveis que impactam a decisão.

A terceira etapa é o *desenvolvimento de hipóteses*, momento em que são formuladas alternativas para atender às necessidades dos agentes, explorando diferentes formas de resolver o problema e antecipando possíveis desdobramentos. Na sequência, ocorre a *elaboração mental de racionais*, que consiste na justificação das alternativas e na análise crítica dos possíveis desdobramentos da decisão, construindo bases que sustentam o processo decisório. Por fim, chega-se ao *teste de hipóteses*, etapa em que a decisão é efetivamente tomada, avaliando-se as alternativas escolhidas com base na aprendizagem adquirida e na medição dos resultados obtidos.

O objetivo central desse modelo é compreender a importância dos diferentes grupos de decisões e os elementos que os compõem, considerando os interesses corporativos e

a sustentabilidade social. Esse equilíbrio reflete-se na estabilização do sistema para o aumento do poder econômico, do lucro e dos benefícios à sociedade, por meio de decisões mais previsíveis e efetivas (Bethlem, 1985; Silva, 2013; Kitsios; Kamariotou; Talias, 2020).

MÉTODO DE PESQUISA

A presente pesquisa adota um viés hermenêutico, utilizando a metodologia de Análise Fenomenológica Interpretativa (*Interpretative Phenomenological Analysis*), com o objetivo de compreender as ações do entrevistado a partir de seus relatos (Tuffour, 2017), tendo como suporte o guia proposto por Alase (2017). O estudo foi conduzido por meio de um estudo de caso único, caracterizando-se como uma investigação empírica voltada para a análise de um fenômeno específico dentro de seu contexto, visando descrever suas características ou estabelecer relações entre as variáveis analisadas a partir de observações sistemáticas (Yin, 2015). Para isso, utilizou-se a metodologia descritiva, que busca descrever a realidade com base na observação dos fatos (Nassaji, 2015), mediante uma abordagem qualitativa, orientada para a construção de significado a partir da perspectiva dos participantes (Creswell; Creswell, 2017).

Para a análise dos dados, adotou-se a Análise de Conteúdo (AC), fundamentada em três princípios epistemológicos fundamentais: (a) validade, (b) replicabilidade e (c) confiabilidade. A utilização dessa técnica possibilita maior rigor na interpretação dos dados, reduzindo vieses e garantindo maior precisão nos resultados (Mozzato; Grzybovski, 2011).

A fim de alcançar os objetivos da pesquisa, empregou-se uma abordagem direcionada, partindo de uma teoria pré-existente. Nesse sentido, foram utilizadas como referencial as seguintes teorias: (a) neoliberalismo, (b) escolha racional, (c) racionalidade limitada e (d) tomada de decisão. Essas teorias fundamentaram a identificação de conceitos e variáveis-chave, utilizadas como categorias iniciais de codificação, sendo posteriormente refinadas por meio da definição operacional de cada categoria (Hsieh; Shannon, 2005).

O foco da pesquisa concentrou-se na análise documental, com base no Relatório de Sustentabilidade da empresa. No entanto, para uma compreensão mais aprofundada do processo decisório nesse contexto, também foram coletados dados primários. Assim, realizou-se uma entrevista semiestruturada com o agente responsável pela área de Relacionamento Comunitário, que atua em projetos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

O entrevistado ocupa o cargo de Analista de Sustentabilidade em uma empresa de grande porte e capital aberto, no setor de distribuição de combustíveis. Ele possui poder de decisão sobre os projetos executados, incluindo alterações nas diretrizes estratégicas. Além disso, é responsável por coordenar a comunicação entre as áreas operacionais e os diferentes setores do projeto. A empresa participa de grandes iniciativas e compromissos junto a órgãos governamentais, à ONU e a organizações de impacto nacional e internacional. Essas iniciativas servem também como referência para o desenvolvimento de projetos internos conduzidos pela administração local, voltados para a promoção do desenvolvimento e da socialização em regiões específicas de atuação.

A entrevista foi conduzida por videoconferência, seguindo o modelo semiestruturado e as diretrizes propostas por Adams (2015). Os elementos-chave que nortearam a entrevista foram definidos com base nas teorias previamente citadas. Além da entrevista, a pesquisa incluiu um estudo documental a partir do relatório anual de sustentabilidade da empresa, utilizado como fonte de dados secundários. Esse procedimento refere-se à análise e interpretação dos documentos, permitindo a extração de significados essenciais para a compreensão e o aprofundamento do conhecimento sobre o objeto de estudo (Bowen, 2009).

A partir da análise qualitativa dos dados, foram identificados 20 códigos primários (variáveis), posteriormente agrupados em cinco categorias principais, conforme demonstrado na Figura 1. Para o tratamento dos dados, foram analisados: (a) a frequência isolada das variáveis; (b) sua concentração em cada categoria; e (c) sua co-ocorrência, sendo consideradas apenas aquelas que apresentaram uma taxa de presença igual ou superior a 30%. Após a realização e gravação das entrevistas, os registros foram transcritos e analisados no software Atlas.ti, versão 8, seguindo os protocolos metodológicos propostos por Friese (2019). Além disso, respeitou-se a sequência das etapas da Análise de Conteúdo, que compreende: (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados obtidos, conforme indicado por Bardin (2011).

A Análise de Conteúdo refere-se à aplicação de métodos objetivos e sistemáticos para categorização de frases e avaliação da frequência de ideias presentes nos discursos, permitindo assim uma interpretação aprofundada do conteúdo das mensagens (Bardin, 2011). Para a execução da AC por meio do Atlas.ti, foi realizada uma leitura flutuante inicial, com o objetivo de familiarização com os textos. Em seguida, procedeu-se à estruturação das categorias, conforme os processos de análise recomendados por Walter e Bach (2015).

A leitura flutuante desempenhou um papel essencial como etapa inicial da Análise de Conteúdo, pois possibilitou a identificação de pontos e ideias significativas nas falas dos entrevistados. Esse processo permite dividir o texto em unidades de significado, viabilizando sua condensação, a formulação de códigos e a organização de categorias (Erlingsson; Brysiewicz, 2017). Para a categorização do conteúdo, utilizou-se o critério semântico, estabelecendo relações entre as estruturas semânticas, que correspondem aos significantes, e as estruturas sociológicas, que se referem aos significados (Cavalcante; Calixto; Pinheiro, 2014).

RESULTADOS DA PESQUISA

Nessa seção, primeiramente, são apresentadas as categorias empíricas identificadas na pesquisa, destacando-se as principais variáveis e sua distribuição ao longo das etapas do processo decisório, conforme o modelo apresentado (Figura 1). O objetivo é discutir a influência desses fenômenos nas decisões organizacionais. Em seguida, analisa-se a co-ocorrência das citações, estabelecendo conexões entre os trechos dos dados coletados.

As principais variáveis que influenciaram a tomada de decisão em Responsabilidade Social Corporativa estão listadas no Quadro 1. Nele, são demonstrados o total de ocorrências e

o seu acumulado ao longo das citações. Do total de 246 menções registradas, os maiores destaques foram as seguintes variáveis: interesses organizacionais, agentes envolvidos na decisão, noção de investimento no social e busca de conhecimento, que corresponderam, respectivamente, a 14,23%, 12,60%, 9,76% e 8,94% do total de menções.

Além disso, observa-se que as duas variáveis mais recorrentes na pesquisa pertencem ao grupo *Sugestão de Ações* do modelo (Figura 1), enquanto a terceira e a quarta variáveis mais citadas encontram-se no grupo *Intelectualização da Dificuldade*. Isso sugere que o foco do processo decisório está, majoritariamente, na identificação da necessidade de agir e na busca de informações para construir uma base de conhecimento que sirva como referência para essas ações diante das partes interessadas.

Quadro 1 – Variáveis que influenciam a decisão em RSC

Variável	Total	%	% Acumulado
Interesses Organizacionais	35	14,23%	14,23%
Agentes Envolvidos na Decisão	31	12,60%	26,83%
Noção de Investimento no Social	24	9,76%	36,59%
Busca de Conhecimento	22	8,94%	45,53%
Confiabilidade das Informações	15	6,10%	51,63%
Delimitação de Escopo Decisório	15	6,10%	57,72%
Comunicação das Decisões	14	5,69%	63,41%
Especificações de Resultado Satisfatório	12	4,88%	68,29%
Decisões Não-Programadas	10	4,07%	72,36%
Delimitação de Objetivos Não-Operacionais	9	3,66%	76,02%
Interesses Pessoais	9	3,66%	79,67%
Aprendizagem Obtida no Processo Decisório	8	3,25%	82,93%
Rotinas Programadas	8	3,25%	86,18%
TradeOffs (Custo-Benefício)	7	2,85%	89,02%
Retorno Esperado do Investimento	6	2,44%	91,46%
Valores Morais Envolvidos	6	2,44%	93,90%
Métodos de Comparação de Alternativas	5	2,03%	95,93%
Delimitação de Objetivos Operacionais	4	1,63%	97,56%
Desejo de Maximização das Utilidades	3	1,22%	98,78%
Levantamento de Consequências (Cenários)	3	1,22%	100,00%
Total	246	100,00%	

Fonte: Resultados da Pesquisa (2020).

Além da identificação das variáveis mais recorrentes nos dados coletados, também foi analisada a concentração dessas variáveis em cada grupo do processo decisório adotado nesse estudo, conforme apresentado no Quadro 2. Nessa análise, verificou-se a distribuição individual de cada variável em relação ao total, bem como a soma de cada grupo, a fim de compreender a relevância de cada etapa no processo decisório da empresa. Esse procedimento permitiu avaliar o impacto dessas variáveis ao longo do processo e seus possíveis efeitos tanto durante a tomada de decisão quanto em seus resultados.

Quadro 2 – Variáveis Mais Relevantes por Categoria do Processo Decisório

	Sugestões de ações	Intelectualização da Dificuldade	Desenvolvimento d e Hipóteses	Elaboração Mental de Racionais	Teste de Hipóteses
1	Interesses Organizacionais	Confiabilidade das Informações	Métodos de Comparação de Alternativas	Delimitação de Objetivos Não-Operacionais	Aprendizagem Obtida no Processo Decisório
2	Interesses Pessoais	Busca de Conhecimento	Levantamento de Consequências (Cenários)	Delimitação de Objetivos Operacionais	Rotinas Programadas
3	Agentes Envolvidos na Decisão	Noção de Investimento no Social	Delimitação de Escopo Decisório	Comunicação das Decisões	Decisões Não-Programadas
4	Valores Morais Envolvidos	Trade Offs (Custo-Benefício)	Especificação de Resultado Satisfatório		
5	Desejo de Maximização das Utilidades	Retorno Esperado do Investimento			
	%/categoria	%/categoria	%/categoria	%/categoria	%/categoria
1	14,23%	6,10%	2,03%	3,66%	3,25%
2	3,66%	8,94%	1,22%	1,63%	3,25%
3	12,60%	9,76%	6,10%	5,69%	4,07%
4	2,44%	2,85%	4,88%	0,00%	0,00%
5	1,22%	2,44%	0,00%	0,00%	0,00%
	34,15%	30,08%	14,23%	10,98%	10,57%
100%					

Fonte: Resultados da Pesquisa (2020).

Conforme discutido anteriormente, as quatro variáveis mais recorrentes nos dados coletados estão concentradas nos dois primeiros grupos do processo decisório. As variáveis “Interesses Organizacionais” e “Agentes Envolvidos na Decisão” foram as mais citadas dentro do grupo Sugestão de Ações, enquanto “Noção de Investimento no Social” e “Busca de Conhecimento” tiveram maior incidência no grupo Intelectualização da Dificuldade. Em contrapartida, os demais grupos apresentaram uma menor concentração de ocorrências em relação ao total de citações. Esse resultado apresenta evidências de que há uma maior centralização da decisão e ênfase nas duas primeiras etapas do processo.

Essa interpretação torna clara a preocupação da organização em identificar necessidades de atuação em responsabilidade social que contemplem tanto a comunidade quanto os

stakeholders, ao mesmo tempo em que equilibrem os interesses da empresa. Esse aspecto se confirma nos dados analisados, que demonstram a relevância dos interesses organizacionais, como no caso de um projeto desenvolvido junto à comunidade no entorno da empresa. O objetivo dessa iniciativa foi promover o engajamento do público por meio de uma instituição de interação social já existente no local, com ações como rodas de conversa sobre direitos humanos para conscientização dos cidadãos, mapeamento do perfil socioeconômico da região para a distribuição de cestas básicas a famílias em situação de vulnerabilidade e dependentes do trabalho informal, entre outras atividades.

Além disso, os dados reforçam a importância dos interesses dos *stakeholders* como ponto de partida para o processo decisório. Essa variável foi identificada como um dos principais fatores que fundamentam as decisões organizacionais, influenciando a forma como o processo é estruturado e conduzido para atender às expectativas e demandas dessas partes interessadas.

A gente já faz há mais tempo do que a gente faz nosso relatório... é a nossa matriz de materialidade, né? Então, a gente define, junto com os *stakeholders*, quais são os temas materiais para a empresa no aspecto geral, né? De toda a sua gestão e tudo mais. E aí, dentro desse relatório, vocês vão ver lá essa matriz de materialidade. Eu não lembro agora, mas são 11 temas materiais... A gente faz uma pesquisa com colaboradores, uma pesquisa com fornecedores, uma pesquisa com revendedores e demais parceiros, entrevistas com os diretores da empresa, investidores [...] estudos dos *stakeholders* mais relevantes, enfim [...] Mas, basicamente, a gente define quais são os temas materiais e, a partir desses temas materiais, são definidas diversas coisas na companhia, né? (Dados de entrevista, 2020).

Na fala do entrevistado, é ressaltada a importância da participação dos *stakeholders* no início do processo decisório. Essa participação ocorre por meio de pesquisas e da inclusão dos temas materiais que são de interesse desses agentes, os quais posteriormente dão origem a outros temas derivados. Esses temas são definidos e equilibrados através de uma matriz que considera também os interesses da organização, resultando em assuntos que servem de base para o processo de decisão da empresa. Esse procedimento evidencia a importância da participação de cada agente no entendimento e na teorização das decisões.

As outras duas variáveis mais relevantes identificadas nos dados são “Noção de Investimento no Social” e “Busca de Conhecimento”, respectivamente em ordem de importância. A primeira, mencionada durante a entrevista, destaca a necessidade de a empresa se preocupar com questões ambientais, sociais e de sustentabilidade, visando manter um relacionamento positivo com a comunidade. Esse relacionamento é promovido por meio de projetos sociais e parcerias que definem claramente o papel de cada agente no contexto geral.

A variável “Busca de Conhecimento” refere-se à construção de uma base de informações fundamentada em experiências vividas e pesquisas que visam aprimorar as competências da empresa. Esse esforço busca garantir um maior leque de alternativas que possam atender aos interesses dos agentes envolvidos. A seguinte citação ilustra essa perspectiva, ao mencionar o investimento social na elaboração de um plano de ação que considera as necessidades da

comunidade e os objetivos a serem alcançados por meio de programas sociais e soluções para as demandas comunitárias.

Então, é elaborado um plano de ação para cada unidade, onde é identificada qual é a necessidade daquela comunidade, o que a gente precisa fazer para melhorar o diálogo com essa comunidade, melhorar o engajamento, quais instituições e atores sociais a gente precisa priorizar nesse relacionamento e o que a gente precisa fazer. Se um programa de voluntariado atende, se um projeto de investimento social naquela região vai atender também ou, às vezes, é só uma questão de a gente promover uma participação mais efetiva, por exemplo, em reuniões das associações de moradores, né? Para poder entender quais são as demandas da região, delimitar a responsabilidade da empresa e, de repente, até ser um aliado da comunidade junto ao poder público nas demandas que, porventura, sejam relacionadas a isso e o que a empresa pode fazer também, né? Mas é manter esse diálogo e engajamento ativo. (Dados de entrevista, 2020).

A construção de uma base de conhecimento é demonstrada no mapeamento das comunidades do entorno, identificando dados relevantes para a tomada de decisão. Essas informações são armazenadas em um sistema, permitindo maior segurança no processo decisório e garantindo a consideração de alternativas que atendam às necessidades do público de forma mais abrangente.

Promovem essas quatro vertentes dentro do Relacionamento Comunitário e, além disso, existe um processo, né? Então, para cada unidade da companhia, a gente faz um mapeamento de comunidades. Para a unidade, por exemplo, de uma região, eu tenho mapeadas as comunidades ali do entorno, que tipo de equipamentos públicos ela tem, quais são os indicadores socioeconômicos daquela região. Eu sei que ali são aquelas comunidades. Então, eu tenho um sisteminha dentro da empresa, um cadastro de comunidades, onde eu tenho, para cada unidade, quais são as comunidades relacionadas, quais são as demandas daquelas comunidades e tal... (Dados de entrevista, 2020).

Ao longo das citações e análises, percebe-se que a organização demonstra uma preocupação em atuar de maneira sustentável, equilibrando os interesses dos *stakeholders* com seus próprios objetivos estratégicos. No entanto, a concentração das quatro variáveis mais recorrentes nos primeiros grupos do modelo pode indicar a adoção de estratégias emergentes ao longo do processo decisório. Esse processo tem início a partir da identificação dos temas materiais relevantes para os agentes envolvidos e da construção de competências que atendam a essas demandas de forma sustentável.

O ambiente exerce uma forte influência nesse processo, moldando as ações subsequentes do modelo, por meio da escolha de alternativas e da definição de objetivos que, ao final, se convertem em aprendizagem. Essa aprendizagem, adquirida durante o processo decisório, serve como base para a acumulação de informações que poderão orientar decisões futuras, sejam elas programadas ou não.

Além disso, foram analisadas as relações de co-ocorrência entre as variáveis, com o objetivo de identificar associações significativas entre elas. A análise de co-ocorrência permite

verificar, a partir do total de aparições de uma variável, quantas vezes essa variável ocorre simultaneamente com outra, inferindo uma relação entre ambas. Para esta pesquisa, foi estabelecido um critério de relevância, considerando co-ocorrências iguais ou superiores a 30% do total de citações. Como resultado, foram identificadas cinco relações principais, conforme demonstrado no Quadro 3.

Uma dessas relações refere-se à associação entre *Delimitação do Escopo Decisório* e *Comunicação das Decisões*. Os dados indicam que, quando os projetos são elaborados e as referências do escopo decisório são definidas, pode haver conflitos internos na hierarquia da empresa. Conforme apontado na citação a seguir, a área técnica, por possuir maior conhecimento sobre o público-alvo, pode trazer considerações relevantes que justifiquem ajustes ou modificações no escopo da decisão.

Eu falei que a maioria dos projetos são propostos pela área técnica, não todos. Alguns projetos vêm em *top-down* e falam no sentido de “quero que faça isso, vamos fazer isso”. Acho que tem uma influência significativa. Não é a maioria, não é o normal, mas, quando acontece, a gente verifica se vale a pena “lutar essas batalhas”, né?! [...] Muitas vezes, essas posições *top-down* não consideram os aspectos que a área técnica considera, que são os aspectos da potencialidade do território e do contexto social local. (Dados de entrevista, 2020).

Quadro 3 – Relações de Coocorrência

	Comunicação das Decisões	Agentes Envolvidos na Decisão	Confiabilidade das Informações	Interesses Pessoais	Levantamento de Consequências (Cenários)	Retorno Esperado do Investimento
Delimitação do Escopo Decisório	32,0%	35,0%	7,0%	9,0%	6,0%	5,0%
Delimitação de Objetivos Não-Operacionais	13,0%	14,0%	33,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Valores Morais Envolvidos	0,0%	3,0%	0,0%	50,0%	0,0%	9,0%
Trade Offs (Custo-Benefício)	5,0%	12,0%	0,0%	0,0%	25,0%	30,0%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2020).

A segunda associação identificada foi entre *Delimitação do Escopo Decisório* e *Agentes Envolvidos na Decisão*, uma vez que os interesses desses agentes influenciam a definição do escopo de alternativas a serem consideradas, garantindo que sejam atendidos da melhor forma possível. Além disso, os dados indicam que a atuação das diversas áreas da empresa desempenha um papel relevante nesse processo, especialmente em ações que envolvem conhecimentos técnicos específicos (*know-how*), contribuindo para a formulação de decisões mais embasadas e alinhadas às demandas organizacionais e externas.

Quando precisa de uma articulação na execução de outras áreas, basicamente, o que a gente faz é: tem um projeto, e este projeto está aprovado, então vamos começar reunindo as áreas que vão participar deste projeto [...]. Aí, eles já estão sabendo e,

quando aprovado, a gente só fala para eles: “Lembra daquele projeto que a gente estava discutindo, que vocês construíram junto com a gente? Ele foi aprovado, e agora vamos para a execução. Tem um cronograma aqui que vamos seguir para conseguir atender.” Define-se os parâmetros e começa a executar. (Dados de entrevista, 2020).

A terceira associação identificada foi entre *Delimitação de Objetivos Não-Operacionais e Confiabilidade das Informações*, uma vez que a busca por informações confiáveis e a construção de uma base de conhecimento são fundamentais para a tomada de decisão em contextos de incerteza. Para isso, a empresa faz uso de sistemas e metodologias de aprendizagem que garantem a identificação dos aspectos mais relevantes da decisão e das ações a serem implementadas. Dessa forma, esses elementos servem como base para a definição de planos estratégicos que orientam as demais etapas do processo decisório.

Isso é um sistema informacional justamente para a gente ter um controle e uma visão mais abrangente sobre onde precisamos atuar mais fortemente. E aí... esse mapeamento é feito para todas as unidades, e essas identificações dos pontos mais críticos, das questões mais críticas ou das comunidades onde há demandas, onde há questões em que precisamos atuar mais fortemente, fazem com que a gente selecione algumas unidades para um plano de relacionamento comunitário. (Dados de entrevista, 2020).

A associação mais significativa identificada foi entre *Valores Morais Envolvidos e Interesses Pessoais*, evidenciando a influência das características individuais do decisor ao longo do processo decisório. Essa relação se estabelece a partir da necessidade de realização pessoal do agente, orientada por seus valores morais, levando-o a perceber o impacto que as ações de responsabilidade social podem gerar na realidade do público atendido.

Cara, assim, eu sou muito entusiasta do tema como um todo. Sempre foi um valor para mim trabalhar essas questões, e eu me sinto muito privilegiado de poder estar numa empresa que me paga para fazer isso, porque eu acho que, se eu não trabalhasse na empresa (risadas de felicidade/animação) [...] eu acho que ia estar fazendo de graça [...] Eu fico muito feliz quando as pessoas percebem esse ganho direto, de, por exemplo: “Poxa, eu me capacitei por dentro de um projeto como este” ou “Eu ganhei uma cesta básica num momento crítico da minha vida, e isso foi importante.” Eu acho que esse impacto direto é muito bacana. (Dados de entrevista, 2020).

A última associação identificada foi entre *Trade-Offs (Custo-Benefício) e Retorno Esperado do Investimento*, considerando que as decisões organizacionais envolvem relações de troca que visam garantir um retorno econômico favorável. Esse fator foi destacado nos dados analisados, especialmente na avaliação do impacto que as práticas de sustentabilidade podem gerar para a empresa. Nesse contexto, observa-se a valorização da empresa em aspectos acionários e de imagem institucional, além da redução de custos evitáveis e do fortalecimento do relacionamento com a comunidade.

Isso sem contar outros aspectos, como reputação e imagem, né? Acho que a reputação da empresa, quando ela se preocupa com esses aspectos, é fortalecida [...] Os

aspectos de sustentabilidade estão sendo bem avaliados e valorizados pelos investidores. Tem também a questão do acesso ao mercado de capitais, muito claramente, sabe? É... Você, por exemplo, estar no índice de sustentabilidade da Bovespa, estar listado como uma empresa de baixo risco em direitos humanos, baixo risco em sustentabilidade, te permite acessar investidores, né? (Dados de entrevista, 2020).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ocorre no contexto social em que a empresa está inserida, e esse contexto precisa ser constantemente revisado, estudado e aprimorado para a construção do escopo decisório da organização. O objetivo é compreender a comunidade atendida, suas visões e características, de forma responsável e sustentável. Nesse sentido, os resultados indicam que a empresa demonstra preocupação com investimentos sociais e possíveis parcerias com o poder público para o desenvolvimento das comunidades locais, corroborando a importância da RSC, conforme apontado por Guedes et al. (2009).

As práticas sustentáveis foram evidenciadas por meio da comunicação com a comunidade, da redução de custos e da melhoria da imagem institucional, fatores que, em contrapartida, trazem benefícios à população ao fortalecer sua participação e empoderamento na resolução de situações críticas da sociedade. Dessa forma, os dados sugerem um retorno satisfatório para o agente, estabelecendo relações de troca, conforme discutido por Avelino (2016) e Simon (1970).

Além disso, considerando a concentração das variáveis na identificação dos interesses dos agentes envolvidos e na busca de meios para atender a esses interesses de maneira equilibrada com os objetivos da empresa, foram mencionadas três grandes fontes para embasar as decisões em RSC: a) busca de dados públicos e relatórios secundários para o entendimento da realidade socioeconômica da comunidade; b) pesquisas e coleta de dados em conjunto com os *stakeholders*; e c) contratação de empresas especializadas para a realização de diagnósticos do público-alvo e a construção de bancos de dados sistematizados.

As principais movimentações e preocupações do processo decisório em RSC situam-se no contexto da *Sugestão de Ações*, evidenciado pela frequência de ocorrências das variáveis “Interesses Organizacionais” e “Agentes Envolvidos na Decisão”. Esses elementos constituem os principais centros de *insights*, determinando quais ações serão priorizadas no fluxo decisório e efetivamente executadas. O processo envolve um equilíbrio entre a racionalidade limitada do tomador de decisão — que busca preencher lacunas dessa racionalidade com experiências, crenças e valores próprios — e a necessidade de atender aos interesses organizacionais. Para mitigar possíveis vieses pessoais, o agente fundamenta suas decisões nesses interesses estratégicos.

Ao considerar os elementos relacionados à *Intelectualização da Dificuldade*, observa-se uma alta frequência de ocorrência, evidenciando que a noção de investimento social é um dos principais filtros para a definição das ações sugeridas. Além disso, destaca-se a preocupação com a busca de conhecimento e o aumento da confiabilidade das informações, visando determinar as melhores ações para a obtenção dos melhores resultados.

Outro ponto fundamental identificado na pesquisa foi o controle dos resultados dos projetos. O principal indicador utilizado para mensurar e avaliar as ações de RSC está pautado no número de pessoas impactadas, além de avaliações externas relacionadas à sustentabilidade, risco e performance, tanto em nível estratégico quanto no nível de projetos. Esse fator reforça a perspectiva de Silva (2013), que enfatiza a necessidade de monitoramento contínuo para que as decisões sejam moldadas conforme os interesses dos agentes.

Os resultados obtidos reforçam a perspectiva da racionalidade limitada, ao evidenciar que a tomada de decisão em RSC é influenciada por restrições cognitivas, informacionais e ambientais (Simon, 1996). A concentração das ações decisórias nas fases iniciais do modelo indica que as empresas tendem a investir mais esforços na identificação de interesses estratégicos e menos na construção de alternativas de longo prazo. Essa dinâmica está em consonância com a lógica neoliberal analisada por Foucault (2008), em que a autonomia decisória é moldada pelo mercado e pela competição institucionalizada, mesmo nas ações socialmente responsáveis.

A análise sugere ainda que, apesar do discurso institucional sobre a importância da RSC, a prática é frequentemente orientada pela otimização do retorno reputacional e econômico, o que confirma as observações de Leal (2015) sobre a prevalência da maximização utilitarista nas condutas organizacionais. Desse modo, o estudo oferece novos insights ao demonstrar que, em projetos de RSC, a racionalidade dos decisores é mitigada não apenas pelas limitações individuais, mas também pelos *trade-offs* impostos pela dinâmica de mercado, trazendo uma visão crítica sobre o alcance efetivo das estratégias corporativas de sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados desta pesquisa indicam que a tomada de decisão em projetos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é fortemente influenciada pelos interesses organizacionais e pelos *stakeholders*. O processo decisório ocorre de forma concentrada nas fases iniciais, com destaque para a identificação das necessidades estratégicas da empresa e a busca por informações para embasar as escolhas. A principal métrica utilizada para avaliar as ações de RSC é o número de pessoas impactadas, complementada por avaliações externas que consideram critérios de sustentabilidade, risco e desempenho. Os resultados sugerem que, embora as empresas busquem alinhar seus interesses estratégicos com demandas sociais, o processo decisório reflete uma racionalidade limitada, em que as escolhas são condicionadas por restrições de informação, tempo e percepção dos agentes envolvidos.

Do ponto de vista teórico, tal estudo reforça a relevância da racionalidade limitada na compreensão dos processos decisórios organizacionais, especialmente no contexto da RSC. A pesquisa demonstra que, apesar da retórica em torno da incorporação da sustentabilidade aos modelos de gestão, a tomada de decisão ainda é pautada por *trade-offs* entre impacto social e viabilidade econômica. Além disso, ao conectar a literatura sobre escolha racional e RSC, os achados evidenciam como as empresas estruturam suas decisões em meio a

pressões de mercado e expectativas institucionais. Essa abordagem contribui para um refinamento das discussões sobre governança corporativa e sustentabilidade, ao demonstrar como as empresas operam dentro dos limites impostos pela racionalidade dos tomadores de decisão.

As implicações desse estudo também se estendem para o campo da estratégia organizacional. A pesquisa sugere que, em vez de seguir um planejamento estratégico rígido, as empresas adotam um modelo adaptativo de decisão em RSC, influenciado por informações emergentes e pelo engajamento com stakeholders. Esse modelo desafia concepções normativas sobre como as organizações deveriam estruturar suas práticas de RSC e aponta para a necessidade de maior integração entre as dimensões econômica, social e ambiental no processo decisório. Ademais, os resultados indicam que a efetividade da RSC depende não apenas da intenção estratégica da empresa, mas também da sua capacidade de interpretar e responder às demandas do ambiente externo de forma contínua.

Apesar das contribuições, o estudo apresenta limitações inerentes a sua metodologia. O uso de um estudo de caso único restringe a generalização dos achados, exigindo cautela na extrapolação para outras empresas e setores. Além disso, a análise qualitativa, embora detalhada, não permite quantificar o impacto específico das variáveis decisórias sobre os resultados da RSC. Estudos futuros poderiam ampliar essa investigação ao adotar uma abordagem comparativa entre empresas de diferentes segmentos ou ao utilizar métodos quantitativos para mensurar os efeitos das variáveis identificadas. Outra oportunidade de pesquisa reside na análise longitudinal do processo decisório em RSC, explorando como as empresas ajustam suas práticas ao longo do tempo em resposta a mudanças regulatórias e de mercado.

A pesquisa aqui apresentada contribui teoricamente ao demonstrar que os processos decisórios em responsabilidade social corporativa são moldados simultaneamente por restrições cognitivas, influências institucionais e imperativos estratégicos. Metodologicamente, ao adaptar o modelo de John Dewey à análise de RSC, a pesquisa oferece um arcabouço analítico aplicável a diferentes contextos organizacionais. Em termos práticos, evidencia a necessidade de práticas decisórias mais conscientes e estruturadas para que a RSC possa efetivamente promover benefícios sociais e reforçar a legitimidade corporativa.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a adoção de um único estudo de caso, o que restringe a generalização dos achados. Além disso, a abordagem qualitativa utilizada, ainda que apropriada para a compreensão de fenômenos complexos, não permite mensurações precisas dos impactos de cada variável no processo decisório. Recomenda-se que estudos futuros explorem abordagens comparativas, envolvendo diferentes setores econômicos, bem como pesquisas longitudinais que analisem a evolução das práticas de RSC diante de pressões institucionais, mudanças regulatórias e transformações sociais. Por fim, é importante ressaltar que a originalidade desse trabalho reside na articulação entre teoria da decisão, racionalidade limitada e práticas de RSC, preenchendo lacunas existentes na literatura e oferecendo instrumentos teóricos e práticos para aprimorar a relação entre empresas e sociedade.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, W. C. Conducting semi-structured interviews. In: _____. *Handbook of Practical Program Evaluation*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2015. p. 492-505. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1002/9781119171386.ch19>. Acesso em: [data].
- ALASE, A. The interpretative phenomenological analysis (IPA): A guide to a good qualitative research approach. *International Journal of Education and Literacy Studies*, [s.l.], v. 5, p. 9-19, 2017.
- ARAÚJO, M. G. F. et al. Ethos neoliberal e corrupção nos discursos da família Odebrecht. *EnANPAD 2018*, Curitiba, p. 1-20, out. 2018.
- AVELINO, N. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 21, p. 227-284, set./dez. 2016.
- BARBOZA, K. M.; GOMES, M. D. L. B.; SILVA, R. M. D. A responsabilidade social corporativa: um estudo de caso comparativo entre usinas que produzem açúcar com e sem enxofre. *Brazilian Journal of Business*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 1622-1639, 2020.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 70. ed. São Paulo: [s.n.], 2011. 279 p.
- BARROS, A. N. D.; DINIZ, A. P. R. Afinidades entre neoliberalismo e “novos sujeitos”: possíveis consequências para o pensamento crítico. *EnANPAD 2011*, Rio de Janeiro, p. 1-14, 4-7 set. 2011.
- BETHLEM, A. Modelos de processo decisório - Relatório COPPEAD n° 160. *COPPEAD/UFRJ*, [s.l.], 1985. 38 p.
- BOWEN, G. A. Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, [s.l.], v. 9, n. 2, p. 27-40, 2009.
- BRAGA, I. L.; SINAY, M. C. F. D. Fatores motivadores para elaboração de relatórios de sustentabilidade. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, v. 14, n. 3, p. 78-93, 2020.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. *Estudos Avançados*, São Paulo, maio 2009. p. 7-23.
- CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, [s.l.], v. 9, n. 2, 2014.
- COUTO, F. F.; LOPES, M. B.; ARAÚJO, M. G. F.; VARGAS, C. C. Neoliberalismo, ethos empresarial e corrupção nos discursos da família Odebrecht. *Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 9, n. 26, 2022.
- CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. [S.l.]: SAGE Publications, 2017.

DIAS, D. T. et al. Racionalidade limitada: uma análise dos manuais didáticos de teoria geral da administração. *Administração: Ensino e Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 217-244, 2016.

ERLINGSSON, C.; BRYŚIEWICZ, P. A hands-on guide to doing content analysis. *African Journal of Emergency Medicine*, [s.l.], v. 7, n. 3, p. 93-99, 2017.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2008.

FRIESE, S. *Qualitative data analysis with Atlas.Ti*. [S.l.]: SAGE Publications, v. 3, 2019.

GUEDES, A. C. D. A. et al. A representação social da responsabilidade social corporativa. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 27, n. 58, p. 241-252, 2009.

HSIEH, H. F.; SHANNON, S. E. Three approaches to qualitative content analysis. *Qualitative Health Research*, [s.l.], v. 15, n. 9, p. 1277-1288, 2005.

KITSIOS, F.; KAMARIOTOU, M.; TALIAS, M. A. Corporate sustainability strategies and decision support methods: a bibliometric analysis. *Sustainability*, [s.l.], v. 12, n. 521, p. 1-21, 2020.

LAGES, A. M. G. A contribuição singular de Simon e sua repercussão teórica relevante. *Análise*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 47-66, 2006.

LANGBECKER, T. B.; BEURON, T. A. Sustentabilidade e agronegócio: alinhamentos ao processo decisório em uma empresa rural. *Revista de Gestão Estratégica de Organizações*, Santo Ângelo, v. 8, n. 2, p. 71-89, 2020.

LEAL, G. D. F. *O homo oeconomicus em Michel Foucault: a análise do ser humano como naturalmente econômico na arte liberal de governar*. 2015. 194 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MAGALHÃES, S. *Racionalidade limitada na tomada de decisão - O efeito de ancoragem na avaliação de curriculum vitae: um estudo experimental*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Porto, Porto.

MELO, T. M.; FUCIDJI, J. R. Racionalidade limitada e a tomada de decisão em sistemas complexos. *Brazilian Journal of Political Economy*, [s.l.], v. 36, n. 3, p. 622-645, 2016.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, [s.l.], v. 15, p. 731-747, 2011.

NASSAJI, Hossein. Qualitative and descriptive research: Data type versus data analysis. *Language teaching research*, [s.l.], v. 19, n. 2, p. 129-132, 2015.

OSINSKI, M.; ROMAN, D. J. ANÁLISE DO PROCESSO DECISÓRIO NAS ORGANIZAÇÕES DE GESTÃO SOCIAL: ESTUDO DE CASO DA ORGANIZAÇÃO WSH. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 130-143, 2016.

PERIA, M. L.; SANTOS, D. F. L.; MONTORO, S. B. A responsabilidade social corporativa e os desempenho financeiro e econômico de empresas estabelecidas no Brasil. *Desafio Online*, Campo Grande, v. 8, n. 1, p. 91-114, 2020.

PROCÓPIO, M. L. A dimensão moral das decisões administrativas e os limites da racionalidade limitada. *Cadernos EBAPE. BR*, [s.l.], v. 15, p. 783-807, 2017.

RAO, K.; TILT, C. Board composition and corporate social responsibility: the role of diversity, gender, strategy and decision making. *Journal of Business Ethics*, v. 138, n. 2, p. 327-347, 2016.

RICHTER, U. H.; ARNDT, F. F. Cognitive processes in the CSR decision-making process: a sensemaking perspective. *Journal of Business Ethics*, v. 148, n. 3, p. 587-602, 2018.

RIVERA, J. J.; BIGNE, E.; CURRAS-PEREZ, R. Effects of Corporate Social Responsibility on consumer brand loyalty. *Review of Business Management*, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 395-415, 2019.

SARÁBIA-CAVENAGHI, L. M.; MUNCK, L. Lógicas decisórias e suas implicações para a sustentabilidade nas organizações. *Organizações & Sociedade*, v. 26, n. 91, p. 691-707, 2019.

SILVA, João Paulo Cabral da. Racionalidade limitada na decisão de consumo de etanol no Brasil: um estudo para o período de 2001 até 2011. 2013. **Dissertação (Mestrado Profissional em Finanças e Economia) – FGV - Fundação Getúlio Vargas**, São Paulo, 2013.

SOUZA, Mariana Barbosa de; HOFF, Tuize Silva Rovere. O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, p. e20180023, 2019.

TUFFOUR, Isaac. A critical overview of interpretative phenomenological analysis: A contemporary qualitative research approach. *Journal of healthcare communications*, v. 2, n. 4, p. 52, 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

WALTER, S. A.; BACH, T. M. Adeus papel, marca-textos, tesoura e cola: inovando o processo de análise de conteúdo por meio do atlas. *Ti. Administração: ensino e pesquisa*, v. 16, n. 2, p. 275-308, 2015.

WARPECHOWSKI, A. C. M. Racionalidade limitada: origem e evolução. *Estudos Contemporâneos*, v. 31, 2018.

VIVÊNCIA E REFLEXÕES SOBRE AS “CIDADES DE SALVADOR” A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE CAMPO NO PROJETO QUALIDADE DO AMBIENTE URBANO DE SALVADOR – QUALISALVADOR

Tássio Santos Silva

Resumo

O Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador teve como objetivo geral produzir e difundir conhecimento sobre a realidade urbano-ambiental da cidade do Salvador na escala intraurbana. A pesquisa envolveu todos os 160 bairros residenciais de Salvador, nos quais foram aplicados questionários com 62 questões abordando cinco dimensões - físico-ambiental, socioeconômica, serviços e infraestrutura, cultura e cidadania e bem-estar – cujos resultados pode subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas, trabalhos científicos, audiovisuais e técnicos, além de proporcionar as condições necessárias para a reflexão da população e pesquisadores acerca da qualidade do ambiente urbano na capital soteropolitana. Dada a riqueza da experiência em campo proporcionada no decorrer das etapas de coleta de dados, abrangendo a análise das respostas ao questionário como também pelas conversas informais e sensibilidades ao pisar em territórios tão diversos, considerando a pluralidade as realidades próprias e únicas, surgiu a necessidade de refletir mais profundamente sobre as “cidades de Salvador” (Carvalho; Pereira, 2008), vivenciadas e sentidas pelo pesquisador ao longo da referida pesquisa.

Palavras-chave

Salvador; qualidade do ambiente urbano; experiência em campo; cidade.

Abstract

The QUALISalvador (Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador) Project had the general objective of producing and disseminating knowledge about the urban-environmental reality of the city of Salvador on an intra-urban scale. The research involved all 160 residential neighborhoods in Salvador, in which questionnaires with 62 questions were applied covering five dimensions - physical-environmental, socioeconomic, services and infrastructure, culture and citizenship, and well-being - whose results were able to support the formulation and implementation of public policies, scientific, audiovisual and technical work, in addition to providing the necessary conditions for the population and researchers to reflect on the quality of the urban environment in the capital of Salvador. Given the wealth of field experience provided during the data collection stages, including the analysis of the responses to the questionnaire as well as informal conversations and sensitivities when stepping into such diverse territories, considering the plurality of their own unique realities, the need arose to reflect more deeply on the “cities of Salvador” (Carvalho; Pereira, 2008), experienced and felt by the researcher throughout the aforementioned research.

Keywords

Salvador; urban environment quality; field experience; city.

*Muitas coisas são necessárias para mudar o mundo:
Raiva e tenacidade. Ciência e Indignação.
A iniciativa rápida, a reflexão longa,
A paciência fria e infinita perseverança,
A compreensão do caso particular e a compreensão do conjunto,
Apenas as lições da realidade podem nos ensinar como transformar a
realidade.
-Bertolt Brecht, “Erkenntnis”*

INTRODUÇÃO

A discussão da qualidade do ambiente urbano de Salvador está inserida no projeto QUALISalvador, que contou com o apoio financeiro da FAPESB e da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A (EMBASA), tendo como objeto de estudo a realidade urbano ambiental de Salvador e por objetivo geral produzir e difundir conhecimento sobre a referida realidade, na escala intraurbana, por bacia hidrográfica e por bairro, conforme projeto aprovado no âmbito do Edital 011/2014 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Busca-se avançar na pesquisa sobre os dilemas enfrentados por Salvador no contexto de flexibilização produtiva e de crise urbano-ambiental (Santos *et al.*, 2022).

A pesquisa foi realizada por um grupo de pesquisadores composto por professores e alunos da Universidade Federal da Bahia (da Escola de Administração, Escola Politécnica, Faculdade

de Medicina, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Nutrição e Instituto de Geociências, entre outros), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), ou seja, além de ter sido uma pesquisa multi e transdisciplinar, também se tratou de uma pesquisa interinstitucional (Santos *et al.*, 2022).

A partir das análises das dimensões físico-ambientais, socioeconômica, serviços e infraestrutura, cultura e cidadania e bem-estar, foi construído um Índice Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador (IQUASalvador) por bairro e bacia hidrográfica de Salvador. O índice tem contribuído para uma melhor compreensão dos processos de constituição da cidade no atual contexto de crise urbana ambiental como também fundamentado a ação e políticas dos mais distintos entes públicos.

Cada bairro foi considerado como uma unidade de análise e de investigação na pesquisa, totalizando 160¹ populações. Assim, foram pesquisados os domicílios particulares permanentes ocupados, de acordo com definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com amostra variando entre 90 e 110 questionários, tendo sido aplicados 15.260 questionários, com 62 questões, no período de dezembro de 2018 a julho de 2020, abordando as dimensões supracitadas (Borja *et al.*, 2022).

Além dos dados quantitativos obtidos durante a aplicação dos questionários, buscou-se realizar análises a respeito dos territórios e as dinâmicas dos mesmos no contexto da cidade, a percepção da população, confrontando a experiência prática do trabalho de campo aos conhecimentos teóricos, visto que a Qualidade do Ambiente Urbano é influenciada tanto por fatores objetivos - como infraestrutura, moradia, vegetação -, quanto por fatores subjetivos - como por fatores subjetivos, como os afetos, as relações sociais, a percepção do morador e a participação política.

Devido à riqueza da experiência em campo, proporcionada tanto pela aplicação do questionário quanto pelas conversas informais e entrevistas para o documentário que expuseram realidades diversas, surgiu a necessidade de relatar e refletir mais profundamente sobre as “cidades de Salvador” (Carvalho; Pereira, 2008). Os autores defendem que a capital baiana é composta por uma cidade moderna - onde predomina as classes alta e média, investimentos públicos, maior oferta de equipamentos e serviços de qualidade entre outras coisas -, uma cidade precária - predominantemente ocupada por classes populares, marcada pelo déficit habitacional e de serviços públicos etc -, e outra cidade tradicional - onde o tecido urbano é compacto e homogêneo, composto pelo Centro Antigo e seu entorno (Carvalho; Pereira, 2008).

No trabalho em questão, procurou-se trazer os *insights*, as reflexões e análises sobre as “cidades de Salvador” que o pesquisador teve ao pisar (e sentir) em territórios tão diversos e plurais, durante o campo da pesquisa, e nos debates com outros pesquisadores e professores e no contato com produções bibliográficas sobre a capital baiana, no pós-campo. Defende-se aqui que tais territórios não se reduzem meramente a lugares pobres ou “nobres”, bons ou ruins, centrais ou marginais...

Ademais, essa contribuição vivencial da experiência do pesquisador com a sociedade e cidade resgata o papel da universidade enquanto “instituição social” e sustenta o tripé

da universidade pública em tempos de retrocessos para a formação acadêmica e humana dos pesquisadores (Chauí, 2021). Acredita-se, ainda, que em uma sociedade que os “boys conhece Marx e nós conhece a fome”² como diz o rapper Emicida, unir a teoria e a prática assim como o pensar e o agir é urgente. É dessa forma que é preciso ressaltar a importância da universidade para a produção de pesquisas que possam ser utilizadas para a construção de políticas públicas e da imprescindibilidade da participação da sociedade para o êxito de tal objetivo, à curto, médio e longo prazo.

METODOLOGIA DA PESQUISA E DO TRABALHO DE CAMPO

As seguintes etapas constituíram a metodologia da pesquisa e do trabalho de campo:

- 1) Construção do conceito de Qualidade do Ambiente Urbano na Escala Bairro e Bacia Hidrográfica;
- 2) Construção dos instrumentos de pesquisa e mapas;
- 3) Divulgação da Pesquisa;
- 4) Aplicação dos Questionários;
- 5) Digitalização;
- 6) Controle e Estruturação do Banco de Dados;
- 7) Produção dos Índices e Indicadores.

Para o alcance dos objetivos desse trabalho, será apresentada a análise das etapas de divulgação da pesquisa e aplicação do questionário, período durante o qual se teve o contato direto com diversas pessoas, ruas, territórios e realidades distintas, muitas vezes, nos mesmos bairros.

Os domicílios foram escolhidos segundo amostra aleatória estratificada com reposição³, definida segundo método estatístico. Devido a isso, sempre que era necessário substituir um domicílio sorteado, o pesquisador de campo se posicionava em frente ao domicílio amostrado e depois se dirigia ao primeiro domicílio do seu lado direito, para assim garantir a aleatoriedade.

Antes da imersão em cada bairro, eram feitos contatos com as lideranças locais que foram essenciais para os objetivos da pesquisa. Eram tais agentes comunitários que “abriam nossos caminhos”, por meio do auxílio e acompanhamento durante a etapa, encontravam um ponto de alojamento durante as atividades para a equipe e indicavam as “áreas de riscos” dentro do bairro, isto é, locais críticos, que poderiam, potencialmente, colocar os pesquisadores em condições de insegurança.

A divulgação era feita com distribuição de panfletos, colagem de cartazes, carro de som, publicação nas redes sociais e contato com os síndicos, administradores e/ou porteiros dos edifícios sorteados. As figuras 1 e 2 abaixo ilustram a atividade de divulgação da pesquisa nos bairros.

Figuras 1 e 2 – Divulgação da pesquisa de campo.



Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Em consonância com as etapas citadas, que foram essenciais para a construção do Índice de Qualidade do Ambiente Urbano em Salvador (IQUASalvador), aconteceram as gravações do documentário - um dos produtos da pesquisa. Para tanto, alguns moradores dos mais distintos bairros da cidade foram entrevistados para uma coleta qualitativa da relação do entrevistado com seu território e, por sua vez, do território com a cidade, como mostram as figuras 3 e 4.

Figuras 3 e 4 - Entrevistas para o documentário.



Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

A partir de tais vivências e sensibilidades, o relato da contribuição vivencial⁴ buscou confluir as percepções do morador e as percepções do pesquisador sobre a cidade e o vínculo com alguns conceitos teóricos de diferentes perspectivas: geográfica, urbanística, sociológica etc - uma vez que é necessária uma interdisciplinaridade de conhecimentos para a leitura justa, profunda e sensível da cidade.

QUANTAS CIDADES CABEM EM UMA?⁵

Uma das características físicas mais marcantes da cidade de Salvador é uma falha geológica que divide a cidade em duas: cidade alta e cidade baixa. Entretanto, se fossem levadas as inúmeras configurações socioculturais da cidade seria possível afirmar que Salvador está dividida em várias cidades e dentro dessas cidades existem outras cidades. Na tentativa de defini-las, Carvalho e Pereira (2008) afirmam que a cidade está dividida em três, “cidade tradicional”, “cidade moderna” e “cidade precária”:

Na cidade tradicional o tecido urbano é compacto, relativamente homogêneo, e não há um crescimento expressivo da população, que é composta predominantemente pelos setores médios. É a cidade que se constituiu a partir do centro antigo e de seu entorno. Já na cidade moderna o tecido urbano está se modificando com a produção de novas habitações e centros de consumo e serviços, construídas dentro de padrões arquitetônicos e urbanísticos elevados, com avançado processo de verticalização nas áreas mais densas e/ou próximas ao centro (...). Finalmente, na cidade precária, ocupada predominantemente pelos setores populares, o tecido urbano se caracteriza pela dispersão e pela contínua expansão com o acréscimo de habitações precárias, em grande parte auto-construídas sem obedecer a padrões arquitetônicos e urbanísticos (...) (Carvalho; Pereira, 2008, p. 101)

Apesar dos autores deixarem claro que os conceitos de cidade precária e moderna não são conceitos homogêneos, ou seja, na “cidade moderna existem ilhas de precariedade e a cidade precária contém ilhas de relativa prosperidade” (Carvalho; Pereira, 2008, p.101), após a experiência em campo ficou claro que cada bairro, dentro de cada cidade, apresenta dinâmicas únicas que só são possíveis por estarem inseridas no contexto que estão com os seus próprios habitantes. Assim, se estatisticamente cada bairro é um universo, por ser um conjunto total de elementos que são de interesse para a pesquisa, na vida, cada bairro é um universo, por expressarem peculiaridades e pluralidades intrínsecas.

Antes da mera atribuição de bairros como Barra e Vitória integrarem a “cidade moderna” e o Sussuarana e Lobato incorporarem a “cidade precária”, cada um deles são “espaços vividos e sentidos” (Serpa, 2002) e muitas dessas percepções, vivências e sentimentos nos eram relatadas durante as conversas informais, entre uma pergunta e outra do questionário, entre um copo de água e outro...

Entre as “várias cidades” existem barreiras, sejam sociais e físicas (Rolnik, 1988). Referente às primeiras, resgato uma das conversas durante a realização da pesquisa no bairro da Vitória, onde alguns moradores da Vila Brandão, Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PPDU) de Salvador, que compõe o bairro, afirmaram não se reconhecerem como moradores da Vitória. A identidade do território, da Vila Brandão, possuía mais carga sentimental e afetiva para os entrevistados. No mesmo sentido, quando perguntados sobre o que fazem no Tempo Livre, os entrevistados nos afirmaram que não se sentem à vontade em frequentar os museus e galerias de arte do Corredor da Vitória.

Há também os casos da separação por “barreiras físicas”, que podem ser avenidas, à exemplo da Avenida Paralela⁶, que separa o Bairro da Paz e o Alphaville, mas também podem ser

muros e grades, que são tão “impenetráveis” que para nós, pesquisadores, termos acesso aos moradores nos referidos condomínios, super monitorados, chamados de “enclaves fortificados” por Caldeira (1997), fez-se necessário divulgar a pesquisa com dias de antecedência, reportamo-nos diretamente a porteiros e síndicos e, no limite, adotar a técnica *snowball sampling*, ou bola de neve - um entrevistado faz a indicação de outro, e assim sucessivamente.

Se é verdade que esses muros causam uma sensação de segurança para quem leva sua vida voltada para dentro, do lado de fora, ao andarmos pelas ruas do Jardim Armação ou STIEP - bairros considerados seguros e que apresentam moradores de classe média - a sensação era justamente a oposta. Além de haver poucas pessoas nas ruas, os muros gigantescos limitavam nosso ângulo de visão. Na nossa concepção, esses bairros recusam a diversidade e em certa medida, no sentido mais rico que o termo pode ter, negam a inovação, criação, interação e imprevisibilidade do espaço público. Essa cidade de “classes média e alta”, mais “segura” para os seus moradores, termina por ser um “gueto” na própria cidade.

Reflieto: Qual o sentido de morar na “cidade moderna” se quase não é dada uma função social ao espaço que se vive? Ou se a rua, o espaço público se corrompe em um lugar de circulação para carros? Andar pelas ruas se tornou um sinal de identificação de uma determinada classe, dos “pobres”, para os quais a casa e a rua parecem não ter limite? Isso seria um dos sintomas do que o professor Milton Santos (2000) chamou, em “Uma Outra Globalização” de “abandono da ideia de solidariedade” em escala microssocial?

Da mesma forma que cabe essas reflexões quando não conseguíamos entrar nesses espaços, convém registrar que quando conseguíamos ter acesso e entrevistar moradores desses enclaves fortificados, em muitas situações se evidenciava o distanciamento dos mesmos em relação a vida no próprio bairro. A resposta dos entrevistados às questões sobre a existência de Equipamentos e Serviços do Bairro, confirmava o pouquíssimo contato que tais moradores têm com o bairro em que moram, uma vez que boa parte dos entrevistados respondia: “Não Sei”, para a maioria das alternativas.

Portanto, enquanto, às vezes, as classes média e alta têm uma relação de exterioridade em relação ao seu entorno, em relação ao ambiente urbano nas “cidades modernas”, nos bairros populares, nas “cidades precárias”, o ambiente urbano é intensamente vivenciado pelos seus moradores e o abandono se dá pelo Poder Público.

Já que “a praça é do povo, como o céu é do condor”⁷, como afirma o poeta baiano Castro Alves, o povo deve se sentir à vontade e seguro para ocupar e transformar, coletivamente, o espaço urbano em que vive. Ainda que a segurança ou a “sensação de segurança” possa ser a não proporcionada pelo Estado. Essa diferenciação na forma de apropriação do espaço público deixa claro os distintos significados do investimento públicos nas diferentes cidades. Devem existir condições necessárias para o usufruto dos espaços públicos e coletivos, direitos sociais para quem faz e vive a cidade.

Apesar disso, percebemos que existe uma política discriminatória que garante os serviços de determinados grupos específicos e se omite em garantir os mesmos serviços para outros, que têm sua “cidadania mutilada” (Santos, 1996), por terem direitos fundamentais negados.

Além da estratificação social ter uma clara expressão territorial, como em outras grandes cidades da América Latina, a “cidade” que se mora dentro de Salvador facilita ou dificulta seu acesso à determinados bens e serviços (Carvalho; Pereira, 2008). Se ter segurança privada, áreas de lazer e esporte dentro do condomínio, boa arborização ao redor da casa e acesso à serviços básicos e de boa qualidade próximos como hospitais e postos médicos, escolas e institutos federais, teatros, cinemas e museus entre outros é considerado para muitos uma boa “qualidade de vida urbana”, afirmamos que esses elementos viraram uma mercadoria, acessada pelos que têm dinheiro, não acessível para todos, como deveria ser (Harvey, 2014).

A omissão do Poder Público em garantir tais direitos para determinados segmentos sociais legitima o acontecimento de irregularidades e o aprofundamento de desigualdades sociais e raciais. A problemática referida ficava exposta nas questões referentes ao Saneamento Básico: quando o poder público não garante um serviço de esgoto adequado para determinada população surgem situações como a ligação do esgoto da casa diretamente em rio ou canal ou na rede de drenagem da água da chuva ou em uma vala a céu aberto, como foi revelado várias vezes por diversos moradores em bairros com pouca infraestrutura. Além disso, me pergunto se colocar um *containir* a 50 a 100 metros de uma casa é dar acesso à coleta de lixo?

Tão quanto emblemática era a questão sobre Mobilidade Urbana, onde vários moradores de bairros como Cajazeiras⁸⁸, Coutos e Rio Sena responderam levar mais de 120 minutos para se deslocarem da Casa para o Trabalho – como se fosse realmente uma viagem, de uma cidade para outra. Passar mais de duas horas dentro de um ônibus para chegar no trabalho ou escola é ter acesso a um transporte público de qualidade? O que seria do funcionamento das “cidades modernas” se não fossem os moradores das “cidades precárias” para a realização de inúmeros trabalhos, inclusive em serviços nelas? Se nós, pesquisadores de campo, ficávamos exaustos durante o deslocamento da faculdade para bairros extremamente distantes que ficam afastados das “áreas centrais”, imagina quem faz esse percurso todos os dias? “Como conciliar o direito à vida e as viagens cotidianas entre a casa e o trabalho que tomam horas e horas?” (Santos, 2011, p. 124).

Como as áreas populares são lugares de habitação da população que “não tem possibilidades de consumir o espaço da cidade moderna nem da cidade tradicional, alojando-se tipicamente em parcelamentos clandestinos e habitações precariamente construídas” (Carvalho; Pereira, 2008, p.89), a produção do espaço “periférico” gera inúmeros problemas⁸. Porém elas não se resumem e reduzem a isso, já que as periferias de Salvador “também são ricas em alternativas e possibilidades criativas” (Serpa, 2002, p. 295).

Nas “cidades precárias” são facilmente localizadas projetos, processos, organizações, movimentos e manifestações comunitárias e coletivas que visam denunciar a ausência de direitos em seus territórios, bem como anunciar um projeto político de cidade a partir da resistência e solidariedade. Como enfatiza Dias (2017):

Existem diferenças internas expressivas dentro dos bairros populares e existem diferenças também muito expressivas entre as favelas/os bairros populares. O que unifica essa população sob a categoria de “pobres” são as práticas cotidianas em

lugares com carências evidentes, que impelem esta população à aglomeração para buscar transformações e/ou como resistência aos processos determinados pelos agentes hegemônicos do capital (Dias, 2017, p. 64).

Ressaltamos que, na ausência de alternativas oferecidas pelo poder público para proteger as crianças e adolescentes da criminalidade, que não é só um efeito da pobreza e desigualdades, mas, também, da negação de direitos e da própria democracia, a própria população oferece a partir de instituições, como organizações não governamentais (ONGs), associações de moradores, igrejas e terreiros, oficinas de desenhos, aulas de esportes e auxílio escolar. Em várias áreas, apesar da pouca infraestrutura, foi possível observar anúncios oferecendo tais serviços, assim como eram notáveis os grafites pelos muros e paredes que tornavam o ambiente mais colorido e agradável de caminhar.

Na procura de alternativas para o pouco capital circulante nesses lugares a própria comunidade faz eventos para arrecadar dinheiro, como feiras de economia criativa e solidária, festas de forró como o Forró Dú Pezinho, em Marechal Rondon, bem organizado e gerido pelos próprios moradores do bairro, além de ser uma ótima oportunidade para expor os artesanatos feitos por eles e meio para a valorização de artistas locais. Apesar de não termos presenciados a festa, ela foi relatada com muito carinho por algumas das moradoras do bairro.

É no dia a dia, por meio da convivência, que as ações de solidariedade e resistência ganham formas e dão sentido e consistência política ao bordão “nós por nós” que ecoam pelos bairros populares. Outro ponto que deve ser enfatizado é que, mesmo na eventualidade da chegada dos referidos equipamentos e serviços nos bairros populares, os saberes populares não devem ser desvalorizados, como foram historicamente, inclusive pelas universidades públicas (Sousa Santos, 2008).

Em uma entrevista para o documentário do projeto, por exemplo, um senhor ao ser questionado sobre a oferta de equipamentos e serviços no bairro, nos relatou que a horta coletiva de plantas medicinais era a “farmácia” dos moradores daquela área do bairro, pois era dali que eles recolhiam as folhas para fazer chás para as mais diversas dores. Se em Salvador existe “(...) múltiplas cidades e múltiplas ideias de cultura” (Serpa, 2010, p. 30), todas devem ser consideradas como as potências que são. Logo, mesmo com a chegada de uma farmácia convencional em tal bairro, como os conhecimentos e práticas da população podem ser incorporados e levados em considerações nas políticas públicas?

Mesmo os entrevistados, na maioria das vezes, nas “cidades precárias”, revelarem que o bairro apresentava inúmeros problemas de infraestrutura e limitados acesso à equipamentos e serviços, ao serem perguntados sobre o significado de morar no bairro - os mesmos, na maioria das vezes, falavam que significava “tudo” que é o lugar onde haviam crescido, onde os amigos e a família estavam por perto. Em Coutos, Saramandaia e Uruguai, que segundo a professora e cientista social Iracema Brandão Guimarães (2002), surgiram da necessidade, portanto, de uma “não escolha”, quando seus moradores foram questionados com a pergunta “O que significa morar nesse bairro para você?” as respostas mais frequentes foram “Rede de Apoio/Parentes/Amigos” e “Tranquilidade”. A situação se encaixa,

perfeitamente, na definição de território de Milton Santos (1999), onde ele é composto pela dimensão física e pela dimensão subjetiva, englobando os afetos e as relações. O território é o chão e o coração. É onde se pisa e o sentimento de “pertencer ao lugar que nos pertence” (Santos, 1999).

Esse mesmo sentimento é combustível na luta contra o processo de gentrificação desde a década de 90 nas “cidades tradicionais”, que se constituiu a partir do Centro Antigo e de seu entorno (Carvalho; Pereira, 2008, p. 101). Os moradores e os movimentos de luta por moradia e direito à cidade que atuam e disputam o território reivindicam direitos, reparação e justiça, inclusive com pertinentes críticas aos Projetos de “revitalização”, como se no território já não existisse vida. Boa parte dos moradores fazem parte de organizações comunitárias, como foi possível concluir com a questão que pergunta sobre organização comunitária, política ou religiosa, e denunciam no próprio espaço público, com cartazes, “lambes” e “pixos” em casarões abandonadas e nos postes: “o Centro Antigo Sangra”. O famoso Pelourinho e Santo Antônio Além do Carmo é bem mais que um destino turístico e cartão postal.

Tendo em vista não naturalizar as condições de precariedade de alguns bairros, se faz necessário reafirmarmos que o Poder Público deve garantir um habitat saudável e um habitar digno onde quer que a pessoa se sinta bem e queira morar. Para isso a percepção dos moradores acerca dos seus bairros, seus saberes, suas necessidades e seus desejos devem ser valorizados nos planejamentos de políticas públicas inclusive urbanísticas, isto é, “dar voz e instrumentalizar os diferentes grupos e redes na gestão do espaço urbano” (Serpa, 2002, p. 295). Afinal de contas, quando existe um desejo de ocupar e transformar o espaço urbano, quem o conhece melhor que seu próprio morador?

As figuras 5, 6, 7 e 8 retratam os pesquisadores durante a aplicação dos questionários e a diversidade dos espaços:

Figuras 5, 6, 7 e 8 – Pesquisadores em campo na fase da aplicação dos questionários.



Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O êxito do trabalho de campo, além de viabilizar a produção dos dados da pesquisa, nos proporcionou novas percepções das realidades, no plural, dos bairros de Salvador. Com as vivências e experiências, foram fomentadas reflexões, assim como debates que influenciaram nas análises preliminares e produção dos resultados parciais.

Durante a aplicação dos questionários, muitas pessoas ao verem o colete amarelo escrito UFBA, UEFS e UNEB, principalmente nos bairros populares, nos perguntavam se estávamos fazendo inscrição para a Universidade Pública. São duas as conclusões tiradas sobre o fato: 1) a população desconhece as atuais formas de ingresso na universidade - que ainda se trata de um espaço privilegiado (de destaque social e produção de discursos) e 2) a população não está acostumada com a “presença” da universidade onde moram. Logo, é de total importância que a universidade transborde para além das suas barreiras físicas e sociais, visto que a participação social é tão importante para se produzir pesquisas acadêmicas, quanto as pesquisas acadêmicas e contato com outras realidades são importantes para o crescimento pessoal e acadêmico dos pesquisadores.

Como “a injustiça social contém no seu âmago a injustiça cognitiva” (Sousa Santos, 2008, p. 56), nas produções acadêmicas os conhecimentos populares devem ser destacados, a percepção da sociedade sobre ela mesma, seu habitar e seu habitat qualificados e as “cidades precárias” não devem ser reduzidas à lugares socioeconomicamente pobres, já que elas também são lugares com identidade, manifestações e cultura própria. O território é mais que “um simples conjunto de objetos” é também um “dado simbólico” e rico em valores (Santos, 2011). Portanto, “é necessário também admitir a manifestação e o embate de diferentes ideias de cultura na cidade” (Serpa, 2010, p. 30), e por sua vez, nas várias cidades que a compõem.

A valorização destas ideias alternativas de cultura poderia funcionar, sem sombra de dúvida, como uma eficiente estratégia de desconstrução do estigma e do preconceito em relação a grupos frágeis socioeconomicamente, mas, por outro lado, ricos e diversos no tocante ao capital cultural que dispõem e reproduzem em seu cotidiano. (Serpa, 2010, p. 32).

Por fim, como a atividade universitária com seu tripé - pesquisa, ensino e extensão - contribui para a formação dos indivíduos, o contato dos estudantes e pesquisadores com outras realidades certamente contribui e continuará contribuindo para um olhar mais humano, crítico e sensível às mesmas e são, justamente, esses estudantes e pesquisadores que serão os gestores sociais e administradores públicos do futuro.

NOTAS

- 1 Salvador, na época da pesquisa em campo, possuía 163 bairros, segundo a Lei Municipal de Salvador nº 9278/2017. Da totalidade, 160 se tratavam de bairros residenciais e 3 não residenciais, são eles: Aeroporto, Centro Administrativo da Bahia (CAB) e Porto Seco Pirajá.

- 2 Canção “Levanta e Anda” do rapper paulista Emicida. O cantor utiliza a abreviação “boy” para se referir à “playboy”, pessoas privilegiadas financeiramente, geralmente, são essas pessoas que possuem maior facilidade em acessar espaços de destaque social e poder, como a Universidade, onde pode ser possível aprender várias teorias, inclusive a marxista e o cantor utiliza “nós” para se referir à pessoas em estado de vulnerabilidade e insegurança alimentar. Enquanto teorias são importantes para compreender como se estrutura as relações dentro desse sistema capitalista que expressa realidades tão desiguais, o contato com a prática é imprescindível para compreendê-la e mudá-la.
- 3 Para mais detalhes ver Borja *et al.* (2022).
- 4 Como o trabalho se trata de um relato de experiência/vivência, tal como as reflexões eram compartilhadas entre os pesquisadores em momentos coletivos (como na digitalização dos dados e no retorno para casa ou universidade), daqui em diante se optou por escrever na primeira pessoa do plural.
- 5 O tópico é intitulado com uma reflexão que me perseguiu durante toda a pesquisa em campo.
- 6 A Avenida Paralela ou Avenida Luís Viana Filho, via urbana pública da cidade de Salvador, inaugurada na década de 70, é um ótimo exemplo de como as fronteiras entre as “cidades precárias” e as “cidades modernas” são urbanizadas, visando diminuir o estranhamento.
- 7 Poema “O povo ao poder” do poeta Castro Alves.
- 8 No debate público a autoconstrução, por exemplo, é vista como um problema, mas na prática é uma solução inerente à omissão do poder público em políticas habitacionais dignas.

REFERÊNCIAS

- BORJA, Patrícia et al. Os caminhos da construção do Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador). In: SANTOS, Elisabete et al. (org.). *QUALISalvador: Qualidade do Ambiente Urbano na Cidade da Bahia*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 469-523.
- CALDEIRA, Teresa. *Enclaves fortificados: A nova segregação urbana*. Novos Estudos: CEBRAP N.º 47, 1997. p. 155-176.
- CARVALHO, Ianá M.; PEREIRA, Gilberto C. As “cidades” de Salvador. In: Carvalho, Ianá M.; PEREIRA, Gilberto C. (org.) *Como anda Salvador?* 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.
- DIAS, Clímaco. *Práticas socioespaciais e processos de resistência na grande cidade: Relações de solidariedade nos bairros populares de Salvador*. Salvador, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/25600/1/Climaco_Cesar_Siqueira_Dias_Tese_Doutorado_Final.pdf Acesso em: 1 dez. 2019.
- GUIMARÃES, Iracema. Moradias, família e trabalho: as demandas urgentes na experiência popular. In: LIMA, Paulo Costa et al. (org.). *Quem faz Salvador?* Salvador: UFBA, 2002.
- HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins, 2014.
- ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Elisabete et al (org.). *QUALISalvador: Qualidade do Ambiente Urbano na Cidade da Bahia*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2022.

SANTOS, Milton. As Cidadanias Mutiladas. In: CARDOSO, Ruth *et al.* (prg.). *O Preconceito*. Julio Lerner editor. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

SANTOS, Milton. O espaço da cidadania e outras reflexões / Milton Santos; organizado por Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins. – Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3).

SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. *GEOgraphia*, Niterói, ano 1, n. 1, 1999.

SERPA, Angelo. Margens de Salvador: a Produção do Espaço Periférico Metropolitano. In: LIMA, Paulo Costa et al. (org.). *Quem faz Salvador?* Salvador: UFBA, 2002.

SERPA, Angelo. A Cidade como Fenômeno Cultural: apontamentos para uma abordagem geográfica. In: RUBIM, Canelas Antonio Albino; ROCHA, Renata (org.). *Políticas Culturais para as Cidades*. Salvador: EDUFBA, 2010. (Coleção Cult). p. 29-32.

SOUZA, Ângela Gordilho. As cidades na cidade. In: LIMA, Paulo Costa et al. (org.). *Quem faz Salvador?* Salvador: UFBA, 2002.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. Coimbra, 2008. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf> Acesso em: 05 jan. 2020.

PELA MEMÓRIA E PELA LUTA DEMOCRÁTICA

Morgana Krieger

É conhecido por muitos que a maioria dos países da América do Sul embarcou em regimes ditatoriais entre os anos de 1960 e 1980. No entanto, não era sabido por mim, até viajar para a Argentina e o Chile em julho de 2023, o quanto a memória da ditadura é lembrada e exposta por outros países até o dia de hoje. Essa memória não vem eivada de saudosismo, longe disto. A memória vem para que a sociedade se lembre constantemente das torturas e assassinatos, para que anseios ditatoriais não tomem corpo, e que a luta pela democracia perdure.

No Brasil, entre maio de 2012 e dezembro de 2014, foi realizada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei nº 12.528 de 2011. A CNV teve por finalidade “apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988” e foi fundamental para trazer à tona, de forma pública, os relatos deploráveis sobre a ditadura militar que ocorreu no Brasil. Os relatórios gerados pela CNV podem ser acessados pelo site Memórias Reveladas¹.

Mas, ao caminhar pelas ruas das cidades e vilarejos da Argentina e Chile, é possível perceber que os regimes ditatoriais deixaram marcas naqueles espaços. São placas no chão indicando o local onde pessoas foram vistas pela última vez ou onde foram assassinadas. São placas nos edifícios identificando os locais que serviram como equipamentos prediais para a ditadura. São monumentos em homenagem às vítimas e aos que lutaram. São museus compartilhando diversos relatos que são pesados demais e necessários para que os horrores praticados permaneçam em nossas memórias.

Para mim, esses diversos símbolos foram fundamentais para entender que os regimes ditatoriais não aconteceram somente dentro de prédios fechados, na capital dos países, ou envolvendo pessoas ligadas à política partidária. Para muito além disso, a força, a brutalidade, e o autoritarismo desses regimes se fizeram presentes em muitos lugares, em cidades pequenas, à luz do dia, envolvendo pessoas que levavam suas vidas de forma corriqueira e que simplesmente não concordavam com a ideia de poder autoritário.

No Brasil, me pego andando pelas ruas de Salvador, de São Paulo, de Brasília, e me pergunto quais foram os acontecimentos da ditadura que se passaram naqueles espaços. E são poucos os lugares em que consigo ter algum lembrete sobre este momento histórico. Na verdade, muitas vezes o lembrete vem de pedaços da minha memória dos livros escolares e leituras posteriores. Mas eu preciso cavar internamente. Seria mais evidente se os símbolos estivessem ali presentes escancarando a todos a violência do momento histórico vivido.

Ao mesmo tempo, ao visitar esses países, também foi importante observar os sinais das lutas do momento presente. No Chile, ainda eram visíveis os sinais dos protestos de 2019, representados pela bandeira Mapuche. Na Argentina, os povos indígenas do norte estavam lutando contra a mineração de lítio e uma reordenação de suas liberdades (inclusive, cerceando a liberdade destes povos se manifestarem). A memória das lutas do passado é fundamental para manter acesa a crença de que podemos lutar no presente, principalmente pela manutenção democrática.

NOTA

1 Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>



El Museo de la Memoria y los Derechos Humanos se sustenta en los Informes de las Comisiones de Verdad, estos son el referente esencial de su muestra permanente y de su patrimonio. Estos informes fueron elaborados por la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación en 1990, por la Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación entregado en 1996, por la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura en 2004 y por el Informe de la Comisión Presidencial Asesora para la Calificación de Detenidos Desaparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política en 2011.

